



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



TAMIRES MARINI GOMES

**VIOLÊNCIA VIRTUAL CONTRA ADOLESCENTES: DO
SEXTING AOS CRIMES CIBERNÉTICOS**

TAMIRES MARINI GOMES

**VIOLÊNCIA VIRTUAL CONTRA ADOLESCENTES: DO
SEXTING AOS CRIMES CIBERNÉTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ms. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

Ivaiporã

2017

TAMIRES MARINI GOMES

**VIOLÊNCIA VIRTUAL CONTRA ADOLESCENTES: DO
SEXTING AOS CRIMES CIBERNÉTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profa. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Ivaiporã, ____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que se fez presente durante toda a caminhada. Concluir esta etapa somente foi possível através da fé, esforços e dedicação.

Neste momento agradeço aos meus familiares que sempre me incentivaram ao estudo, me impulsionaram e acreditaram que os meus sonhos podiam tornar-se reais.

Ao meu namorado, que desde o vestibular sempre me incentivou e me deu forças para continuar, mesmo quando minhas forças já não eram suficientes. Agradeço por toda paciência, amor e carinho que teve durante o processo.

Estendo os agradecimentos às amigas que fiz na Universidade. Juntamente com elas compartilhei as alegrias, as incertezas, as inseguranças e compartilhei as compreensões dos conteúdos. A vocês, meu muito obrigada por toda força e ensinamento.

Finalizo os agradecimentos a todos os professores que passaram durante este processo de formação profissional, compartilhando seus conhecimentos que foram de grande valia. Em especial, agradeço à minha orientadora, que antes mesmo de iniciar as orientações sempre me atendeu de prontidão, sempre estava disposta a contribuir no meu processo formativo.

Eu tentei noventa e nove vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.

Albert Einstein

GOMES, Tamires Marini. **Violência virtual contra adolescentes: do sexting aos crimes cibernéticos**. 2017. 108 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2017.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de pesquisa “A violência virtual contra adolescentes cometida a partir de compartilhamento de fotos e/ou vídeos íntimos nas redes sociais”. Nesta perspectiva, traçou-se o objetivo geral que consistiu em verificar a trajetória da tecnologia no Brasil e como esta avança para a violência virtual, especialmente contra a mulher. O recorte se deu a partir das breves leituras realizadas durante a construção do objeto de pesquisa, de forma que as reportagens e os índices apontavam para um número maior de mulheres vítimas deste tipo de violência em relação aos homens. Neste sentido, elencou-se os seguintes objetivos específicos a fim de delimitar a abrangência do assunto, sendo: I) Apresentar o histórico da tecnologia no país e seus desdobramentos nos anos 2000; II) Investigar sobre a relação de adolescentes com as redes sociais e os sites de relacionamento; III) Apresentar a relação entre as redes sociais e o *sexting* e as consequências que o uso inconsequente pode trazer; IV) Debater a construção da sexualidade da mulher na sociedade; V) Apontar os meios legais de proteção às vítimas e punição aos agressores; VI) Diagnosticar como no Centro da Juventude os adolescentes entendem a violência virtual. Quanto à metodologia utilizada para a execução do trabalho, esta consistiu em pesquisa quantitativa, biobibliográfica, documental e aplicação de questionário com adolescentes entre 13 e 15 anos, que segundo dados estatísticos, aparecem com maior percentual de vítimas da violência virtual. Os resultados obtidos com a pesquisa apontaram para a existência de casos de violência virtual entre os adolescentes pesquisados, especialmente do sexo feminino. No que se refere ao entendimento sobre o que é esta nova violência, os resultados demonstraram que conhecem o seu significado mesmo expressando de maneira simplista e espontânea. Diante do exposto, aponta-se a necessidade de maior aprofundamento do assunto, como forma de prevenção à violência virtual.

Palavras-chave: Violência Virtual. Adolescentes. Redes Sociais.

GOMES, Tamires Marini. **Virtual violence against adolescents: from sexting to cyber crimes.** 2017.108 p. Final Paper (Undergraduate Degree in Social Work) – State University of Maringá, Ivaiporã, 2017.

ABSTRACT

This Final Paper for undergraduate degree has the purpose to research "The virtual violence against adolescents committed by means of sharing photos and/or intimate videos in social networks". In this perspective, the general objective was set in order to verify the trajectory of technology in Brazil and the way it advances towards virtual violence, especially against women. The theme cut has arisen from the brief readings gone through during the construction of the object of research, as news reports and indexes pointed to a higher number of women victims of this type of violence compared to men. Accordingly, the following specific objectives were listed in order to delimit the scope of the subject, they are: I. Present the history of technology in the country and its development in the 2000's; II. Investigate the relationship of adolescents with social networks and relationship websites; III. Present the connection between social networks and sexting and the consequences that their inconsequential use can bring about; IV. Debate on the construction of women's sexuality in society; V. Indicate the legal means of protection for the victims and punishment to the aggressors; and VI. Diagnose adolescents' view on virtual violence in the Youth Center. With respect to the methodology used to get the work done, it consisted of quantitative, biobibliographic, documental and application of questionnaire to adolescents between 13 and 15 years old, who, according to statistical data, have a higher percentage of victims of virtual violence. The results obtained from the research pointed to the existence of cases of virtual violence among the adolescents surveyed, especially the ones of female sex. Regarding the understanding of what this new violence is, the results demonstrated that they know its meaning, although expressing it in a simplistic and spontaneous way. In view of the above, it points out to the need to further deepen the subject as a form of preventing virtual violence.

Keywords: Virtual Violence. Adolescents. Social Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Classes e renda domiciliar mensal.....	35
Figura 2- Média salarial por classe.....	35
Figura 3- Pirâmide com a renda familiar dos brasileiros.....	36
Figura 4- Mudança em caso de aprovação.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Idade dos adolescentes.....	73
Gráfico 2- Percentual de adolescentes por sexo e idade	73
Gráfico 3- Sexo dos adolescentes.....	74
Gráfico 4- Percentual de adolescentes estudando.....	75
Gráfico 5- Escolaridade dos adolescentes	75
Gráfico 6- Percentual de frequência no uso da internet	76
Gráfico 7- Dispositivo utilizado para acessar a internet.....	77
Gráfico 8- Percentual sobre as redes sociais que possuem contas	78
Gráfico 9- Percentual das redes sociais que mais utilizam no cotidiano	79
Gráfico 10- Percentual de adolescentes que conhecem o termo Sexting	79
Gráfico 11- Percentual de adolescentes que já receberam conteúdo íntimo	80
Gráfico 12- As redes sociais em que receberam o conteúdo íntimo	81
Gráfico 13- Percentual de adolescentes que já compartilharam conteúdo íntimo.....	82
Gráfico 14- Sexo que compartilharam fotos e/ou vídeos íntimos	82
Gráfico 15- Redes sociais em que foi compartilhado o conteúdo íntimo	83
Gráfico 16- Percentual de adolescentes que compartilharam conteúdo íntimo próprio	84
Gráfico 17- Para quem foi enviado o conteúdo íntimo	85
Gráfico 18- Percentual de adolescentes que tiveram o conteúdo íntimo divulgado sem consentimento	85
Gráfico 19- Conhecimento sobre quem divulgou o conteúdo íntimo	86
Gráfico 20- Relação entre o compartilhamento e quem recebeu o conteúdo íntimo ..	87
Gráfico 21- Opinião sobre o compartilhamento nas redes sociais	88
Gráfico 22- Opinião sobre a diferenciação entre sexo ao enviar conteúdo íntimo	89
Gráfico 23- Compreensão sobre o que é a violência virtual.....	900

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa
BBC	British Broadcasting Corporation
B.O	Boletim de Ocorrência
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CF/88	Constituição Federal de 1988
CM	Código de Menor
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CP	Código Penal
DIMI	Disseminação Indevida de Material Íntimo
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DMF	Departamento de Monitoramento e Fiscalização
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FEBEM	Fundação Estadual de Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NUCIBER	Núcleo de Combate ao Ciber Crimes
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para as Crianças

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A ADOLESCÊNCIA	14
1.1 A GÊNESE DA TECNOLOGIA.....	14
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA ERA DIGITAL EM MEADOS DA DÉCADA DE 1990 E EXPANSÃO NOS ANOS 2000.....	17
1.3 SURGIMENTOS DAS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS DE MENSAGEM ...	23
1.4 ADOLESCÊNCIA E TECNOLOGIA.....	30
2 DO <i>SEXTING</i> À VIOLÊNCIA VIRTUAL	41
2.1 <i>SEXTING</i> E AS REDES SOCIAIS.....	41
2.2 ENTENDENDO A CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE E SUA RELAÇÃO COM AS MÍDIAS DIGITAIS.....	53
2.3 BASES LEGAIS.....	59
3 A VIOLÊNCIA VIRTUAL E OS ADOLESCENTES DO CENTRO DA JUVENTUDE	68
3.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	68
3.2 ANÁLISE DO ENTENDIMENTO DOS ADOLESCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA VIRTUAL.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	12
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	12
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	14

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento intensificado das tecnologias em meados da década de 1990, o mercado vem apresentando novos meios para estar conectado com o mundo. Existem atualmente vários instrumentos digitais, dentre eles: computador, notebook, tablet e celular. As novas gerações que nasceram em um mundo globalizado e digital, muitas vezes utilizam-se destas ferramentas sem se preocupar com as consequências que podem ocasionar.

Assim, baseados na confiança em paqueras, ficantes, namorados (as), maridos e esposas, as pessoas expõem sua intimidade um para o outro, originando desta forma o termo *sexting*, o qual significa: *sex* (sexo) e *texting* (envio de mensagem de texto), ou seja, a prática de enviar fotos e/ou vídeos íntimos nus ou seminus para os (as) parceiros (as). Com isso, nesta nova era, conhecida por ser a Era Digital, surge uma nova violência, a virtual, que se dá por meio da divulgação indesejada de materiais íntimos na internet.

Diante deste contexto, surgiu o problema de pesquisa deste trabalho acadêmico, no qual consiste em identificar como os adolescentes do Centro da Juventude do município de Ivaiporã compreendem a violência virtual a partir de fotos e/ou vídeos divulgados nas redes sociais. Buscou-se desta maneira abordar o tema a partir destas tecnologias que se aprimoraram nos anos 2000, bem como apresentar as maneiras que esta violência pode incidir no cotidiano dos adolescentes e os meios legais de punição para os agressores deste tipo de crime.

Acredita-se que pelo fato dos adolescentes estarem cotidianamente conectados irão conhecer o tema ou terão vivenciado este tipo de violência, mas não visualizam como um tipo de crime.

Neste sentido, a pesquisa buscou como objetivo geral verificar como a tecnologia foi sendo desenvolvida no país e avançando para o surgimento da violência virtual, principalmente contra as mulheres que acabam sendo as principais vítimas. De acordo com a Ong Safernet (2017), os indicadores apontam que no ano de 2016, em relação ao sexting/exposição íntima foram atendidas 202 pessoas do sexo feminino e, 98 do sexo masculino. Para desenvolver o trabalho foram elencados objetivos específicos a fim de nortear o recorte histórico, logo, voltaram-se para a discussão das tecnologias nos anos 2000, diagnosticar a relação dos

adolescentes com as redes sociais, apresentar como as redes sociais e o *sexting* estão relacionados, bem como as consequências da divulgação, trazer a discussão sobre a construção da sexualidade da mulher na sociedade e, por fim, a compreensão dos adolescentes sobre o entendimento do que é esta violência virtual.

O presente trabalho acadêmico poderá contribuir significativamente com a prevenção da violência virtual, pois, com parcerias com a Prefeitura Municipal e o Núcleo Regional de Educação, será possível convidar palestrantes que são referências no tema e proporcionar aos adolescentes mais informações, debates sobre tal assunto e, para além disso, dentro da própria Universidade, nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o trabalho foi organizado em três capítulos, contemplando no primeiro capítulo uma contextualização do surgimento da internet e dos computadores e, posteriormente, dos celulares e a criação das redes sociais que se propagaram e tornaram-se mundialmente conhecidas, bem como apresentar uma discussão sobre a construção social do termo adolescência e a relação dos mesmos com estas redes sociais a partir de dados estatísticos.

O segundo capítulo voltou-se para apresentação do termo *sexting*, bem como discutir alguns termos que envolvem a prática. Na sequência há o debate sobre a construção da sexualidade da mulher dentro da sociedade, voltando para a questão do patriarcado e, finaliza com o aparato legal concernente ao tema: o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a Lei Maria da Penha e os projetos de leis que discutem a exposição indesejada de material íntimo em meios de comunicação.

Encerra-se com o terceiro capítulo que abordou a metodologia utilizada no trabalho e os resultados obtidos após a aplicação de questionários com quinze adolescentes do Centro da Juventude e que encontram-se na faixa etária dos 13 aos 15 anos de idade.

Por fim, acrescenta-se que a relevância deste trabalho se dá no sentido de apresentar uma nova violência que se desenvolve no atual contexto da sociedade, em que a informatização faz parte do cotidiano de todos e principalmente dos adolescentes. Assim, conhecer o que as tecnologias e as redes sociais desencadearam são fatores determinantes para a prevenção de crimes virtuais, bem como os meios legais para combatê-la, o que possibilitará ações de conscientização e educação para a cidadania.

1 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A ADOLESCÊNCIA

Este primeiro capítulo volta-se para a discussão do surgimento da internet e de duas ferramentas muito utilizadas atualmente, que são: computador e celular. Assim, busca-se apresentar por meios de dados históricos como se deu a tecnologia na década de 1990, seus avanços nos anos 2000, além de contextualizar o que são estas redes sociais, fazer uma relação das mudanças de tempo e espaço em nossa atualidade, e abordar sobre o conceito de adolescência, apresentando estatísticas sobre o uso dessas redes sociais no cotidiano.

1.1 A GÊNESE DA TECNOLOGIA

A revolução tecnológica teve como marco histórico a década de 1990, período em que foi possível por meio de uma rede de internet e computadores, conectarem-se com pessoas que estavam próximas ou a milhares de quilômetros de distância. De acordo com Barbosa (2013, p. 335) “[...] a comunicação analógica cedeu lugar ao mundo digital e com ele formas e formatos até então impensados passaram a fazer parte do cotidiano [...]”.

Logo, a internet tomou grande proporção e tornou possível para aqueles nascidos no século XX a comunicação à distância, acesso rápido à informação, novas formas de divulgação de empresas e serviços. Deste modo, para aqueles que viram ser criados a televisão e o rádio, esta é uma tecnologia que chama atenção e faz com que seja pensada uma nova forma de organização mundial.

É necessário voltarmos ao contexto político ideológico do final da década de 1960, período este em que estava acontecendo no cenário internacional a Guerra Fria.¹ Foi neste período de Guerra que surge a internet, onde os Estados Unidos da

¹ A Guerra Fria ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial, e de forma sucinta foi uma guerra de ideologia e poder entre duas grandes potências, sendo: Estados Unidos da América e União Soviética, no qual o objetivo maior era a soberania mundial entre capitalismo e socialismo, respectivamente. Seu término aconteceu após a queda do Muro de Berlim que reunificou a Alemanha que estava dividida e os acordos feitos entre os países, saindo como vitorioso os EUA.

América (EUA), com receio de que a União Soviética descobrisse informações da base militar americana, buscava uma base de informações que fosse descentralizada, caso houvesse furto das informações seria apenas de uma parte. Assim, o país financiou estudos e pesquisas acadêmicas para a criação deste sistema, conhecido como *ARPANet* do inglês *Advanced Research Projects Agency Network*, (REMOALDO, 1998).

Desta forma, em 1970 foram escolhidas quatro Universidades para testar os computadores que estavam conectados à *ARPANet*, este sistema utilizava como base para ligações, a rede telefônica. A princípio, o acesso era bem restrito, limitando-se aos militares e uso acadêmico. Logo em seus primeiros anos de uso, a rede de internet e os computadores já se mostravam eficientes, pois, segundo Remoaldo² (1998), na década de 1970 e 1980 houve uma expansão de 37 computadores em 1972, para 562 no ano de 1983. Chama atenção também que os parceiros da *ARPANet* já se utilizavam dos computadores e do acesso à internet para as necessidades diárias, tais como, envio de mensagem por correio eletrônico e transferência de ficheiros³.

Em 1990 a *ARPANet* foi extinta, sendo sua sucessora a *NSFnet – National Science Foundation*, que também não autorizava o uso comercial da internet, assim surgiu paralelamente outras empresas que autorizavam este acesso, sendo redes como: *ALTERNET*, *PSINet*, *CERFNet* e *NEARNet*.

É importante trazer o conceito de tecnologia, pois, sua abrangência está para além da computação como aponta Castells (1999, p. 67):

Como tecnologia, entendo, em linha direta com Harvey Brooks e Daniel Bell, “o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível”. Entre as tecnologias da informação, incluo, como todo, o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica.

Nesse sentido, vale ressaltar que esta pesquisa apenas abordará a partir do recorte da computação e telecomunicações e posteriormente a internet, no qual houve crescimento extraordinário nos anos 2000. O recorte deve-se a contextualização do tema da pesquisa: violência virtual contra adolescente no

² Para reportagem na íntegra acessar: <http://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html>

³ O mesmo que arquivo.

munícipio de Ivaiporã-Pr., logo é necessário apresentar o contexto histórico do surgimento das mídias digitais.

A revolução tecnológica que aconteceu principalmente na última década do século XX, trouxe seus desdobramentos na atualidade, pois, são a partir dos anos 2000 que os recém-nascidos já foram gerados nestas tecnologias, com acesso a computadores, vídeos games, celulares, câmeras fotográficas, tablets, redes sociais e afins. Assim, os adolescentes do ano de 2017, são frutos de uma geração tecnológica, tendo seus rebatimentos positivos e negativos.

Aos que nasceram já no século XXI, e que hoje são adolescentes, se lhes perguntarem como enviar uma carta pelo correio, ou se já viram um disquete⁴, dificilmente sua resposta será sim, que conhecem. As cartas feitas à mão foram sendo substituídas aos poucos, sendo primeiramente pela ligação de aparelho fixo ou móvel, depois pelas mensagens instantâneas no celular, pelo *email*, e, finalmente, pela criação de aplicativos que permitem vídeo-chamada, onde os usuários podem ver-se e falar-se simultaneamente. É uma forma positiva que a tecnologia possibilitou durante os anos, pois, é mais fácil, cômodo e possibilita ver cotidianamente um amigo ou familiar que esteja longe. Para Nassar (2011), em matéria para o site Mídias Digitais⁵ expressa que:

O contraponto deste afastamento está na diminuição destas demonstrações de afeto devido à rapidez e à facilidade disponíveis no universo online e pelo excesso de mensagens eletrônicas (e-mails) recebidas diariamente em caixas de entrada dos mais variados provedores de internet.

Neste cenário de informatização surgem as redes sociais, com o propósito de criar relacionamentos virtuais, seja afetivo ou de amizades. Porém, com o crescimento que houve desta plataforma, as redes sociais tornaram-se um lugar perigoso, pois nem todos que utilizam o serviço possuem comportamentos saudáveis. Desta forma, acabam por valer-se do mesmo para ameaças, violência virtual, e para o *cyberbullying*⁶, o qual será tratado no próximo capítulo.

⁴ Aparelho utilizado para guardar informações, entre 1975 a 2000.

⁵ Conferir na íntegra: <https://infnetmidiasdigitais.wordpress.com/author/danielnassarinfnet/>

⁶ Cyberbullying é um tipo de violência praticada contra alguém através da internet ou de outras tecnologias relacionadas. Praticar cyberbullying significa usar o espaço virtual para intimidar e hostilizar uma pessoa (colega de escola, professores, ou mesmo desconhecidos), difamando, insultando ou atacando covardemente.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA ERA DIGITAL EM MEADOS DA DÉCADA DE 1990 E EXPANSÃO NOS ANOS 2000

O final do século XIX e todo o século XX são marcados por grandes inventos que revolucionaram a vida dos cidadãos, seja a partir das máquinas a vapor na Revolução Industrial, posteriormente os eletrodomésticos, e na própria comunicação. Mas, o que se observa entre todos estes acontecimentos é que nenhum destes alcançou em tão pouco tempo a vida dos usuários como a internet. Para Baldessar (2005, p. 01):

[...] se observarmos a linha de tempo de algumas invenções dos dois últimos séculos, verificaremos que o tempo de difusão da Internet é incomparavelmente menor que os demais. A eletricidade, inventada em 1873, atingiu 50 milhões de usuários depois de 46 anos de existência; o telefone (1876), 35 anos para atingir esta mesma marca; o automóvel (1886), 55 anos; o rádio (1906), 22 anos; a televisão (1926), 26 anos e o microcomputador (1975), 16 anos. A Internet, por sua vez, criada na década de 90, tem hoje 378 milhões de usuários [...].

Antes de adentrar neste novo meio de comunicação, é necessário contextualizar sobre as mídias vigentes e de grande impacto na vida dos brasileiros, sendo o rádio e a televisão.

O rádio foi um importante meio de comunicação para os brasileiros e também um aliado para a política. Sgorlon (2014) apresenta que o rádio possibilitava interação entre a família e até mesmo entre os vizinhos, conhecidos como “televizinhos”. Logo, na década de 1920 houve uma estagnação nos rádios, sendo por questões técnicas, tanto quanto pela conjuntura que apresentava o país, assim, os políticos entendiam que o rádio seria uma forma de espalhar os acontecimentos e ideias vigentes e colocar à prova o governo vigente.

Mais tarde o rádio é visto já na Era Vargas como aliado político para disseminar sua ideologia. Neste período há também a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi um período de censura, mas também de propagação do rádio no Brasil, como apresenta Sgorlon (2014, p. 31):

É justamente neste período que os meios de comunicação foram controlados, levando diversos grupos a fecharem seus jornais,

revistas e rádios. Mas também será neste tempo que o rádio ganhará maior popularidade, pois o governo vê neste meio uma forma de divulgar em uníssono a sua imagem, e para isso, incentivará sua apropriação de maneira massiva. Estas iniciativas permitiram, que nos anos 1950, o rádio, como meio de comunicação, já estivesse definitivamente implantado [...].

Desta forma, quando o país entra em crise é neste meio de comunicação que Vargas procura apoio, mas os grandes grupos de rádio em união faz campanha contra o mesmo que em 1945 renuncia seu cargo.

O rádio ficou conhecido por suas radionovelas, e também no que se refere ao âmbito cultural, com surgimento de grandes artistas e músicas como destaca o site *Década de 50* (2006), artistas como: Dorival Caymmi, Dalva de Oliveira, Emilinha Borba, Ademilde Fonseca que interpretava a música Tico-Tico no Fubá e letra de Eurico Medeiros.

Em relação à televisão, chegou ao Brasil em 1939, com imagens ainda não bem definidas, logo pela novidade pouco foi discutido sobre seus pontos negativos (SGORLON, 2014).

Em 1950, nasce a primeira emissora de televisão, a TV Tupi, mas pouco foi sua propagação por ainda o rádio ser o principal meio de comunicação, que já estava legitimado pela população.

Assim, em 1960 a TV ganha melhores definições de imagem, e com uma linguagem de fácil entendimento para os espectadores vai ganhando seu espaço:

Os anos de 1960 foram vistos como terreno fértil para a televisão, pois neste período já se havia apreendido de outros países o conhecimento técnico que viabilizava seu uso e criou-se uma linguagem própria que atendia as expectativas do público, que agora era enxergado com mais nitidez pelos profissionais da área e almejado como um público que precisa ser capitaneado pela televisão, por meio de uma linguagem mais próxima. É também nesta década que o público da televisão é transformado em “índices de audiência”, por uma necessidade publicitária como retorno da programação apresentada (SGORLON, 2014, p. 38).

Logo, é em 1963 que é feita a primeira transmissão experimental em cores, mas somente na década de 1970 que os cidadãos começam a ter acesso mesmo que em poucas residências devido ao seu custo alto. Camargo (2009) apresenta alguns momentos que podem ser vistos agora em cores:

No final dos anos 1970 a televisão em cores já começa a se popularizar no Brasil. Já nesta década, o mundo pode ver o Brasil ser Tri-campeão da Copa do Mundo, o fim da Guerra do Vietnã, o fim dos Beatles, os desenhos Speed Racer e Pica-pau e se sentir como nunca interligado com o mundo por meio do mais poderoso veículo de comunicação até o momento (CAMARGO, 2009, p. 01).

Contudo, com as melhorias e inovações deste aparelho que a cada década foi se modernizando com novas tecnologias, espessuras, tamanhos e pesos e, trazendo mais comodidade para a vida dos consumidores, segundo pesquisa do site Teleco (2016), no ano de 2015 aproximadamente 97,1% da população possuem acesso a TV. Assim, houve um declínio em relação ao rádio que no ano de 2010 estava presente em 81,4% dos domicílios e passou para 69,2%. Sendo um dado que faz refletir como as tecnologias e outras invenções vão se sobressaindo, pois, o rádio foi um objeto altamente desejado pelos consumidores nas décadas de 1930 a 1950, logo, com o advento da internet fez com que esta invenção fosse menos utilizada atualmente.

De fato a internet foi a grande invenção que movimentou a última década do século XX, e também a que mais rápido chegou ao acesso dos consumidores. Seu valor inicialmente não possibilitava o acesso a todas as categorias, mas é necessário considerar que se comparadas a outras invenções como os eletrodomésticos, o consumidor mundial pode ter o acesso à internet mais rapidamente, e, em poucos anos alcançou a mesma quantia de usuários que outras invenções levaram anos, como citado acima.

É no ano de 1990, que Timothy John Berners-Lee e com auxílio de Robert Cailliau criam uma proposta formal para *World Wide Web* conhecido mundialmente como “WWW”. Esta proposta significava transformar em uma “linguagem” em que todos pudessem acessar os sites mesmo que estivessem fisicamente distantes. Já em 1991, a proposta estava finalizada e sendo liberado o acesso para o público.

Diferentemente de outras invenções que primeiro se consolidam nos países desenvolvidos e mais tarde nos subdesenvolvidos, o Brasil, em 1990 conectou-se a *NSFNET* e um ano mais tarde foram criados os subdomínios: gov, org, br, com.br.

Em se tratando de aparelho móvel, o celular chegou nesta época também no país, claro que não com toda esta tecnologia que temos acesso nos dias atuais.

Segundo Jordão⁷ (2009), foi na década de 1940 que é pensado o celular, mas a tecnologia da época acabou não sendo o suficiente para concretizar esta ideia. Somente após trinta anos, em 1973 que é realizada a primeira chamada de um telefone móvel para fixo, sendo comprovado que a ideia pensada estava correta e funcionava.

Durante este período de estudo para desenvolver o celular móvel, a pioneira foi a marca Ericsson, que desenvolveu o primeiro celular como aponta a reportagem de Pires (2012, p. 01)⁸:

Pioneira no mundo, em 1956 a Ericsson uniu todas as tecnologias anteriormente desenvolvidas e criou o celular, chamado Ericsson MTA (Mobile Telephony A). Pesando quase 40 quilos, o aparelho só era móvel se fosse levado em um carro.

É difícil imaginar como seria carregar um “acessório” tão grande como esse, e ainda nada prático, pois sua mobilidade dependia de um carro. Segundo Marinho (2012), em 1960, o Brasil contava com uma frota de 480 mil carros para uma população de 72,49 milhões, ou seja, mesmo que a ideia tivesse sido executada com êxito, apenas uma parcela de pouco mais de 0,6% da população teria acesso ao aparelho telefônico “móvel” da Ericsson.

A primeira empresa que lançou um aparelho realmente móvel foi a Motorola, sendo o modelo Dyna TAC, sendo este apenas um protótipo, e não foi expandido para o comércio. Nos EUA, apenas dez anos mais tarde que realizou-se o primeiro lançamento de um celular, o modelo Dyna TAC 8000x, e seu tamanho chegou aos trinta centímetros de altura aproximadamente, e seu peso era de cerca de um quilo, como descreve na reportagem de Jordão (2009).

Na década de 1990, iniciava a segunda geração de celulares, no qual o objetivo das empresas era de celulares com um menor peso e altura e com mais funcionalidade.

Com relação ao envio de mensagem de texto, foi criado somente em 1993, na Finlândia, onde foram realizados os testes pela primeira vez e mais tarde chega ao Brasil esta nova funcionalidade agregada aos celulares. Ressalta-se que não era

⁷ Para conferir reportagem completa, acessar: <https://www.tecmundo.com.br/celular/2140-historia-a-evolucao-do-celular.htm>

⁸ Reportagem completa, acessar:

http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06pw/Primeiro_Celular_Comercializado_No_Brasil

fácil enviar uma mensagem de texto como nos dias atuais. Jordão (2009, p. 01) apresenta quais eram as condições:

As mensagens de texto não eram grande coisa na época, porque eram limitadas a poucos caracteres e não permitiam a utilização de acentos ou caracteres especiais. Além disso, era difícil você poder utilizar o serviço de SMS, porque era necessário que, além do seu celular, o do destinatário fosse compatível com a tecnologia. Os celulares capazes de enviar mensagens de texto geralmente vinham equipados com um teclado alfanumérico, afinal, o aparelho deveria compreender letras além de números.

Logo, é em meados da década de 1990 que no Brasil era lançado o Motorola PT-550, o primeiro modelo de celular a ser comercializado em solos brasileiros, e segundo Pires (2012), seu preço era aproximadamente de 500 a 750 cruzeiros, moeda nacional da época.

Assim, somente na virada do milênio que os aparelhos foram se transformando e tornando-se mais sofisticados. No ano de 2002, segundo Lima Júnior⁹ (2012), era lançado o Nokia 7650, aparelho moderno que trazia design compacto, além de câmera digital, mp3 e contava com display com cores mais nítidas.

Com relação à internet em nível mundial, segundo o site Kim Marketing Digital (2012) em matéria intitulada “Os últimos 10 anos da internet - 2002 a 2012”, aponta que no o ano de 2002 o número de usuários girava em torno de 569 milhões e em 2015, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT) este número chegava a 3,2 bilhões de usuários.

Desta forma, pensando nacionalmente, segundo o site Teleco (2005), em pesquisas sobre usuários brasileiros, no ano de 2003, o país contava com 5,6 milhões de domicílios com acesso à internet, um total de 19,9 milhões de usuários, para uma população estimada em 183,6 milhões. A agência de marketing *social We Are Social*¹⁰ divulgou o relatório Digital, em que Lafloufa (2015) apresenta dados do país, no qual o Brasil em 2014 possuía 110 milhões de usuários para uma população de 204 milhões de habitantes, ou seja, mais da metade dos brasileiros já possuía acesso à internet.

⁹ Para conferir mais, acessar: <https://designinnova.blogspot.com.br/2012/06/evolucao-do-telefone-celular-1995-2012.html>

¹⁰ Para conhecer mais sobre, acessar: <https://wearesocial.com/br/blog/2016/07/we-are-dory>

De fato a internet foi uma grande invenção que foi aprimorada na década de 1990 e colocada para uso comercial juntamente com a criação do celular, tornando-se importante ferramenta de comunicação atualmente. Assim, o uso da internet nos celulares desses 110 milhões de usuários é de 39%, segundo pesquisa da We Are Social e divulgados por Lafloufa (2015).

Assim que a década de 1990 foi importante para consolidar o computador que vem sendo pensado e desenvolvido desde meados da década de 1960, durante a Guerra Fria, pois, possibilitou mais funcionalidade a partir da comercialização dos pacotes de internet. É necessário considerar também os estudos desde 1940 sobre criação de uma comunicação móvel, levando ao seu primeiro experimento na década de 1970 e, na década seguinte já sendo possível sua comercialização no exterior e posteriormente no país.

No Brasil, por ser um país subdesenvolvido à época, a tecnologia chegou mais tarde, na década de 1990, mas, não foi empecilho para sua rápida proliferação. Para melhor ideia sobre o uso da internet e sua utilização como ferramenta de trabalho, em 1995, segundo Conti¹¹ (2015), as bandas Biquíni Cavado e Barão Vermelho criavam sites comerciais, eram os pioneiros na música.

Assim, na virada do século houve um salto nos avanços tecnológicos possibilitando mais opções para seu uso, seja na internet, com os mais variáveis sites, vídeos, redes sociais e afins, e o celular, permitindo mais usabilidade, definição de imagem e criação de aplicativos. Deste modo, atualmente, segundo pesquisa realizada pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC)¹² domicílios¹³ 11ª edição, apresentou que entre os anos de 2014 a 2016, houve um crescimento de 5% em relação ao número de usuários com acesso à internet no país, passando de 53% para 58%, respectivamente. É importante enfatizar sobre a desigualdade que persiste no país, pois, segundo a mesma pesquisa, as classes C, D/E somam mais de 30 milhões de domicílios sem acesso à internet, concentrando-se na região sudeste do país.

¹¹Para conferir resgate histórico da internet no país e no mundo acessar: <http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-h199.htm>

¹² A pesquisa TIC Domicílios é realizada anualmente desde 2005 com o objetivo de mapear o acesso à infraestrutura TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e as formas de uso destas tecnologias por indivíduos de 10 anos de idade ou mais. A partir de 2013 a TIC Domicílios também incorporou em seu escopo a TIC Crianças, que investiga o uso de TIC entre indivíduos de 5 a 9 anos, e era realizada separadamente desde 2009.

¹³ Para conhecer a pesquisa na íntegra, acessar:

http://www.cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2015_coletiva_de_imprensa.pdf

A UIT (2016) também manifestou preocupação com a desigualdade, pois, segundo dados apresentados a penetração da internet em países desenvolvidos é de 81%, enquanto nos países em desenvolvimento é de 40% e nas nações mais pobres de 15%, logo, cerca de 3,7 bilhões de pessoas pelo mundo ainda não possuem acesso à internet, como apontado em reportagem¹⁴ publicada em julho de 2016.

Outro fator a se tratar é em relação à desigualdade de gênero no uso da internet. Até mesmo na internet, em alguns continentes, há diferenças. Segundo a mesma reportagem da UIT (2016), a África possui uma disparidade de 23%, enquanto a América permanece com o menor índice de 2%.

Conclui-se que a internet e o computador foram as tecnologias que em poucos anos foram se remodelando e criando novas funções de uso, tendo grande aceitabilidade pelos usuários de todo o mundo, no qual, em pouco tempo de comercialização tornou-se a tecnologia que mais alcançou as pessoas, se comparado com a energia, rádio e televisão.

É necessário considerar que mesmo com o aumento de usuários em relação ao uso da internet nos países subdesenvolvidos, há uma população maior que ainda não acessa esta ferramenta, que para muitos é imprescindível no dia-a-dia. Para o secretário geral da UIT, Houlin Zhao, o acesso à tecnologia será fundamental para o aceleração das metas do Desenvolvimento Sustentável¹⁵.

1.3 SURGIMENTO DAS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS DE MENSAGEM

Ao pronunciarmos as palavras rede social, pensamos nas que utilizamos atualmente ou nas que foram usadas no passado, mas que se tornaram obsoletas, tais como: Orkut, Myspace, MSN Messenger e Facebook.

Para conceituar o surgimento das mesmas é necessário voltarmos à década de 1990, pois, além das inovações já apresentadas no tópico 1.1, é neste período

¹⁴ Acessar a reportagem: <https://nacoesunidas.org/uit-37-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-internet-no-mundo/>

¹⁵ As Metas do Desenvolvimento do Milênio consistem em 17 objetivos e 169 metas iniciadas em 2013 e deverão orientar as políticas nacionais e atividades de cooperação internacional para os próximos quinze anos.

que foi criada aquela que consideram como a primogênita das redes sociais, a *ClassMates*.

O norte americano Randy Conrads, cria em 1995 a *ClassMates* que equivale o mesmo que colegas, com a intenção de produzir um meio de reencontrar amigos de classe, da faculdade. Seu auge se deu na mesma década, com mais de 50 milhões de usuários, segundo dados do próprio site. Esta rede social é voltada principalmente para os EUA e Canadá (JESUS, 2012). Para os brasileiros sua funcionalidade é para os que estudaram no exterior ou para àqueles que procuram conhecer mais sobre as celebridades. É possível, segundo Moretz¹⁶ (2014), encontrar os anuários e fotos, por exemplo, das cantoras Mariah Carey e Barbra Streisand e o ator George Clooney.

Por ser uma rede social nostálgica, ela ainda está ativa, e, de acordo com Moretz (2014), para acessá-la é necessário pagar pelo serviço e, para o credenciamento utiliza-se o nome do colégio, ano, email para contato e da mesma forma o nome da época que estudava, pois muitos já se casaram e o sobrenome pode ter sido alterado.

Os anos 2000 são considerados como a “Era das redes Sociais”, segundo Daquino (2012), pois, é nesta nova década do século XXI que aparecerão várias redes sociais, uma mais aprimorada que a outra que disputarão os usuários com ferramentas cada vez melhores.

Em 2002 é criado a *Friendster*, na Califórnia, por Jonathan Abrams e Cris Emmanuel, mas o lançamento aconteceu somente um ano depois, com intuito de propagar um site de relacionamento, segundo o site Friendster (2013), que fosse capaz de permitir conhecer os amigos dos amigos em comum e criar um novo tipo de relacionamento. Assim, foi sucesso instantâneo e logo alcançou milhares de usuários, segundo Jesus (2012), o Google chegou a oferecer 30 milhões de dólares pela compra do site, mas os criadores recusaram, tornando-se obsoleto por não conseguir dar suporte técnico para tantos usuários ao mesmo tempo.

Em 2003 nascia uma cópia de *Friendster*, a *Myspace*, criada pelos norte-

¹⁶ Para mais informações: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/07/classmates-suposta-primeira-rede-social-do-mundo-se-mantem-ativa.html>

americanos Tom Anderson e Chris DeWolfe. No mesmo ano já foi sucesso nos EUA e países da Europa, como aponta trecho do site Mundo das Marcas¹⁷ (2007, p.1):

[...] foi criado para que pessoas comuns se expressassem de forma criativa. A grande visibilidade teve início no mesmo ano, quando o líder do setor, o site de relacionamento Friendster, não conseguiu acompanhar o crescimento do tráfego. Durante os horários de pico, ficava muito lento e os usuários não conseguiam acessá-lo. Muitos desses usuários acabaram migrando para o MYSPACE, que conheceram através da eficiente propaganda boca a boca. Os primeiros usuários foram os próprios amigos e funcionários dos fundadores do MYSPACE, com certa ajuda na mídia por meio da Intermix Media, empresa que possuía uma cota de ações do empreendimento na época.

Somente em dezembro de 2007 que foi lançada oficialmente a versão do *Myspace* no Brasil, na versão beta, lançado no início de novembro do mesmo ano, contava com um milhão de usuários.

O site ainda está no ar, contendo o *Myspace Music*, claro que não mais com o número de usuários obtidos na primeira década dos anos 2000, que foram migrando para outras redes sociais, mas é fato que é um dos sites que mais cresceu e por muitos anos ficou na liderança das redes sociais.

É no ano de 2004 que nascem as duas grandes redes sociais que ficaram mundialmente conhecidas, o Orkut e o Facebook.

Primeiramente o Orkut que leva o nome de seu criador, Orkut Büyükkökten, que é um engenheiro de *Software* nascido na Turquia, e desenvolveu uma rede social que se tornou mundialmente conhecida. Seu foco inicial era os EUA, mas logo os brasileiros e indianos começaram a utilizar e já no início de 2005 havia sido criada a versão em português, segundo matéria publicada por Damaso¹⁸ (2016).

Um dos aspectos que deixavam os usuários com mais desejo de utilizar o site, é que inicialmente só poderia se conectar a ela caso fossem convidados por um amigo, mas por grande repercussão logo foi aberta para cadastro de qualquer pessoa.

Sem dúvida foi uma grande rede social que movimentou a internet, mas o aprimoramento que criadores das outras mídias sociais estavam desenvolvendo a

¹⁷ Para conhecer mais sobre, acessar: <http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2007/08/myspace-place-for-friends.html>

¹⁸ Para reportagem completa acessar: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/07/historia-do-orkut.html>

fim de conquistar mais acesso e popularidade, fez com que houvesse um declínio principalmente após expansão do Facebook, como aponta Damaso (2016):

Com o surgimento de outras redes sociais, como o Facebook e o Twitter, o Orkut viu a sua audiência cair em 2011. Já em 2012, o site perdeu o lugar no topo do ranking para o site de Mark Zuckerberg no Brasil, o que já havia acontecido em outros países. De acordo com dados da comScore, o Facebook alcançou a marca de 36,1 milhões usuários superando os 34,4 milhões do Orkut. Em 2013 a rede social do Google caiu vertiginosamente perdendo 95,6% o número de acessos fixos no Brasil e foi superado até pelo Ask.fm.

Assim, em dezembro de 2014, a rede social que foi comprada pelo Google chega ao fim e é excluída, de forma que os usuários foram avisados para aqueles que quisessem salvar fotos pudessem entrar na conta e salvá-las antes do seu fim.

O criador da rede social Orkut, divulgou em junho de 2016, segundo o site G1(2016), que está trabalhando em uma nova rede social, a *Hello*, que visa que as pessoas se conectem a partir das mesmas paixões, pois, suas críticas são de que as redes sociais distanciam as pessoas. Esta nova rede social já está disponível nos EUA e também para os brasileiros, possui versões para iOS e *Android*. Em maio de 2017, o aplicativo contava com mais de 1000.000 downloads.

Criado por Mark Zuckerberg e amigos, o Facebook também é lançado no ano de 2004, seu uso era restrito, somente usado internamente, liberado em 2006 para qualquer pessoa acima dos trezes anos de idade, tornou-se a maior rede social. Atualmente, segundo dados apresentados em matéria de Kurtz (2016), o Facebook atingiu em novembro de 2016, a marca de 1,8 bilhões de usuários. Ao realizar um comparativo com a população mundial que está estimada em mais de 7,5 bilhões de pessoas, o número de usuários conectados ao Facebook é de aproximadamente 24% desta população total.

Conforme dados apresentados pelo próprio Facebook¹⁹ (2015), em última pesquisa realizada pelo site em 2014, aponta que os brasileiros totalizam mais de 92 milhões de usuários, sendo em média 45% da população brasileira, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

¹⁹ Para conferir todos os dados apresentados pelo Facebook em relação ao Brasil, acessar: <https://www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes>.

Assim, é possível identificar como é o poder da rede social, apenas uma das diversas outras mídias digitais que existe é capaz de movimentar quase a metade da população de um país, por isso a importância da discussão sobre o *sexting* palavra de origem americana e que significa *sex*- sexo e *texting*- envio de mensagem de texto, e a *revenge porn* ou conhecida pornografia de vingança, termos que serão aprofundados no próximo capítulo. A imagem indesejada se compartilhada em uma rede social como o Facebook, até sua remoção que é possível através das ferramentas disponíveis no site²⁰, esta pode ser visualizada e compartilhada por milhares de pessoas. Exemplo: se um usuário possui em média 1.500 amigos virtuais e compartilha uma imagem nua ou seminua sem consentimento de uma adolescente, e destes, cinco amigos compartilham em seu perfil e cada um desses possui a mesma média de amigos, quantas mil visualizações já não renderam? Por isso a preocupação em torno desta temática se torna fundamental no atual contexto, pois é necessária a criação de algumas medidas de prevenção, seja por meio de cartilhas, palestras ou projetos para conscientização da não divulgação de material de foro íntimo.

Em relação aos aplicativos destacam-se dois destes, que possuem total relação com o *sexting* e a violência virtual, que é tema principal desta pesquisa.

O primeiro deste, o WhatsApp, criado no ano de 2009, e segundo matéria publicada por Angelo (2016) para a rede de negócios *LinkedIn*²¹, foi criado pelo ucraniano radicado nos EUA Jan Koum. Iniciou faculdade em Ciências da Computação, mas após conseguir emprego acabou por desistir do curso. Foi em um momento que estava desempregado que criou o aplicativo que mais tarde se tornaria o mais acessado no mundo.

Assim, em 2009, ao desenvolver um aplicativo de mensagens similar ao SMS para o novo modelo de celular da *Apple*, o *iPhone*, sua intenção era de um aplicativo que fosse totalmente gratuito e que mesmo com um provedor de internet de baixa potência, pudesse enviar e receber mensagens de pessoas de qualquer lugar no mundo.

²⁰ Recentemente, o Facebook fez mudanças no qual dificulta o compartilhamento de imagens íntimas. Assim em parceria com a Safernet Brasil e à Cyber Civil Rights Initiative (CCRI), criaram um manual intitulado “Sem meu consentimento, não” com dicas para a prevenção e denúncias de imagens íntimas. Para ler na íntegra, acessar: <https://fbnewsroomus.files.wordpress.com/2017/11/sem-meu-consentimento-nao.pdf>.

²¹ Para mais informações: <https://www.linkedin.com/uas/login>

Entretanto, sem investir no produto, apenas com estas características, o aplicativo logo foi sendo instalado em mais celulares, inicialmente por não possuírem investimentos não havia atualizações. Somente após os primeiros investimentos que o negócio foi se expandindo e tendo mais possibilidades dentro do aplicativo e suporte para a entrada de mais usuários.

Para maior dimensão, apresentam-se dados divulgados pelo Facebook, e compartilhado por Prado (2016) onde o proprietário da rede social, Mark Zuckerberg, comprou o aplicativo por US\$ 19 bilhões, no ano 2014. No ano de 2016, o WhatsApp completou a marca de 1 bilhão de usuários, sendo que por dia são enviadas mais de 42 bilhões de mensagens e compartilhadas mais de 1,6 bilhões de fotos por dia.

Assim, é durante estas milhares de mensagens enviadas diariamente que o *sexting* ocorre. De acordo com dados da pesquisa realizada pela eCGlobal (2013) com aproximadamente 1.900 brasileiros, 49% dos que enviam fotos íntimas utilizam os aplicativos e 24% dos que enviam vídeos também utilizam-se do mesmo recurso. Pela facilidade em enviar mensagens pelo WhatsApp, torna-se um dos maiores meios de propagar a violência virtual, seja sem consentimento por terceiros, pornografia de vingança ou com consentimento. Contudo, torna-se praticamente impossível sua remoção, diferentemente do Facebook que é possível denunciar publicações que contenham nudez.

O segundo aplicativo é o Snapchat, criado por Evan Spiegel, nascido em Los Angeles, iniciou os estudos em design de produtos, onde conheceu seu sócio Bobby Murphy, que estudava Matemática e Ciências da Computação. Logo, em 2011, foi criado o aplicativo que uma de suas principais características é que após alguns segundos determinados pelo usuário, o registro é apagado independente de ser foto ou vídeo, portanto:

[...] trata-se de um aplicativo para dispositivos móveis em que os usuários podem trocar mensagens (fotografia, vídeo ou texto). Cada mensagem pode ser visualizada por poucos instantes — de 1 a 10 segundos, sendo o tempo de exibição determinado pelo usuário que faz o envio. E, após a sua visualização, as mensagens enviadas são deletadas — não apenas do aparelho do usuário que as recebeu, como também dos servidores da empresa. Assim, a autora avalia que o Snapchat confere a seus usuários uma falsa sensação de segurança, dando liberdade para que eles enviem fotos comprometedoras sob a ilusão de que essas desaparecerão após instantes [...] (PRIMO, A. et al, 2015, p. 10-11).

Segundo dados do site British Broadcasting Corporation (BBC) e escritos por Cellan-Jones (2013), demorou um pouco para os usuários gostarem, pois, inicialmente a ideia do registro ser apagado instante depois era atípico. Mas, após os adolescentes encontrarem nesta rede social uma maneira de sair da consagrada rede social convencional, dois aspectos tornam-se forte neste tipo de aplicativo como aponta Cellan-Jones (2013) “este padrão levou a duas suposições sobre o Snapchat: que é usado para mensagens de teor sexual (envio de fotos explícitas entre adolescentes) e que o aplicativo é uma grande ameaça ao Facebook”. Este aplicativo dá a falsa sensação de segurança por segundos após ser publicado a foto e/ou vídeo serem excluídos automaticamente. Mas, os *smartphones* possuem a ferramenta *print*²², assim é possível compartilhar no WhatsApp, Facebook e até mesmo enviar para sites que contenha pornografia.

Deste modo, é perceptível que a criação desses canais de comunicação foi importante para criar novas relações, as virtuais, mas os usuários aproveitam para se relacionarem intimamente, levando muitas vezes a uma violência virtual.

Segundo pesquisa apresentada pela empresa de marketing *We Are Social* e divulgados por Lafloufa (2015), trouxe dados mundiais e específicos sobre o Brasil em relação ao uso da internet e redes sociais na atualidade. Assim, segundo pesquisa realizada durante o ano de 2015, e divulgados por Giacomele (2015) a média diária de um usuário no computador é de cerca de 5h 26m, em seguida sobre o uso de celular diariamente é de 3h 47m e com o mesmo horário o uso de redes sociais. Dos 110 milhões de usuários brasileiros, 79 milhões utilizam por meio dos *smartphones*. Desse total de usuários, 96 milhões possuem contas ativas em mídias sociais, sendo que 78 milhões se conectam por celulares móveis. Em relação às plataformas mais usadas, o Facebook fica na liderança, com 25% e logo em seguida o WhatsApp, com 24%.

Uma segunda pesquisa, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (2015), em relação às redes sociais, apontou que as mais utilizadas pelos brasileiros são: em primeiro lugar, com 83%, o *Facebook*, em sequência o *WhatsApp*, com 58%.

Finalmente, o Snapchat é uma mídia social mais recente se comparada com as apresentadas acima, mas segundo dados divulgados pelo próprio aplicativo e

²² Print é uma ferramenta que possui os celulares mais novos, no qual ao apertar simultaneamente dois botões específicos é possível capturar foto da tela, sendo salva na própria galeria de fotos.

divulgados em matéria de Capelas (2017), atualmente possui 158 milhões de usuários ativos diariamente.

Conclui-se que os anos 2000 foram realmente a era das redes sociais, pois, além destas abordadas acima, foram criadas outras, tais como: Instagram, YouTube e Twitter que são grandes redes sociais da atualidade. Assim, são espaços de comunicação virtual que são importantes atualmente, seja para iniciar relacionamentos afetivos ou criar laços de amizade, servem para um tipo de interação social, mas acabou também por trazer consigo uma nova violência, sendo ela virtual, donde sem consentimento, terceiros divulgam imagens de foro íntimo do outro por vingança, ou por qualquer outro motivo injustificável, o que será aprofundado no segundo capítulo.

1.4 ADOLESCÊNCIA E TECNOLOGIA

A idade etária que define o período da adolescência é demarcada de diferentes formas, sendo que para a Organização Mundial de Saúde (OMS), entre 10 e 19 anos. Assim, é dividido em três etapas: a primeira, entre 10 e 14 anos, a pré-adolescência, a adolescência entre 15 e 19 anos e a juventude dos 15 aos 24 anos. Sendo assim, para Davim et al. (2009, p. 132):

[..] essa definição por faixa etária, segundo a literatura, ou seja, entre 10 e 19 anos de idade, dá-se simplesmente por razões estatísticas, já que a adolescência é considerada como um processo que começa antes dos 10 anos e não termina aos 19. Esse início é biológico definido por meio da maturação sexual, enquanto que seu limite final é de ordem sociológica, a partir da concepção de que o adolescente passa a ser adulto no momento em que se torna independente dos familiares, determinado por sua liberdade econômica.

Segundo Eisenstein (2005), demarca este período cronológico principalmente para fins estatísticos e políticos, assim como os termos adolescência e juventude para englobar universitários, os jovens que ingressam na carreira militar e aqueles que participam de projetos sociais em programas comunitários ou estaduais.

Para o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, adolescente é o cidadão entre 12 anos e 17 anos incompleto, mas em casos

excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142). Desta forma, Eisenstein (2005), expõe também que apenas entender o adolescente nesta ordem cronológica nem sempre é correto, pois:

É importante enfatizar que, devido às características de variabilidade e diversidade dos parâmetros biológicos e psicossociais que ocorrem nesta época, e denominadas de assincronia de maturação, a idade cronológica, apesar de ser o quesito mais usado, muitas vezes não é o melhor critério descritivo em estudos clínicos, antropológicos e comunitários ou populacionais (EISENSTEIN, 2005, p. 01).

Ao referir-se aos adolescentes, nesta pesquisa compreende-se aqueles que estejam na idade preconizada no ECA, entendendo por utilizar o mesmo estatuto como base legal em relação a divulgação ou compartilhamento de material de foro íntimo.

Ao caracterizar sobre o que é a adolescência existem variedades de definições desde naturalista ao sócio histórico, que procuram explicar este período.

Assim, do ponto de vista biomédico Davim et al. (2009), Eisenstein (2005), Domingues e Alvarenga (1991) compreendem a adolescência, em linhas gerais como:

Do ponto de vista biomédico, a adolescência é considerada como uma fase do desenvolvimento humano de transição entre a infância e a vida adulta na segunda década da vida, marcada por transformações biológicas da puberdade e relacionada à maturidade bio-psico-social. Essas transformações são tidas como elementares na vida dos indivíduos, levando-se a identificar a adolescência como sendo uma fase crítica, envolvendo momentos de definições de identidade sexual, profissional, de valores e sujeita a crises, muitas vezes tratada como patológica (DAVIM et al. 2009, p. 132).

Tratando da visão naturalista, Bock (2007) traz como referência Milton Erickson, um psiquiatra norte americano:

Foi Erickson (1976), no entanto, que institucionalizou a adolescência. Apresentou-a a partir do conceito de moratória e a caracterizou como uma fase especial no processo do desenvolvimento, na qual a confusão de papéis, as dificuldades para estabelecer uma identidade própria a marcavam como “um modo de vida entre a infância e a vida adulta” (ERICKSON, 1976 apud BOCK, 2007, p. 64).

Desta maneira, nota-se que Erickson segue a ideia entendida pela biomedicina como uma passagem da infância para a vida adulta. Este acrescenta como natural que nesta fase da vida, o indivíduo passe por processo de dificuldades seja com a identidade, sobre funções que deve desenvolver, e até mesmo sobre o futuro. Assim, Bock (2007) entende que esta visão naturalista é:

[...] inerente ao desenvolvimento humano, a adolescência não só foi naturalizada, mas também percebida como uma fase difícil, uma fase do desenvolvimento, semi-patológica, que se apresenta carregada de conflitos “naturais”. A cultura aparece apenas como molde da expressão de uma adolescência natural que, por outro lado, sofre com a pressão exercida pela sociedade atual, a qual impõe a moratória ao adolescente pela dificuldade e demora para ingressar no mundo do trabalho (BOCK, 2007, p. 64).

Deste modo, outros autores como Içami Tiba (1985 apud BOCK, 2007) entende esta fase da adolescência como um processo de mudanças, seja no corpo, nas emoções, nas relações sociais e familiares, ou no descobrimento da sexualidade. Desta forma, Davim et al. (2009, p. 132), entende que a adolescência seja:

[...] período de vulnerabilidade física, psicológica e social, com complexas mudanças no processo de desenvolvimento do ser humano. As modificações físicas, cerebrais, endócrinas, emocionais, sociais e sexuais, ocorrem de forma conjugada, com modificações estruturais, físicas, mentais e emocionais, originando comportamentos e emoções não antes sentidas pelo adolescente, família, amigos e profissionais que convivem com ele. Por este ser um período vulnerável, a experiência do adolescer vai exigir da família, dos profissionais de saúde e da educação uma atenção especial para esse adolescente, ajudando-o a lidar com situações e problemas que possam provocar danos e agravos à saúde.

Neste sentido, os autores supracitados veem como natural a adolescência, no sentido de transformações físicas e psicológicas, assim para além de toda questão dessas transformações, um novo conceito é apresentado, sendo o papel da família e de outros órgãos, no qual devem ser nesta fase, um alicerce para ajudar nos possíveis problemas que possam passar os adolescentes.

Sendo com crise de identidade ou pela entrada no mercado de trabalho, que dependendo do meio popular Bock (2007) aponta que uma mesma situação pode ser interpretada de maneira diferente, a exemplo, o desemprego. Assim, em uma

categoria com menos condições financeiras, o desemprego é visto como uma forma de exclusão. Para adolescentes com maiores condições econômicas esta situação é vista como momento de redefinição de projetos.

Em relação à visão sócio histórica, a adolescência é entendida que não se construiu durante todos os períodos históricos, tais como: pré-história, idade antiga, média e moderna, e sim, como aponta Bock (2007), que é a partir da Revolução Industrial e das mudanças dos meios de produção que passam a necessitar de pessoas capacitadas, sendo que o período em escolas também deveria ser maior. Nesse sentido,

[...] com a revolução industrial, o trabalho se sofisticou, do ponto de vista tecnológico e passou a exigir um tempo prolongado de formação, adquirida na escola, reunindo em um mesmo espaço os jovens e afastando-os do trabalho por algum tempo. Além disso, o desemprego crônico/estrutural da sociedade capitalista trouxe a exigência de retardar o ingresso dos jovens no mercado e aumentar os requisitos para este ingresso, o que era respondido pelo aumento do tempo na escola (BOCK, 2007, p. 68).

Deste modo, é com o tempo de permanência maior no ambiente escolar, seja para qualificação, ou pela necessidade, sendo o caso dos filhos dos trabalhadores que precisavam trabalhar e não havia outro lugar a não ser o colégio para deixá-los, que, logo tem um aumento em relação ao número de jovens nos colégios, criando então um novo grupo, a adolescência:

[...] a extensão do período escolar e o conseqüente distanciamento dos pais e da família e a aproximação de um grupo de iguais foram conseqüências destas exigências sociais. A sociedade então assiste à criação de um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento a juventude/a adolescência (BOCK, 2007, p. 68).

Nesse sentido, é importante refletir que mais que uma fase natural de passagem entre ser criança e adulto, nem sempre a sociedade compreendeu como período de aprendizagem, de mudanças, de trocar os interesses por novos, de refletir sobre os projetos pessoais e profissionais, mas sim como momento de adentrar ao mercado de trabalho, de criar responsabilidades, construir família como aponta Davim et al. (2009):

Reportando-nos aos séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial imprimiu profundas mudanças às sociedades europeias e norte-

americanas com repercussões na organização familiar. A industrialização levou à progressiva urbanização da sociedade, o surgimento da burguesia, da família nuclear, do ensino obrigatório, dos meios de comunicação de massa, do progresso científico, tecnológico, entre outros. A qualidade de vida se refletiu no padrão demográfico das populações, tendo havido diminuição das taxas de natalidade e mortalidade infantil, bem como aumento da expectativa de vida. Até então, as famílias tinham muitos filhos a sua maioria morria; as crianças ingressavam cedo na vida adulta, estimulando assim rápida maturação social e diferentes grupos etários conviviam tanto no trabalho como na vida social [...] (DAVIM et al. 2009, p. 135).

Nessa perspectiva de conceituar o que é a adolescência, é possível verificar o quão complexo é seu conceito, com diferentes visões sobre uma mesma temática e mais que um período cronológico demarcado como um processo de passagem da criança para a fase adulta, sendo que esta fase foi construída socialmente, e nela estão imbricadas questões biológicas, tais como:

[...] às mudanças morfológicas e fisiológicas (forma, tamanho e função) resultantes da reativação dos mecanismos neuro-hormonais do eixo hipotalâmico-hipofisário-adrenal-gonadal. (EISENSTEIN, 2005, p. 01).

Contudo, conclui-se que esta fase é de descobertas, sejam elas pessoais, sociais, políticas, sexual ou tecnológica.

Assim, ao voltar-se este capítulo para as tecnologias e seu surgimento, e ao reportar-se aos adolescentes, faz-se necessário apresentar os dados que cercam este público e sua relação com a internet e com as redes sociais.

Com relação às tecnologias e o acesso dos adolescentes à internet e seu conteúdo, segundo pesquisa realizada em 2013 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) ²³, apontou que aproximadamente 70% dos jovens possuem acesso à internet, considerando aqueles que acessam diariamente, semanalmente, mensalmente ou pelo menos uma vez nos últimos três meses que antecederam a pesquisa. Em relação aos 30% que não possuem acesso, a pesquisa apresentou algumas características: zona rural, regiões norte e nordeste, baixa escolaridade, classes D/E, renda de até um salário mínimo.

Durante a realização da pesquisa realizada pela UNICEF, um dos itens que aparece é em relação a qual classe social a família pertence, desta forma é

²³ Para acessar a pesquisa completa:
https://www.unicef.org/brazil/pt/br_uso_internet_adolescentes.pdf

importante conceituar a partir de algumas instituições, como classificar um grupo familiar a uma classe social.

Neste sentido, para classificar um cidadão a uma das classes, sendo: A, B1, B2, C1, C2, D/E, a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP), apresentou em 2015 alterações nos critérios de avaliação. Compreendendo da seguinte forma a renda mensal e sua classe, como demonstrado na imagem abaixo:

Figura 1 - Classes e renda domiciliar mensal

Estrato Sócio Econômico	Renda média Domiciliar
A	20.272,56
B1	8.695,88
B2	4.427,36
C1	2.409,01
C2	1.446,24
D - E	639,78
TOTAL	2.876,05

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2014

Fonte: ABEP (2014)

Para o IBGE apud Carneiro (2016), foi apresentado o critério de salário para as classes utilizado no ano de 2016, conforme o quadro abaixo:

Figura 2 - Média salarial por classe

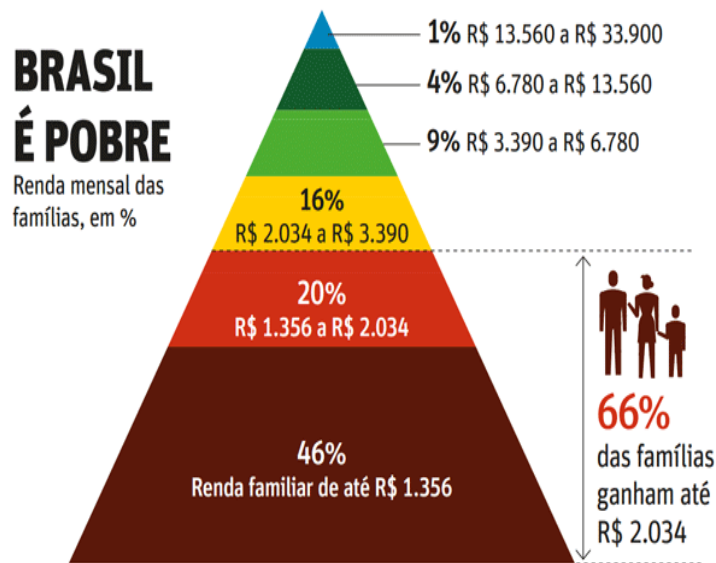
Classe	Número de Salários-Mínimo (SM)	Renda Familiar (R\$) em 2016
A	Acima de 20 SM	R\$ 18.740,01 ou mais
B	De 10 a 20 SM	R\$ 9.370,01 a R\$ 18.740,00
C	De 4 a 10 SM	R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00
D	De 2 a 4 SM	R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.874,00

Fonte: Carneiro (2016)

Diferentemente da ABEP, o IBGE divide em apenas cinco classes, no entanto, as classes D e E possuem valores salariais mais altos do que apresentada na figura 1. Entretanto, considerando a base salarial utilizada na pesquisa da UNICEF para quantificar o número de adolescentes com acesso à internet, sendo entre aqueles que possuem menos de dois salários e mais de dois, a renda e a classe que mais se aproxima desta média é a vinculada com a ABEP.

Em relação à situação do país em linhas gerais, o Jornal Data Folha (2013) apresentou a pirâmide invertida que vive o país, pois ao topo está menos de 1% da população, enquanto a maior parte vive com um pouco mais de um salário, como demonstrado na imagem a seguir:

Figura 3 - Pirâmide com a renda familiar dos brasileiros



Fonte: Datafolha/nov.2013. Obs.: A soma não chega a 100% pois parte dos entrevistados se nega a declarar a renda

Fonte: Carneiro (2016)

Do total de participantes da pesquisa da UNICEF, 64% utilizam todos os dias a internet. Também verificou-se sobre a renda e as classes entre os adolescentes que mais utilizam deste serviço de acesso, sendo as classes A/B e com renda acima de dois salários.

A pesquisa apresenta dados de gênero, cor/raça, logo os adolescentes que se consideram brancos são a maioria com 79,5%, na sequência, pardos com 70% e pretos com 69,5%. Em relação ao acesso por sexo, o uso por meninas é de 74%, enquanto para eles, 71%.

A faixa etária que mais se utiliza da internet são adolescentes entre 15-17 anos com 78,5%, em seguida entre 12-14 anos com 67%. Entretanto, em relação à escolaridade, destacam-se alunos de ensino médio e superior com 86,5%.

Sobre as atividades que buscam na internet, 76% é por diversão, 66% para amizades, 61% trabalho escolar e, 40% buscam informação.

No que se referem às ferramentas mais utilizadas, com 84% os adolescentes preferem as redes sociais, em seguida os jogos online com 69%, email 59% e mensagem 57%.

Em relação às redes sociais, a pesquisa da UNICEF também apontou que já em 2013 o Facebook era a maior rede social com 92%. Em seguida, apontou que os alunos entre 15-17 anos e com escolaridade entre ensino médio e superior eram os que mais utilizavam. Os adolescentes com menor renda são aqueles que também possuem menor acesso à rede social, seguidos por aqueles que fixam residência em área rural.

A pesquisa abordou ainda a relação entre rede social e segurança, no qual 46% afirmam não adicionar desconhecidos, em sequência, 33% adicionam dentro de determinadas condições e, 21% aceitam sempre. Sobre esse perfil de usuário que aceita pessoa desconhecida na sua lista de amigos virtuais, destacam-se os meninos, principalmente da zona rural e da região norte do país.

No que tange à exposição de fotos e vídeos, 91% dos adolescentes afirmam postar foto pessoal nas redes sociais, e 68% postam vídeos pessoais. O detalhamento apontou que 94% dos *posts*²⁴ são feitos por meninas, com maior percentual da região sudeste, de classe C, e com mais de dois salários.

Finalmente, ao referir sobre acesso a conteúdo sexual a pesquisa apresentou que apenas 19% acessaram conteúdos de teor sexual para maiores de 18 anos²⁵.

Assim, encerra-se que a adolescência é um processo social, pois nem sempre se falou em adolescente em outros períodos históricos da sociedade, uma vez que esta fase, a adolescência, já se considerava o jovem como adulto por necessitar trabalhar para ajudar no sustento da casa ou mesmo com idade para casar e ter suas próprias responsabilidades. Portanto, após a industrialização e a necessidade de profissionalizar-se e qualificar-se é que as crianças passam a

²⁴ O mesmo que publicação.

²⁵ A pesquisa apresentou que a metodologia utilizada permitia a presença dos pais, o que pode ter influenciado o resultado.

permanecer mais tempo no ambiente escolar, criando-se um novo grupo, os adolescentes.

Após a contextualização sobre o que é a adolescência e do entendimento que foi um grupo que surgiu com a necessidade de um período histórico, faz-se necessário contextualizar sobre as leis que protegem os mesmos. Assim, no Brasil, até início do século XX, não existiam leis ou decretos que assegurassem direitos a este grupo social, logo, o mais perto disso, era a Lei do Ventre Livre de 1871 (AZEVEDO, 2007).

Em relação ao Brasil, atualmente o Código vigente em relação à criança e o adolescente é o ECA, mas, antes deste existiu outro Código que o antecedeu. Assim, segundo Azevedo (2007) no ano de 1927, surge o Decreto 17.943-A, no qual possuía 231 artigos e levou o nome de seu criador José Cândido de Albuquerque Mello Matos, conhecido como “Código Mello Matos”. O mesmo, para além de idealizador, foi o primeiro juiz de menores no Brasil, em 1924.

Este Código tinha como público alvo, segundo aponta Azevedo (2007, p. 6), os que estão “[...] em situação irregular aqueles menores de idade (18 anos) que estivessem expostos (art.14 e ss, CMM); abandonados (art. 26, CMM); ou fossem delinquentes (art.69 e ss, CMM)”. Assim, crianças e adolescentes que viviam com seus pais não estavam assegurados pelo Estado. Este foi o primeiro Código em que o Estado provê qualquer tipo de iniciativa, mesmo que com um molde conservador.

Por sua característica conservadora, o referido Código incluía apenas crianças em situação de rua ou que cometessem ato infracional, e presumia estes como caso de polícia, segundo Carvalho (1977 apud PLANO DECENAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ESTADO DO PARANÁ, 2013, p. 53-54), este Código:

[...] o CM/1927 esclareceu as diretrizes e políticas a serem aplicadas às crianças e adolescentes, além de regulamentar questões como tutela, pátrio poder, trabalho infantil, e adolescentes que praticassem atos infracionais. Por meio dos seus dispositivos, afastou-se a imputabilidade penal dos menores de 18 anos de idade – com ou sem discernimento na ação; instituiu-se processo especial para os adolescentes de 14 a 18 anos acusados da prática de fatos considerados como crimes ou contravenções, sendo que os menores de 14 anos não seriam submetidos a nenhuma forma de processo; houve a possibilidade de intervenção do juiz nos casos de abuso do pátrio poder, impondo condições para seu exercício pelos pais.

Ainda, limitou-se o trabalho infantil, com idade mínima de 12 anos, e foi proposta a criação de um corpo de assistentes sociais, com comissários voluntários ou membros de conselhos para auxílio aos Juizados.

Percebe-se o quanto o país neste início do século XX ainda era frágil em relação às políticas para crianças e adolescentes, no qual este Código apesar de toda sua fragilidade, até mesmo por ser o primeiro no país, construído em moldes conservadores e, principalmente focalista, apresentava as primeiras iniciativas em relação ao trabalho infantil, que foi muito presente na revolução industrial.

Assim, no decorrer das décadas seguintes do século XX, foram criadas as Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor (FEBEM), porém o Estado do Paraná não contava com nenhuma sede, mas havia a Escola para Menores Professor Queiroz Filho de 1965, aponta o Plano Decenal Criança e Adolescente do Estado do Paraná (2013). Para além disso, estas instituições foram construídas em alguns estados somente após o governo federal entender que o “problema do menor” era de responsabilidade social e governamental.

Em 1979 há alterações no CM, assim, o Plano Decenal Criança e Adolescente do Estado do Paraná (2013) apresenta que:

O CM/1979, promulgado sobre os ditames da Ditadura Militar e nos termos da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, inovou na tentativa de considerar características especiais de vida dos adolescentes nas instituições de internação. Entretanto, reforçou o conceito de criança e adolescente pobre e delinquente, consagrando a estigmatização dessa parte da população como excluídos e perigosos à ordem social (2013, p. 57-58).

Vê-se então que mesmo após décadas, as crianças e adolescentes não são entendidos em sua totalidade, mas sim, continua uma visão de delinquentes, relacionando à pobreza, e que devem ser mantidos distantes da sociedade.

Somente após a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que são destinados alguns artigos para este segmento, e para, além disso, pela primeira vez se fala em proteção integral e responsabilidade não só da família ou do Estado, como apresenta o artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à

cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2012, p. 128)

Desta maneira, é com a CF/88, que pela primeira vez apontou-se o papel do Estado, da família e de toda sociedade para com todas as crianças e adolescentes, não somente para aqueles que cometeram atos ilícitos ou em situação de rua. O Código anterior não abordava questões de crianças e adolescentes que estavam no ambiente familiar, mas que também passavam por situações como maus tratos, trabalho infantil entre outras questões.

Deste modo, em 1990 é instituído o ECA, estando em vigor até os dias de hoje, em que estabelece a proteção integral, as medidas socioeducativas, regulamenta a adoção legal, e integra vários outros temas.

Conhecendo então sobre a construção histórica dos adolescentes e da trajetória até a conquista do ECA e o surgimento das tecnologias, é importante discutir como estes se relacionam, os adolescentes e as tecnologias virtuais.

Com relação aos adolescentes, faz-se importante relacionar com as tecnologias, assim, atualmente, os adolescentes são os que mais utilizam as tecnologias, pois como visto, trata-se de uma criação mais recente se comparado com outras invenções, assim, os adolescentes de hoje nasceram em uma nova era, sendo esta digital. E como apresentado na pesquisa acima, existem desigualdades que são geradas dentro do sistema capitalista²⁶. Mesmo não sendo acessível a todos, é importante enfatizar que os que estão conectados utilizam em grande maioria as redes sociais, principalmente para publicação de fotos e vídeos, e mesmo podendo ser o número maior em relação ao contato com material de foro sexual, é necessária a discussão sobre o assunto, para maior aprofundamento sobre as consequências e elaboração de projetos e intervenções para prevenção.

²⁶ Segundo o dicionário do pensamento marxista (2001), capitalismo é denominação de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido estrito), ou, finalmente, a forma de estoque de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção.

2 DO *SEXTING* À VIOLÊNCIA VIRTUAL

Este segundo capítulo volta-se para a discussão sobre o que é o *sexting*, seu surgimento na América do Norte e na Europa e, posteriormente no Brasil. Serão conceituadas também algumas terminologias, tais como: pornografia de vingança, divulgação não consensual por terceiros, e intencional, abordando como ocorre na realidade cada uma destas. Apresenta-se também discussão acerca de como as tecnologias podem ser armadilhas para estes adolescentes, envolvendo-se em situações vexatórias por causa do material de foro íntimo tornar-se público.

Este capítulo abordará ainda como as bases legais, ou seja, o ECA, o Código Penal e a Lei Maria da Penha compreendem esta nova violência vivenciada a partir de compartilhamento sem consentimento na internet.

Será apresentada também uma breve discussão sobre a sexualidade, abordando a partir do patriarcalismo como se estabelece a relação de poder, papel social entre homens e mulheres e como estas diferenças se expressam em relação à violência virtual.

2.1 *SEXTING* E AS REDES SOCIAIS

O termo *sexting* que significa sex (sexo) e texting (envio de mensagem de texto) foi utilizado pela primeira vez no Sunday Telegraph Magazine, no ano de 2005, posteriormente no Brasil foi a Organização Não Governamental (ONG) Safernet²⁷ a pioneira a conceituar a terminologia. Trata-se de um novo conceito que tem suas origens tanto na América do Norte quanto na Europa, em países como: Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos e Canadá, sendo no bojo do acesso às tecnologias como a câmera fotográfica, celulares e notebooks e as redes sociais da época, a exemplo do Orkut e suas mais diversas comunidades e MSN Messenger

²⁷ Para mais informações, acessar: <http://www.safernet.org.br/site/prevencao/cartilha/safer-dicas/sexting>

que inicia as trocas de mensagens virtuais e que, em sua maioria, escondem armadilhas, pois são muito simples de criar contas *fakes*²⁸ e ter vários perfis.

Mas ao reportamos ao *sexting* é interessante apontar que existem algumas discussões sobre qual o real significado de *sexting*, como apresenta Figueiredo (2015, p. 71-72):

A pesquisa de Matthey e Diliberto (2013) mostra que em muitos estudos, as ações relacionadas à Sexting são o envio e recebimento de mensagens de sexo explícito. Este comportamento não é considerado comportamento ilegal entre os jovens. Para Lounsbury et al. (2011), Sexting foi definido como “imagens nuas ou seminuas”, mas imagem seminua poderia significar um indivíduo usando roupas de banho, o que não representa uma imagem de sexo explícito. Isto nos remete à semântica e a indefinição de ações, pois esses estudos não pontuam se é enviar, receber, compartilhar tais imagens. Nos estudos realizados por Mitchel et al. (2012), Sexting foi definido como o ato de fotografar ou produzir imagens sexualmente sugestivas ou nus ou ainda, o ato de receber esse tipo de imagem. Já em estudos realizados por Strassberg et al. (2012) e Ferguson (2011) citados por Augustina e Duran (2012), Sexting foi definido como receber e enviar imagens (fotos/vídeos) sexualmente sugestivas ou nus.

Nesta pesquisa, a palavra *sexting* é compreendida a partir de Strassberg e Ferguson, citados por Agustina e Duran (2012), sendo: receber ou enviar imagens, sejam fotos e/ou vídeos sexualmente sugestivos ou nus.

O *sexting* é um comportamento tipicamente comum em nossa sociedade, dando grande repercussão da prática após a ascensão dos aparelhos eletroeletrônicos. Assim, a preocupação do compartilhamento de imagens e/ou vídeos é em se transformar em pornografia de vingança ou *revenge porn*, no qual existem três maneiras diferentes que podem ocorrer:

O compartilhamento de materiais sensíveis implica em um risco de que esses conteúdos sejam circulados para além do desejo e do controle do sujeito que aparece neles. Por mais privada que seja a conversa em que se dá o compartilhamento original, existe sempre a chance de que alguém vaze esses materiais, tornando-os disponíveis para acesso público. Entendemos que esses vazamentos de exposição pública da intimidade podem ser de três tipos: (1) não consensual por vingança, (2) não consensual feito por terceiros e (3) intencional (PRIMO et al. 2015, p. 11).

²⁸ Equivalente a falso, utilizado para ocultar a real identidade, utilizando-se de imagens de artistas, cantores, modelos entre outras celebridades da mídia.

A divulgação não consensual por vingança frequentemente acontece após o término de um relacionamento, seja de pequeno ao longo período afetivo. Um dos parceiros mantém consigo estes arquivos e por vingança acaba por espalhá-los pela internet. As consequências recaem sobre a vítima que sofre preconceito por quem repugna tal atitude, há casos que perdem o emprego e precisam se mudar de bairro ou até mesmo de município. Um caso que ficou conhecido no Paraná é da Jornalista Rose Leonel, que após um relacionamento de aproximadamente quatro anos, seu ex parceiro não aceitou o término do noivado e divulgou fotos íntimas suas. A mesma perdeu seu trabalho e amigos se distanciaram. Diante do ocorrido, como forma de superação, Rose criou uma ONG²⁹ para ajudar mulheres que passam pela mesma situação.

Em entrevista concedida ao Diário do Nordeste (2017)³⁰, Rose explica qual alcance e dimensão que esta divulgação gerou em sua vida:

Todo mundo soube. Esse material foi mandado para o meu chefe, para o diretor da escola onde os meus filhos estudavam, todos os lugares. Ele conseguiu o que queria: fui demitida e minha vida mudou radicalmente. Cortei o telefone de casa, mudei meus filhos de escola, perdi a vida social, os amigos, não podia mais sair na rua, porque eu tinha virado piada (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017, p. 01).

A partir do breve relato apresentado, pode-se ter pelo menos uma ideia do que passa uma vítima deste crime virtual, como a vida precisa ser reconstruída para seguir em frente. Percebe-se neste caso, que os filhos também sofreram com as consequências da pornografia de vingança.

A Constituição Federal (CF/1988), no capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos, o artigo 5º e mais especificamente no inciso X, dispõe sobre intimidade e a honra, como um direito inviolável, mas, é nítido o descumprimento, pois além da divulgação, teve sua vida privada da liberdade, sendo que também está disposto no mesmo artigo sobre a garantia da liberdade, mas por medo das ofensas e provocações que poderia receber dos outros cidadãos acaba por se fechar em suas residências.

²⁹ Denominada Marias da Internet, o objetivo da ONG é dar suporte psicológico e jurídico às mulheres que foram vítimas do crime cibernético. Para mais informações acessar: <http://www.mariasdainternet.com.br/>

³⁰ Para acesso a entrevista completa:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/pornografia-de-vinganca-o-desafio-de-lidar-com-os-crimes-na-internet-1.1738992>

Outro termo apresentado é a pornografia de revanche ou pornografia de vingança, como vem sendo denominada nos últimos anos, é um conceito oriundo do inglês “*revenge porn*” e surgiu muito antes das redes sociais, na década de 1980, quando um norte americano e sua esposa fizeram fotos nuas em viagem, e após voltarem para sua residência, as guardaram em uma gaveta. Um vizinho da família entrou no domicílio e após encontrar as fotos da mulher resolveu divulgar em uma revista, na qual o conceito era de leitores enviarem fotos de modelos não profissionais, ao preencher o formulário o agressor mudou os dados pessoais, deixando apenas o verdadeiro contato telefônico. Resultado: após a exposição houve várias ligações de assédio. Segundo Gomes (2014), para se caracterizar como pornografia de revanche não é necessário que seja o marido, como apresentado no caso acima, um amigo próximo e que exista vínculo afetivo também é considerado pornografia de vingança.

Se já não fosse suficiente lidar com inúmeros abusos, as mulheres viram nascer uma nova violência de gênero denominada de pornografia de vingança. Com apenas alguns cliques, a jovem sorridente que estudava e trabalhava pode ter sua vida totalmente modificada. Essa nova violência, infelizmente, parte daqueles que elas mais devotaram confiança (ex-namorados ou ex-maridos). Além da humilhação sofrida e de ter sua imagem exposta para milhares de pessoas, muitas vezes são culpabilizadas por aqueles que julgam “se não queria que tivessem mostrado a foto, não tivesse tirado” (FREITAS, 2015, p. 01).

Para além de toda exposição, a vítima precisa passar por uma espécie de julgamento moral, onde as pessoas sentem-se no direito, mesmo muitas vezes não conhecendo para julgar tal atitude, reprimindo e culpabilizando não o agressor que divulgou sem consentimento a intimidade do outro, mas sim, quem a registrou.

Sobre o não consensual, feita por terceiros, geralmente é descoberta por *crackers*³¹, ou por descuido deixam na galeria de foto do aparelho celular e outras pessoas que possam vir a ter contato acabam enviando para seus dispositivos e reenviam para grupos que facilmente espalham o conteúdo pela Web.

³¹ Cracker, do inglês "aquele que quebra", é um termo que designa indivíduos que possuem grandes conhecimentos técnicos na área da informática e que usam esse conhecimento para acessar ilegalmente sistemas de segurança com fins criminosos, frequentemente praticando roubos e atos de vandalismo em benefício próprio.

Em casos intencionais é necessário um cuidado, pois existe a questão mercadológica, em que a imagem e/ou vídeo nu ou seminú é utilizado para promover celebridades.

Trata-se da publicação premeditada de conteúdos comumente considerados íntimos, em que abre-se mão da privacidade tendo em vista uma rápida obtenção de visibilidade e fama — ou seja, do uso do privado como negócio. Portanto, não são tecnicamente “vazamentos” e sim a exposição proposital de conteúdos considerados íntimos, frequentemente simulando uma publicação acidental (PRIMO et al. 2015, p. 12).

Para ilustrar a importância de se discutir o assunto e, para além disso, criar ações de enfrentamento da questão, apresentam-se dados da ONG Safernet que contabiliza as denúncias de vazamentos de fotos íntimas que são divulgadas na internet. Assim, no ano de 2013, foram registrados 101 casos de violação de direito, sendo que 77,14% são do sexo feminino, e a faixa etária com maior índice é de adolescentes entre 13 a 15 anos compondo 35,71% do total. No ano de 2014 o número de casos atendidos pela Safernet mais que dobrou, somando um total de 224 casos que foram denunciados, uma estimativa de 81% do sexo feminino.

Outro levantamento realizado pela consultoria de tecnologia eCGlobal, intitulado *Sexting no Brasil - uma ameaça desconhecida*³², apontou que 76% dos entrevistados desconhecem o termo *sexting*, do qual 64% tem a prática de enviar e/ou receber fotos e vídeos íntimos, mas não conheciam que existia uma terminologia. Do total de entrevistados, 49% não se sentem completamente seguros em relação a possível divulgação. Logo, 90% acredita que o *sexting* deveria ser tema para se trabalhar nas escolas. Com relação aos dados por gênero, os homens são os que mais enviam fotos próprias com 21%, verifica-se ainda em relação à exposição nas redes sociais, no qual os homens ocupam a primeira posição também. A pesquisa apresenta ainda sobre as principais motivações para enviar este tipo de material, sendo que 47% apontaram como presente sexy de namorado (a) e o principal motivo para compartilhar nudez envolvendo o outro, com 42% é como resposta.

A preocupação é com o pós-exposição na Web, pois a vida será diferente, constituindo um momento muitas vezes doloroso, de mudanças bruscas, mas no mundo virtual tudo é rápido e em pouco tempo o assunto já é trocado por outro, o

³² Para mais informações, acessar: <https://pt.slideshare.net/ecglobal/relatorio-sexting-brasilpt>

problema é que para as vítimas o tempo não passa da mesma forma, e muitas vezes por não suportarem os insultos, assédios, agressões verbais, são levados a uma triste realidade, que é o suicídio como trecho apresentado por Figueiredo e Melo (2014, p. 04) “segundo reportagem da Revista Época, de 25/11/2013, duas adolescentes brasileiras e outras seis mulheres norte-americanas se suicidaram após terem tido imagens íntimas espalhadas na internet.”.

Em reportagem para o Fantástico³³, a repórter Neyara Pinheiro (2013) relata a história de uma jovem do litoral do Piauí, no qual após vídeo divulgado na internet, a adolescente não aguentou a exposição e cometeu suicídio, a mesma postou algumas mensagens no Facebook pedindo perdão a mãe e vendo na morte a solução de seus problemas:

“Eu te amo, desculpa eu não ser a filha perfeita, mas eu tentei... desculpa, desculpa, eu te amo muito”, postou a garota. Antes, Júlia havia publicado a seguinte mensagem: “É daqui a pouco que tudo acaba”. A última mensagem deixada na rede foi: “Tô com medo, mas acho que é tchau pra sempre” (COMPROMISSO E ATITUDE, 2013).

De acordo com os dados apresentados pelo Lancet, uma conceituada revista científica do Reino Unido e divulgados pelo jornal Folha de São Paulo³⁴ em matéria de Versolato (2012), apontou que, entre adolescentes do sexo feminino o suicídio ocupa a primeira posição entre as faixas etária de 15 a 19 anos. No Brasil, entre os adolescentes o suicídio ocupa a terceira posição entre as principais causas de morte.

Conclui-se que o *sexting* mesmo sendo um termo que vem sendo utilizado para denominar a divulgação por meio de mensagem de texto, de fotos e/ou vídeos que contenha imagens íntimas há mais de dez anos, ainda há pouca discussão acerca do tema. Os dados apontaram para a atual realidade, em que muitos jovens acabam por ter sua intimidade invadida seja por meio da pornografia de revanche ou divulgação não consensual por terceiros, a vida das vítimas e, principalmente de adolescentes, acaba sendo exposta em uma sociedade fundada na moral, e que recebem então críticas por terem se exposto ou mais grave ainda, culpabilizando quem as fez, entendendo que se “não quisesse se expor não as tirava” e

³³ Para reportagem completa acessar: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html>

³⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/1108498-suicidio-e-a-segunda-maior-cao-de-morte-entre-jovens-no-mundo.shtml>

descontextualizando que independente de ter feito ou não o material, este era de caráter íntimo e compartilhado somente com o parceiro, e se este as divulga então deve ser penalizado.

Por outro lado, algumas ONGs como Safernet e Marias da Internet procuram dar apoio psicológico e jurídico para as vítimas, pois é um crime, é uma violência virtual. É uma violência que não deixa marcas físicas, mas sim, psicológicas e também viral por meio do *cyberbullying*³⁵, que é uma das maneiras de manifestar a violência virtual na internet, por meio de mensagens ofensivas e agressões verbais. Destaca-se sobre a dificuldade em remover um material como este da internet, por sua divulgação ser instantânea e podendo ser colocado em sites, torna-se dificultoso apagar. O Facebook, por exemplo, já disponibiliza em suas ferramentas o modo “denúncia”, em que é possível denunciar na plataforma fotos e vídeos que contenham nudez e o conteúdo ser excluído, mas, infelizmente este tipo de opção é muito limitado, pois, ainda são raros os sites que se preocupam com este teor de conteúdo ofensivo e caluniador.

Assim, ao tratar da violência virtual, e apresentando em forma de *cyberbullying*, é importante abordar sobre o que é este termo e suas consequências sobre as vítimas.

Cyberbullying ou *bullying* virtual é de origem inglesa sendo a junção das palavras: cyber que está associada à comunicação digital e *bullying* verbo derivado do inglês “bully”, que significa valentão ou tirano (RÖDER; SILVA, 2017, p. 26). Nesse sentido:

Quando consciente e programado, o Sexting pode trazer algumas consequências consideradas positivas para os usuários da rede. No entanto, é possível que essas imagens sexuais, quando saem da intimidade da vida privada sem o conhecimento prévio dos envolvidos, por exemplo, um casal de namorados, possam ser usadas como uma forma de humilhação pública através da revelação da sexualidade do indivíduo. Seu corpo, suas preferências sexuais e outras questões consideradas de foro íntimo são expostas na web e passam pelo crivo popular sendo julgadas por outros. Como essas imagens costumam se espalhar pela web e o ataque mais comum às pessoas que tem fotos ou vídeos expostos na web é o *cyberbullying*. (MACHADO; PEREIRA, 2013, p. 09).

³⁵ Cyberbullying é um tipo de violência praticada contra alguém através da internet ou de outras tecnologias relacionadas. Praticar *cyberbullying* significa usar o espaço virtual para intimidar e hostilizar uma pessoa (colega de escola, professores, ou mesmo desconhecidos), difamando, insultando ou atacando covardemente.

O *cyberbullying* acontece em sua maioria nas redes sociais, em que pessoas utilizam os meios de comunicação digital para atacar o outro, com palavras de baixo calão, assédio moral, calúnia e difamação. Para quem recebe as mensagens é um duro impacto, pois, em sua grande parte, jamais trocaram qualquer palavra ou se conheceram, e motivados por uma atitude infeliz por parte do outro, acham-se no direito de poder humilhar o próximo. No trecho abaixo, é possível compreender quão sérias podem ser as consequências para quem sofre o *cyberbullying*:

O *cyberbullying* traz consequências sérias para esses usuários. É comum que as pessoas vitimadas se sintam psicologicamente abaladas e mudem de comportamento, de endereço e/ou de emprego. No entanto, em alguns casos mais graves, a consequência pode ser suicídio, por não suportar as pressões sociais vigentes (MACHADO; PEREIRA, 2013, p. 10).

É importante ressaltar que o *cyberbullying* não é apenas agressões psicológicas, mas também podem conter aptidão para se estender para além do meio virtual e atingir a vítima fisicamente e/ou sua reputação no meio social, violando sua imagem, sua honra e sua intimidade (RÖDER; SILVA, 2017, p. 31). Até o presente não se tem nenhuma lei específica para os agressores que cometem o bullying virtual. Houve no ano de 2012 o Projeto de Lei do Senado nº 236/2012, no qual o bullying passaria a ser tipificado como intimidação vexatória, que estaria no novo Código Penal Brasileiro, mas, segundo o relator, o Senador Pedro Tanques, este tipo de conduta merece críticas e repreensões no âmbito escolar e familiar e não previsto como um crime.

A questão que se centra é que quando mantida, por exemplo, entre um casal, pode ter seu lado positivo. Os problemas estão na exposição, acarretando uma série de consequências, tais como: problemas psicológicos; assédio moral; difamação; perda de emprego; afastamento de amigos e podendo levar ao extremo, o suicídio, que como apresentado acima está entre as três principais causas de morte entre os adolescentes, e esta violência virtual já apontou para o suicídio de adolescentes que sem ver outra saída para continuar a vida, preferem a morte.

Enfatiza ainda que o *cyberbullying*, em vídeo lançado pela Safernet Brasil em parceria com a rede de televisão MTV, aponta que em 67% dos casos as vítimas são mulheres, para além de definir o *cyberbullying* como: “É tipo tomar uma surra.

De bocas sem rosto, teclado nervosões e telas covardes” (SAFERNET BRASIL, 2017).

Diante deste contexto apresentado sobre o que é o *sexting* e as maneiras que se manifesta na sociedade, sua relação com as redes sociais, exercendo um poder sobre os adolescentes, observa-se que grande parte a utiliza como meio de se relacionar, podendo desenvolver-se como uma nova violência, a violência virtual, por meio do *bullying*³⁶ e o *cyberbullying*.

Desta maneira, a violência virtual se dá nos meios virtuais, ou seja, na socialização das informações de forma abrangente, rápida, mas que não deveriam ser expostas por ser de foro íntimo. De acordo com Rivero (2016, p. 01), a violência virtual ou também denominada violência cibernética é:

La Violência Cibernética es un problema muy común a nivel mundial, no es mas que un acoso electrónico en el cual se emplea los medios de comunicación como el celular o la computadora en el que se utilizan contenidos capaces de preocupar a la victima. Un ciberacoso puede ir desde un simple mail de invitación para contacto enviado a la victima aun cuando ha sido rechazado una y otra vez, hasta los que incluyen amenazas, discursos de odio y violencia sexual.

Observa-se que para além da divulgação de fotos e/ou vídeos íntimos sem consentimento, que é o foco desta pesquisa, este tipo de violência se caracteriza também pelos comentários de ódio que podem ser feitos pessoalmente ou comentado nas redes sociais. A partir desta violência virtual, o autor refere-se à transformação para uma violência sexual, no qual é entendida como:

Violência sexual é qualquer conduta que constranja a pessoa presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não sendo desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força; que a induza comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; que impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; [...] (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 395).

Assim, é importante utilizar as diversas formas de expressão seja pelo meio científico, como também em propagandas, em filmes e séries, em reportagens entre

³⁶ Sugestão de série que aborda estes temas e principalmente o bullying e o suicídio é a série original Netflix, 13 Reasons Why.

outros, para se falar sobre este assunto e que o público alvo seja alcançado, sobretudo os adolescentes.

Neste sentido, devido à necessidade de discutir mais sobre a temática a partir da ascensão da internet, e com o surgimento dos crimes cibernéticos, no qual se vem aumentando significativamente o número, principalmente com pessoas do sexo feminino, a Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres³⁷ (2017) apontou que 81% dos casos dos materiais de que continham abuso sexual no ano de 2013 eram de meninas, a entidade apresenta um currículo a ser trabalhado nas escolas.

Assim sendo, a ONU Mulheres (2017) apresentou uma matéria intitulada “No Dia Laranja, ONU debate a violência cibernética contra meninas no contexto educacional” em que aborda a importância de que esta temática seja trabalhada na formação educacional de crianças e adolescentes, como forma de mudança de cultura no que se refere à violência virtual.

A proposta da ONU é criar na grade curricular escolar a discussão de questões sobre raça, gênero e violência cibernética com os adolescentes, pois, ao considerarem que os adolescentes passam uma parte significativa do tempo na internet, e que este espaço contempla os mais diversos assuntos, no qual “[...] tal acesso pode trazer benefícios como o estímulo à criatividade e à informação, mas tem trazido também prejuízos como a exposição à violência, em especial no caso de meninas [...]” (ONU MULHERES, 2017).

Assim como parte da campanha “UNA-SE”, é lançada a iniciativa “O Valente não é Violento”, na qual:

Trata-se de uma ferramenta para conscientizar meninos e meninas sobre o direito das mulheres de viver uma vida livre da violência. O material traz ainda planos de aula com as temáticas: Sexo, Gênero e Poder; Violências e suas Interfaces; Estereótipos de Gênero e Esportes; Estereótipos de Gênero na Mídia; Carreiras e Profissões e Vulnerabilidades e Prevenção. [...] (ONU MULHERES, 2017, p. 01)

Tal iniciativa consiste em apresentar contribuições significativas para os adolescentes, para a construção de uma sociedade que respeite as diferenças e o próximo, promova a democracia, defenda que a liberdade só será possível a partir da construção de cidadãos que saibam conviver em uma sociedade em que os estereótipos não prevaleçam. Deste modo, a escola é o ambiente em que os

³⁷ Para ler matéria completa, acessar: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/no-dia-laranja-onu-debate-a-violencia-cibernetica-contra-meninas-no-contexto-educacional/>

adolescentes passam parte de seu dia e por muitos anos, sendo espaço propício para essas discussões, para além de que é nesta instituição que o caráter e a construção social, política e pessoal das crianças e o adolescente é formada, juntamente com a família e sociedade.

Os estados da Bahia e o Rio Grande do Norte serão os primeiros a implementar a referida campanha da ONU. O investimento financeiro desta ação ficará por conta da União Europeia e com revisão feita pelo Projeto de Educação da UNESCO.

Ainda sobre a escola ser um lugar para discussão destas temáticas, Basilio (2017) em matéria escrita para o site Carta Educação³⁸ trouxe o exemplo de cinco escolas brasileiras que utilizam outros recursos para além do livro para realizar reflexões e debates sobre a conscientização e erradicação da violência contra a mulher. Assim, por meio do teatro, da pesquisa de campo e debates promovidos pelos estudantes, estas escolas conseguem abordar o tema de maneira diferenciada.

Nesta perspectiva, no Colégio Estadual José Bonifácio, localizado em Governador Mangabeira-BA, foi a partir da curiosidade de uma estudante em querer conhecer mais sobre a Lei Maria da Penha, que durante as aulas de português o docente propôs que os alunos fossem a campo para desvendar como ocorre a violência contra a mulher. Desta maneira, fizeram uma amostragem com uma rua da cidade, no qual foi possível conhecer a realidade daquelas mulheres. De um total de 40 entrevistadas, 12 haviam sofrido algum tipo de violência. A importância dessa pequena pesquisa torna significativa, pois, quantas histórias de vida não conheceram e passaram para o restante do colégio, no sentido de debater mais sobre o assunto.

Outra iniciativa criativa foi realizada pela Escola Técnica Estadual de São Paulo, foi a partir de uma peça que estava sendo divulgada pelos corredores do metrô no qual tratava de aproveitar deste espaço lotado para passar “xavecadas” nas mulheres, assim, uma professora levou para a sala de aula a ideia de debater o assunto de forma visual, ou seja, os discentes reuniram materiais teóricos e imagens da realidade vivenciadas por mulheres nesses espaços, transformando em propagandas de um minuto que foram divulgadas durante um mês no colégio. De

³⁸ Para acompanhar a reportagem completa: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/5-escolas-combatem-violencia-contra-as-mulheres/>

maneira criativa e visual, os alunos puderam visualizar, a partir de situações reais, como é a realidade das mulheres, e o que estas passam diariamente.

Destaca-se ainda outra maneira de expressar a realidade do município, tendo como exemplo a Escola Municipal Manoel Martins dos Anjos, localizada em Estrela de Alagoas-AL. Os alunos entre o 8º e 9º ano decidiram por meio do teatro, representar a realidade vivenciada por muitos adolescentes da região, o relacionamento abusivo. O interessante desta ação é que para os alunos que assistiram e se identificaram, passaram a visualizar a situação e procurar medidas e ajuda para não continuar neste tipo de relacionamento.

Por outro lado, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Eduardo Prado, localizada na zona leste de São Paulo-SP, alunas de 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental, uniram-se em prol do movimento intitulado “Movifemi” após o colégio proibir o uso das calças legging por entender que marcava o corpo das meninas. Com a ajuda de professores, o grupo buscou promover debates, compartilhando material sobre assunto, entre outras ações. Esta iniciativa além de promover o debate sobre machismo no colégio fez com que os responsáveis do colégio também repensassem sobre as regras impostas.

Finalmente, uma turma do Centro Educacional 02 de Sobradinho, Distrito Federal - se inscreveu para o Projeto Curta Maria, no qual venceram com o curta “Foi só uma vez”. Os vídeos são analisados por 100 mulheres que já vivenciaram violência. Esta iniciativa provoca discussões para ser criado o vídeo e além de usar a arte como forma de abordar o tema.

Observa-se que há diversas maneiras de expressar o conhecimento sobre a mulher na sociedade e de que a violência é algo que será combatida apenas por meio do diálogo, prevenções e estudos para entender os motivos pelos quais levam a tais atitudes. Assim, destaca-se a arte como uma maneira diferenciada de levar o assunto para os estudantes, família e sociedade, de forma criativa de expressão. Entende-se que o conhecimento e a discussão sobre um assunto não necessariamente precisa ser de difícil entendimento e com conteúdo maçante, podendo ser a partir destas inspirações que outros estados e municípios possam criar maneiras de debater o assunto.

2.2 ENTENDENDO A CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE E SUA RELAÇÃO COM AS MÍDIAS DIGITAIS

Diante do contexto apresentado anteriormente, em que foi possível identificar que o *sexting* entre os adolescentes acontece principalmente com o público do sexo feminino, faz-se necessário voltar-se ao contexto histórico em que foi construída a sociedade para entender que a mulher, ao ser exposta, tem sua imagem denegrida e o homem aparece em posição de triunfo.

Em todos os períodos históricos o mundo passou por mudanças na construção da sociedade, seja no âmbito político, econômico e/ou social, por isso, observa-se nas últimas décadas a criação de bandeiras de lutas em relação ao empoderamento da mulher, feminismo e também contra o feminicídio, para isso estão sendo criadas delegacias especializadas em crimes contra a mulher em várias regiões do país e, também um marco nacional que é a Lei nº 11.340 conhecida popularmente como Lei Maria da Penha. De acordo com Braz (2012, p. 01):

Foi unindo-se em torno das lutas por reconhecimento que as mulheres começaram a ocupar um espaço antes reservado somente aos homens, o público. Das lutas eventuais passaram aos movimentos sociais de maior expressão em busca da igualdade, de reconhecimento e de respeito às diferenças naturalmente existentes entre homens e mulheres. A partir deste momento, as mulheres adquiriram uma nova identidade, que possibilitou uma nova história das mulheres, agora com direitos assegurados formalmente e inseridas nos diversos campos de atuação do mercado de trabalho.

Com base nesse contexto é importante voltar-se aos séculos passados para compreender como surge a questão da sexualidade entre homens e mulheres, e como este está interligado com a atual conjuntura de mudanças nos papéis sociais e sobre os ranços que ainda se perpetuam.

Nas palavras de Cano, Ferriani e Gomes (2000), em um primeiro momento a sexualidade entre homens e mulheres era livre, de forma que os filhos vindos dessas relações pertenciam a linhagem materna por ser a única certeza, desta maneira estas mães e sua prole formavam clãs³⁹.

³⁹ Clãs são formados por grupos de pessoas com laços de parentesco, são unidos por um ancestral e comum, neste caso eram as mães. Para definição completa: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/cl%C3%A3/>>

Cano, Ferriani e Gomes (2000) elucidam ainda que houve dentro dos clãs acúmulo de bens, tendo as primeiras propriedades privadas. Passa-se então a legitimar um novo modelo de família, baseado em relacionamentos e casamentos monogâmicos, entre apenas um casal para que os herdeiros pudessem usufruir dos bens, assim, a prole também passa a ser descendente dos pais, construindo o patriarcalismo, no qual:

[...] nessa forma de organização familiar, o sexo passa a ter como objetivo a reprodução; as mulheres se tornam submissas aos maridos, a quem se mantêm fiéis sexualmente; o mesmo não ocorre com os homens que podiam manter atividades sexuais fora do casamento (CANO; FERRIARI; GOMES, 2000, p. 19).

Essa maneira na qual os autores acima explicitam o patriarcalismo, para Paterman (1993, p. 44), é o pensamento patriarcal tradicional, no qual entende que:

[...] durante séculos, a família, sob o comando da autoridade paterna, forneceu o modelo ou a metáfora para as relações de poder e autoridade de todos os tipos. A argumentação patriarcal tradicional incorpora todas as relações de poder ao regime paterno [...].

Entende-se neste sentido que neste momento histórico o homem e a mulher passam a reger diferentes papéis, para ele a autoridade e para ela o âmbito domiciliar. Sua sexualidade é comparada ao papel de provedora dos filhos, sendo proibido relacionar antes do casamento e ser fiel ao parceiro, enquanto ao masculino nada é proibido. Continua Cano, Ferriani e Gomes (2000, p. 19) “[...] a iniciação sexual da mulher deveria se dar no casamento e ter fins procriativos, enquanto ao homem era permitido a prática sexual e a busca do prazer fora dos limites do matrimônio.”.

Paterman (1993) apresenta algumas concepções de autores que discutem acerca da família patriarcal, haja vista que algumas estão voltadas ao contrato social, no qual compreendem que este modelo de família é natural e, para além disso, a organização social partiu desta formação:

[...] outros autores do contrato social entendem a família patriarcal como sendo a forma social originária e natural e, assim, a sociedade civil ou política se desenvolve, na configuração patriarcal tradicional, a partir da família ou das famílias (PATERMAN, 1993, p. 46).

Diante deste contexto do patriarcado e da dominação masculina sobre o feminino, que a sexualidade é definida por Bourdieu (2007, p. 31):

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo — o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação [...].

Observa-se que estes diferentes autores ao falarem sobre a família patriarcal e sobre os distintos papéis que cada um exercia, de formas diferentes de expressão, os pensamentos se assemelham ao apresentarem que este modelo de construção social diminuiu o papel da mulher a um papel sexual, símbolo de procriação e cuidados, como também a figura frágil e doce, ao contrário do masculino que precisava aparentar virilidade e ser forte, comandando a chefia da casa, aquele que é capaz de prover o sustento.

Costa (1986 apud CANO; FERRIARI; GOMES, 2000) aponta que a civilização ocidental a qual pertencemos tem raízes do povo hebreu, o qual possuía a cultura embasada no patriarcalismo considerando-a de cunho divino.

No Brasil, Parker (1991 apud CANO; FERRIARI; GOMES, 2000, p. 20) faz a reflexão de como esta questão do patriarcalismo e da sexualidade se apresenta na conjuntura brasileira, assim:

[...] para Parker (1991), o patriarcalismo no Brasil não foi simplesmente uma forma de organização familiar e social, foi também uma construção ideológica, onde os conceitos de homem e mulher foram definidos em termos de oposição; o homem como um ser forte, superior, ativo, viril e com potencial para violência; e, em contrapartida, a mulher como um ser inferior em todos os sentidos: mais fraca, dócil, bela e desejada, mas de qualquer forma, em qualquer posição social, sujeita à absoluta dominação masculina (PARKER apud CANO; FERRIARI; GOMES, 2000, p. 20).

Neste sentido, o patriarcalismo de forma geral é a superioridade do masculino sobre o feminino e que em vários povos se propagou por muito tempo este pensamento. No Brasil, não aconteceu de forma diferenciada, seguiu-se este

modelo de criar um perfil diferenciado para ambos os sexos. Desta maneira, Lerner (apud PATERMAN, 1993, p. 54) define o que o patriarcalismo é:

[...] a base do patriarcalismo é um contrato tácito de troca: sustento econômico e proteção dados pelo homem em troca de subordinação em todos os aspectos, e das assistências sexual e doméstica gratuita dadas pela mulher [...].

Até aqui foram expostas concepções de como se deu a sexualidade a partir da formação da família patriarcal, mas outra linha de pensamento e de estudo apontada por Bourdieu (2007) é a biológica, ou seja, diferenças de órgãos sexuais entre os corpos, assim:

[...] a diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, podem assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2007, p. 20)

Desta forma, esta concepção da sexualidade a partir das diferenças naturais, ou seja, que nascem com cada indivíduo, é determinante para explicar o papel social a ser desenvolvido por ambos os sexos, sendo então um dos vieses para explicar a formação social entre homem e mulher.

Santos (2016, p. 22) explicita que a construção social dos corpos se dá a partir desta visão natural, mas acrescenta que é a partir de uma ideia fixa e imutável do que consideravam normais e anormais que ocorreu esta construção social, observa-se:

[...] no âmbito classificador das práticas e características sexuais entre normais e anormais, a sexologia contribuiu ainda para o processo de definição e da construção de identidades sociais. A partir de uma ideia fixa e imutável, buscou-se estabelecer uma identidade verdadeira e legítima dos sujeitos através da sexualidade, das conexões e do alinhamento das dimensões do corpo, sexo e o gênero. Nesse sentido, a constituição das identidades das pessoas relacionava-se com as características físicas, biológicas e ao que se considerava normal dentro de um padrão pré-definido de características femininas e masculinas. (SANTOS, 2016, p. 22)).

Nota-se que esta visão natural e biológica levou a construção de uma vertente de pensamento para as definições dos papéis sociais desenvolvidos por ambos os

sexos, levando em consideração também a questão de características padronizadas pré-definidas para homens e mulheres dentro do que consideravam normais.

Para finalizar esta questão em relação ao patriarcado e o desenvolvimento da sexualidade, Pateman (1993) afirma que este termo é amplo e seu uso pode ter vários sentidos. Desta forma, de maneira simplificada e dentro de uma perspectiva tentou-se trazer como ocorre a sexualidade dentro do patriarcado para ambos os sexos, e de que esta maneira de enxergar a família foi levada para as relações sociais, principalmente no mundo do trabalho em que vários estudos demonstram a diferença entre o trabalho feminino e o masculino, principalmente no custo desta mão de obra, registra-se:

A indústria que se iniciava precisava de mão de obra, porém tal mão de obra deveria ter baixo custo. Isso possibilitou a contratação de mulheres e crianças na indústria têxtil inglesa, as quais se sujeitavam ao trabalho industrial como forma de complementar a renda familiar. [...]. (RODRIGUES et al. 2015, p. 04)

Partilhando do pensamento de Antunes (2004), a reconfiguração no mundo do trabalho na década de 1990 resulta em diversas mudanças, entre elas a divisão sexual e social do trabalho.

O sistema capitalista passa a requerer não somente a força bruta do trabalhador, mas também a capturar a subjetividade da classe trabalhadora, a qual por muito tempo não era requerida, ou seja, passa a serem requeridas as dimensões intelectuais e subjetivas, assim como o perfil de trabalhador denominado “polivalente e proativo” (ANTUNES, 2004).

Diante deste novo contexto que passa a ser exigido na sociedade, a sexualidade passa a ter um novo significado. As mulheres conquistam espaço e não são mais consideradas como reprodutoras e submissas aos maridos, e sim a ocuparem a mesma posição que o homem, embora ainda existam desigualdades quando nos referimos à questão salarial.

Do ponto de vista social, atualmente questões envolvendo as pessoas disseminarem o machismo ou defenderem o feminismo tomou conta das discussões. Deste modo, para viabilizar mais informações, em novembro de 2016 ocorreu a primeira edição da Cartilha intitulada: “Vamos falar de Masculinidade?” Uma parceria realizada entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres e a Escola da

Defensoria Pública do Estado. Este material explica sobre as diferenças entre feminilidade e masculinidade, considerando o modo como os cidadãos/ãs foram criados(as) por suas famílias, ou seja, se é menina, deve levar em consideração “[...] passividade, a sensibilidade, a compreensão, a delicadeza etc.” (CARTILHA VAMOS FALAR DE MASCULINIDADE, 2016, p. 06).

Já em relação à masculinidade, é apresentado:

Por sua vez, a masculinidade reúne características em torno dos homens, que se justificariam pelo fato de pertencerem ao sexo masculino, como a agressividade, dominação, insensibilidade etc. Seguindo esse raciocínio, o padrão dominante do que é ser homem corresponde às seguintes ideias: “homem que é homem não chora”; “o homem deve dar a última palavra a qualquer custo” [...]. (CARTILHA VAMOS FALAR DE MASCULINIDADE, 2016, p. 07).

Verifica-se que ao definir estes conceitos para os sexos, novamente há uma diminuição e sensibilidade para a mulher, enquanto enaltece o homem. Desta maneira, a cartilha faz estas reflexões nas páginas seguintes, em que o homem ao ser colocado nesta posição, acaba por desenvolver o machismo, no qual segundo a mesma Cartilha (2016, p. 10) “[...] machismo é toda forma de discriminação às mulheres, que tenha como objetivo inferiorizar, controlar e desqualificar uma pessoa pelo simples fato de ser mulher”.

A referente cartilha também aponta que a questão da masculinidade pode levar a violência ou as variáveis violências principalmente a doméstica ou familiar, no sentido de que o homem muitas vezes é criado nesta perspectiva de que “homem que é homem não tem medo”, ou que deve ser forte o bastante para encarar outros homens. Desta forma, a cartilha também apresenta:

Segundo o Mapa da Violência de 2015, 94,2% das vítimas de homicídio por armas de fogo no país, em 2012, eram homens, sendo que 59% possuíam entre 15 a 29 anos. Esses dados revelam que o número de mortes em locais públicos, em decorrência da violência urbana nas grandes cidades, ocorre principalmente entre jovens do sexo masculino, sendo a maioria negros. E isso não acontece sem razão. Se os meninos e jovens são educados a se comportarem de forma agressiva, a não demonstrarem medo e a assumirem uma postura de agressividade (“não levar desaforo para casa”) para serem “homens de verdade”, então, a violência nas ruas, à vista de todos, é uma forma de ser homem (CARTILHA VAMOS FALAR DE MASCULINIDADE, 2016, p. 12).

A partir desta contextualização da realidade atual, que ocorrem as novas violências, entre elas a virtual, no qual conforme apresentado no capítulo 1, os dados apontam para as vítimas em sua grande parte sendo do sexo feminino, e os agressores são seus antigos parceiros, os quais veem na divulgação uma forma de expor a intimidade da mesma e de diminuí-la.

Com isso, identifica-se o julgamento moral feito às vítimas, como no caso da Rose Leonel, jornalista de Maringá que no trecho da entrevista concedida ao Diário do Nordeste e apresentado no capítulo 1, revelou que sofreu e sofre até os dias de hoje com a violência vivenciada.

Em se tratando do *sexting* ocorrido com pessoas do sexo masculino, a repercussão não é a mesma. Prova disto é um caso recente ocorrido logo no início do ano de 2017, onde um rapaz conhecido popularmente por Léo Stronda teve fotos íntimas divulgadas nas redes sociais. Nota-se que a internet apresenta-se como um local que as informações podem ou não ter uma grande repercussão e, em seu caso, teve. Logo iniciaram os comentários na rede social Twitter e os comentários se espalharam.

O que se nota de desigual no caso, que diferentemente de quando ocorrido com uma mulher, o rapaz acabou recebendo vários elogios pela forma física, exaltando sua masculinidade e virilidade. Ao procurar na internet, é possível encontrar reportagens como esta, intitulada: “Nude de Léo Stronda 'vaza' e a internet está em polvorosa com 'aquilo maravilhoso’”.

Assim a reflexão é de que mesmo as mulheres levantando bandeira de luta contra o machismo e igualdade de gênero, ainda há muito para se conquistar. Acredita-se que esta mudança deve ser iniciada na educação dada aos filhos, criando as mulheres para serem fortes e valentes e aos homens para que não sejam agressivos e superiores. Talvez essa seja uma maneira para acabar com estes ranços patrimoniais que persistem ainda no século XXI.

2.3 BASES LEGAIS

No que concerne à criança e ao adolescente, o documento mais direto para defesa contra qualquer exposição em mídia, sejam fotos ou vídeos em sites de

pornografia, é a Lei nº 8.069/1990, o ECA, o qual contempla que o envio, o recebimento ou a divulgação em sites de fotos e/ou vídeos podem resultar em pena ou multa para quem faz mau uso desse conteúdo. Vejamos o que a referida lei apresenta:

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.” (NR)

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo; II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

Art. 241-B Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. § 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo. § 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por: I – agente público no exercício de suas funções; II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo; III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário (BRASIL, 1990).

Em relação a crimes contendo fotos ou vídeos íntimos contra a criança e o adolescente, estes eram os únicos artigos do Estatuto que contemplavam ações até o início de 2017. Com o índice de adolescentes na internet estarem cada vez maiores, como dados apresentados pela UNICEF (2013), mesmo em domicílios com renda até um salário mínimo e a internet ser um local mais difícil de localização dos agressores, seja por usar nomes ou perfis falsos, o Presidente Michel Temer sancionou a Lei nº 13.441 de 08 de maio de 2017, a qual insere no ECA a Seção V-A, assim nomeada “Da Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de

Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente”, presente no Capítulo III - dos Procedimentos.

Esta nova seção dispõe a infiltração de agentes policiais na internet afim de obtenção de provas quando esgotadas todas as outras possibilidades. Ainda nesta mesma linha de considerações:

Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras:

I – será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público;

II – dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia e conterà a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas;

III – não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial.

§ 1º A autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes do término do prazo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 2º Para efeitos do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, consideram-se:

I – dados de conexão: informações referentes a hora, data, início, término, duração, endereço de Protocolo de Internet (IP) utilizado e terminal de origem da conexão;

II – dados cadastrais: informações referentes a nome e endereço de assinante ou de usuário registrado ou autenticado para a conexão a quem endereço de IP, identificação de usuário ou código de acesso tenha sido atribuído no momento da conexão.

§ 3º A infiltração de agentes de polícia na internet não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios.

Art. 190-B. As informações da operação de infiltração serão encaminhadas diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, que zelará por seu sigilo.

Parágrafo único. Antes da conclusão da operação, o acesso aos autos será reservado ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação, com o objetivo de garantir o sigilo das investigações.

Art. 190-C. Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Parágrafo único. O agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados.

Art. 190-D. Os órgãos de registro e cadastro público poderão incluir nos bancos de dados próprios, mediante procedimento sigiloso e requisição da autoridade judicial, as informações necessárias à efetividade da identidade fictícia criada.

Parágrafo único. O procedimento sigiloso de que trata esta Seção será numerado e tombado em livro específico.”

Art. 190-E. Concluída a investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado.

Parágrafo único. Os atos eletrônicos registrados citados no caput deste artigo serão reunidos em autos apartados e apensados ao processo criminal juntamente com o inquérito policial, assegurando-se a preservação da identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e dos adolescentes envolvidos (BRASIL, 2017).

Desta forma, as vítimas, sejam elas crianças ou adolescentes, contam com mais um recurso assegurado pelo ECA, pois nem sempre é possível a obtenção de provas por parte das vítimas. Assim os agentes serão mais um auxílio para que sejam encontrados os agressores e sejam tomadas as medidas e punições cabíveis e previstas.

Para melhor entender o que é um agente infiltrado, traz-se o conceito a partir de Wolff (2017, p. 216):

Agente infiltrado é aquele policial que, ocultando sua verdadeira identidade e função através do uso de identidade fictícia, aproxima-se de suspeitos da prática de determinados crimes para fazer prova da sua ocorrência. A diferença entre o agente infiltrado e o à paisana decorre do fato de o último não utilizar identidade fictícia. Isso ocorre porque o agente à paisana se caracteriza por uma postura de mera observação. O agente infiltrado, por outro lado, intenta criar uma relação de confiança que permita desvendar a prática de crime ou introduzir-se no universo de organização criminosa, para melhor entender seu funcionamento [...].

Dessa maneira, a importância do agente infiltrado em uma investigação pode ser fundamental para conseguir provas que se não por este meio, dificilmente seriam levadas para apreciação do Juiz e até mesmo influenciar na sentença. Mas, deve ser reforçado que apenas realizará este tipo de investigação o policial que receber autorização judicial, até mesmo para evitar abuso de poder e expor informações pessoais.

Em relação aos crimes, atualmente são enquadrados por injúria ou difamação, como aponta reportagem da TV Senado⁴⁰ e as penas são alternativas para o agressor, a exemplo, pagar cestas básicas. Mas, o Projeto de Lei da Câmara n.º 18/2017, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, e agora passa a ser analisado no Senado, prevê que a pornografia de vingança seja um crime específico, e se aprovado, enquadrará na Lei Maria da Penha, prevendo mudanças no Código Penal que se condenado, o agressor pode pegar de três a um ano de prisão ao divulgar fotos íntimas, além de multa.

De acordo com matéria publicada no site Justificando⁴¹ (2017) a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar um caso de uma adolescente que juntamente com seu namorado tiveram fotos divulgadas quando estavam relacionando sexualmente, o juiz aplicou uma indenização por danos morais no valor de 130 salários mínimos para o autor das fotos que as compartilhou sem consentimento. O ministro Luís Felipe Salomão, no qual também ocupa o cargo de relator do STJ explica que:

A conduta do recorrido é aquilo que se conceituou sexting, forma cada vez mais frequente de violar a privacidade de uma pessoa, que reúne em si características de diferentes práticas ofensivas e criminosas. Envolve cyberbullying por ofender moralmente e difamar as vítimas, que têm suas imagens publicadas sem seu consentimento, e, ainda, estimula a pornografia infantil e a pedofilia em casos envolvendo menores (JUSTIFICANDO, 2017, p. 01).

A fala do ministro denota a percepção de que a Justiça já compreende esta nova violência, no qual se dá no compartilhamento sem consentimento na internet, mas pela falta de projetos específicos, os crimes ainda são julgados por outros vieses, como neste caso, por danos morais.

Outra modificação, mas agora no Código Penal, é em relação à invasão de computadores, decorrente do ocorrido com a atriz Carolina Dieckmann. O caso aconteceu no mês de maio de 2012, e, em novembro do mesmo ano o Planalto criou a Lei nº 12.737, a qual ficou conhecida com o nome da atriz. Assim, o artigo 154 do Código Penal (CP) que foi alterado, apresenta:

⁴⁰ Assistir a reportagem: <http://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2017/04/projeto-que-torna-crimea-divulgacao-de-imagens-intimas-chega-ao-senado>.

⁴¹ Para ler na íntegra a matéria, acessar: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/11/homens-que-divulgaram-fotos-intimas-terao-de-pagar-r-114-mil-jovem-exposta/>.

Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Mesmo sendo importante contemplar no CP artigos referentes a crimes na internet, é importante que isto seja realizado com a participação da população, fato que não ocorreu neste artigo. Outra indagação que se pode levantar neste caso é em relação à rápida alteração do artigo com o fato da atriz ser conhecida, pois, a fundadora da ONG Marias da Internet, Rose Leonel também criou um Projeto de Lei n.º 5.555/13, no qual o mesmo somente no dia 21 de fevereiro de 2017 foi aprovado na Câmara dos Deputados, e que agora passará por análise e aprovação no Senado Federal e no mais tardar sanção do presidente, sendo um processo muito mais demorado em relação ao primeiro caso.

Sobre o Projeto de Lei n.º 5.555/13 é importante entender qual seu propósito, pois, se aprovado será uma Lei mais imponente alterando e tornando mais rigoroso o julgamento contra um agressor virtual. Segundo Cruz (2017), este PL alterará a Lei n.º 11. 340/06 – Lei Maria da Penha e a Lei n.º 2.848/40 – Código Penal.

No que se refere à Lei Maria da Penha, as alterações de acordo com Cruz (2017), será no sentido de atribuir um novo inciso ao artigo 7º, definindo o que é a Disseminação Indevida de Material Íntimo (DIMI) como forma de violência doméstica e familiar, segue a proposta do inciso VI:

Art. 7º São formas de violência doméstica contra a mulher, entre outras:

[...]

VI – a violação da intimidade da mulher, entendida como a divulgação, por meio da internet ou outro meio de propagação de informações, de dados pessoais, de vídeos, áudios, montagens e fotocomposições da mulher, obtidos no âmbito das relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade sem seu expresse consentimento.

É nítido com a inserção deste novo inciso, que contempla sobre as variáveis formas de crimes que podem ser efetuados contra a vítima na internet, atualmente crimes de DIMI, nas palavras de Cruz (2017 p. 01) “[...] é usualmente classificada como Crime Contra a Honra - Calúnia (Art. 138 Código Penal - CP), Difamação (Art.

139 CP) ou Injúria (Art. 140 CP) - ou Ameaça (Art. 147 CP), Crime contra a Liberdade Individual”.

A matéria de Cruz (2017) apresenta também uma tabela com as mudanças sobre o que não será mais permitido, caso seja aprovado a PL:

Figura 4 - Mudança em caso de aprovação

ATUALMENTE	SE APROVADO
Permite aplicação da lei 9.099/95	NÃO permite aplicação da lei 9.099/95
Permite suspensão condicional	NÃO permite suspensão condicional
Permite transação penal	NÃO permite transação penal

Fonte: Cruz (2017)

Sobre a Lei nº 9.099/95, Silva (2002) explica que é uma nova metodologia nos processos criminais penais partindo assim de:

[...] princípios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível a conciliação ou a transação, com a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade (SILVA, 2002, p. 01).

Ainda em relação à Lei nº 11.340/06, há uma segunda alteração em caso de aprovação, sendo no artigo 3º, incluindo o direito à comunicação nas palavras de Cruz (2017, p. 01), observa-se:

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à **comunicação**, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (grifo do autor).

Como apresentado anteriormente, a alteração contemplará também mudanças no Código Penal. Assim, Cruz (2017, p. 01) descreve que será na perspectiva de criar um novo artigo, sendo o 140-A, no qual contemplará:

Art. 140-A. Ofender a dignidade ou o decoro de outrem, divulgando, através de imagem, vídeo ou qualquer outro meio, material que contenha cena de nudez ou de ato sexual de caráter privado. Pena: reclusão de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. Parágrafo único: A pena é aumentada de um terço a metade se o crime é cometido: I Por motivo torpe; II Contra pessoa com deficiência.

A reflexão a ser feita é que legalmente estas alterações serão muito importantes em se tratando da legitimação dos crimes cibernéticos, entendendo que se trata de um crime e que se devem obter os próprios artigos para a punição aos agressores, mas, pensando em relação à realidade brasileira, principalmente na atual conjuntura em que o país possui mais de 700 mil presos, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), levantamento realizado no ano de 2014 pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização (DFM) do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, em que muitas cidades contam com um sistema carcerário em condições precárias, põe em risco de ficar apenas na lei estas alterações, no sentido em que as delegacias e os presídios não possuem estrutura para mais detentos, acarretando outras medidas que não seja prisão. Assim, acredita-se que outras maneiras devem ser pensadas para que de fato aconteça a penalização e que o agressor não volte a reincidir no crime.

Outra problemática que é levantada na discussão de Cruz (2017) é em relação aos adolescentes que cometem este tipo de violência:

No âmbito do PL, senti falta do enfrentamento de tais práticas quando o autor for menor de idade, já que, por possuir condição especial à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não será alcançado pelas mudanças propostas. E a experiência mostra que as crianças e adolescentes são vítimas e também autores constantes de tais práticas (CRUZ, 2017, p. 01).

Veem-se então os desafios que em longo prazo ainda devem ser superados, pois não há contemplação para os agressores tanto quanto às vítimas menores de 18 anos, logo, mesmo possuindo os artigos 241,241-A e 241-B citados acima, não há uma incorporação de medidas específicas para o próprio adolescente, e de acordo com os dados apresentados no capítulo anterior, os adolescentes são o público alvo de fotos íntimas divulgadas, assim a criação de leis específicas voltadas para este grupo devem ser pensadas.

Com relação ao suicídio, o portal Senado Notícias⁴² (2017), apresentou dados sobre o suicídio no país, no qual a cada 45 minutos uma pessoa comete crime contra a própria vida e, no mundo, a cada 40 segundos, estes são dados divulgados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Desta forma, o Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que anteriormente havia apresentado um projeto nesta mesma perspectiva de valorização à vida, mas por algumas questões precisou retirar a tramitação, entretanto, novamente apresenta um projeto para criar a Semana Nacional de Valorização à Vida, que envolverá não apenas a sociedade, como também as mídias, pois, segundo Alves Filho, este tema é muito importante e “[...] a sociedade não tem a dimensão do problema e nós temos o imenso desafio de fazer com que ela possa se mobilizar em função disso” (SENADO NOTÍCIAS, 2017, p. 01).

A preocupação do senador é em relação a este período de crise política:

Estou aqui há 24 anos no mandato de senador. Terminarei em 2018 e nunca passei aqui por uma crise como essa. Nós estamos num momento político muito difícil. Então nós queremos que a própria crise política não afete o que nós queremos fazer diante desse desafio de termos um suicídio a cada 45 minutos no Brasil [...] (SENADO NOTÍCIAS, 2017, p. 01).

Nessa perspectiva, o mesmo convidou Marta Suplicy para ser a relatora e há previsões que aconteça na primeira semana do mês de setembro do ano em curso.

A importância desta semana será não apenas para a relação do suicídio com a crise política, mas para os jovens que tenham sua intimidade divulgada, pois, os dados apontam para a segunda maior causa de morte entre os adolescentes ser o suicídio.

De acordo com os dados da ONG Safernet (2008), já são quinze estados brasileiros que contam com pelo menos uma Delegacia especializada em Crimes Cibernéticos, o estado de São Paulo conta com três delegacias para atender este tipo de crime. O Paraná conta com o Núcleo de Combate ao Ciber Crimes (NUCIBER), localizado no centro de Curitiba⁴³. É importante ressaltar sobre a existência dessas delegacias especializadas, mesmo que não estejam presentes em

⁴² Para ler a notícia na íntegra, acessar: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/a-cada-45-minutos-uma-pessoa-se-suicida-no-brasil-dizem-especialistas-na-cas>

⁴³ Para os endereços de todos os Estados, acessar: <http://www.safernet.org.br/site/prevencao/orientacao/delegacias>

todos os estados brasileiros, já foi um grande passo dado. Entramos numa fase de concretização das que já existem e de surgimento de novas, para que a frase “a internet não é terra de ninguém” perca seu sentido, pois, é somente a partir das denúncias e punições efetivas que conseguiremos conscientizar que as atitudes na internet têm consequências no dia a dia das pessoas. Vale ressaltar que somente a partir dos dados concretos que as leis são legitimadas, por isso a importância de denunciar, para que se consigam mais leis que protejam as vítimas dos crimes cibernéticos.

3 A VIOLÊNCIA VIRTUAL E OS ADOLESCENTES DO CENTRO DA JUVENTUDE

O presente capítulo visa analisar uma amostragem de campo com adolescentes entre 13 a 15 anos de idade, pois, de acordo com os dados da ONG Safernet, apontam que é neste período o maior índice de adolescentes vítimas da violência virtual, que possuem a prática do *sexting*. Assim, a construção das perguntas que compuseram o questionário aplicado visa levantar dados sobre o uso da internet, bem como, a utilização das redes sociais, o conhecimento sobre o termo *sexting*, o compartilhamento de fotos e/ou vídeos íntimos próprios ou de terceiro e, também sobre a opinião acerca do que é uma violência virtual. E, por fim, busca-se apresentar uma análise a partir dos dados levantados de como esta realidade se dá com parte dos adolescentes do município de Ivaiporã.

3.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizou-se como recurso a pesquisa exploratória no intuito de conhecer as mudanças após a criação dos computadores e a rede de internet, tanto como as redes sociais com sua ascensão puderam trazer tantas novidades, como o surgimento de uma nova violência, a

violência virtual que se molda neste novo parâmetro, pautado na rapidez das informações, exposição da vida privada para o público e de leis que ainda estão caminhando para acompanhamento das novas tecnologias.

Neste sentido, nas palavras de Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória é o modelo de pesquisa que possui como principal característica “desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos ou ideias”.

E, expressa ainda:

[...] pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

Desta forma, discutir sobre o *sexting*, considerando que a violência virtual é um assunto relativamente novo no país, torna-se também novo no campo da ciência, contando ainda com pouca bibliografia especializada, assim caracterizando como uma pesquisa exploratória tanto como descritiva.

Ao elucidar sobre a pesquisa descritiva, Gil (2008, p. 28) contempla ainda que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nesta perspectiva, a pesquisa visou durante todo o processo descrever sobre a adolescência, seja em relação ao surgimento e crescimento expansivo da internet e das redes sociais, como também em relação ao que se refere à adolescência e sobre os índices de uso das tecnologias por este público.

A pesquisa também se constitui de forma quantitativa, tendo em vista que o público alvo são adolescentes entre 13 a 15 anos, e que estão em fase de constituição de valores político, econômico e social, como também processo de descoberta da sexualidade. Tendo em vista estas questões, a pesquisa quantitativa alcançará melhor os objetivos estabelecidos.

Assim, segundo Baptista (1999, p. 34) a natureza da pesquisa quantitativa se constitui:

As técnicas quantitativas de pesquisa se caracterizam pela adoção de uma estratégia pautada nas ciências sociais, cujas observações se dão no aspecto empírico para explicitar fatos e fazer previsões.

Os resultados dessas técnicas de pesquisa são expressos em número, intensidade e ordenação. Busca-se o consenso, conhecimentos operacionais e índices quantitativos.

Este método de análise de dados enaltece o objetivo, ou seja, não é capaz de analisar de forma mais complexa cada resposta. Tende a dar decifração por meio do uso da matemática.

Fonseca (2002, p. 20) complementa que:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade [...].

Por se tratar de uma amostragem pequena com parte dos adolescentes do Centro da Juventude do município de Ivaiporã, no qual, dos 268 alunos matriculados, 100 destes estão entre a faixa etária pesquisada. Entretanto, por se tratar de um espaço diferenciado do ambiente escolar, não é necessário requerer a frequência dos mesmos. A instituição possui uma média de 35 adolescentes que frequentam regularmente nos dois períodos de funcionamento, sendo matutino e vespertino, entretanto, apenas 15 se propuseram a colaborar com a pesquisa de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice) entregue.

Deste modo, Gil (2008, p. 55-56) explica que:

Os levantamentos por amostragem gozam hoje de grande popularidade entre os pesquisadores sociais, a ponto de muitas pessoas chegarem mesmo a considerar pesquisa e levantamento social a mesma coisa. Na verdade, o levantamento social é um dos muitos tipos de pesquisa social que, como todos os outros, apresenta vantagens e limitações.

Utilizou-se também a pesquisa documental, a fim de dar subsídios concretos para a discussão durante o trabalho, no sentido que durante o processo foi proposto a discussão de bases legais que existem atualmente e que protegem as vítimas de crimes cibernéticos. Assim, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 48-49) “a fonte de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Gil (2008, p. 51) complementa que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Assim, as leis, decretos e a própria Constituição Federal são alguns documentos que fazem parte deste grupo.

Utilizou-se também a pesquisa bibliográfica para o aporte teórico que sustentou toda a construção do conhecimento durante a pesquisa. Para Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60) a pesquisa bibliográfica “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses.” Para além destes, utilizou-se para a realização deste trabalho, sites, reportagens e pesquisas que contemplavam o conteúdo abordado.

Gil (2008, p. 57) expõe ainda:

Os estudos de campo apresentam muitas semelhanças com os levantamentos. Distinguem-se destes, porém, em relação principalmente a dois aspectos. Primeiramente, os levantamentos procuram ser representativos de um universo definido e fornecer resultados caracterizados pela precisão estatística. Já os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.

A técnica para a coleta de dados utilizada com os adolescentes foi o questionário, contendo questões fechadas e abertas, com intuito de alcançar todos os objetivos traçados e informações que pudessem responder o problema da pesquisa, no qual consiste em averiguar como os adolescentes do Centro da Juventude do município de Ivaiporã-PR compreendem a violência virtual a partir de fotos e/ou vídeos divulgados nas redes sociais.

De acordo com Gil (2008, p. 121), o questionário se define por:

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. Assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados [...]

Entretanto, os autores Marconi e Lakatos (2011, p. 86) complementam que:

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou uma carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do receptor para que ele preencha e desenvolva o questionário dentro de um prazo razoável.

Assim, antes da entrega dos questionários foi entregue o Termo de Consentimento Livre Esclarecido para que pudessem conhecer o objetivo da pesquisa, bem como ter a confiança de que os dados divulgados não estariam associados à sua imagem.

3.2 ANÁLISE DO ENTENDIMENTO DOS ADOLESCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA VIRTUAL

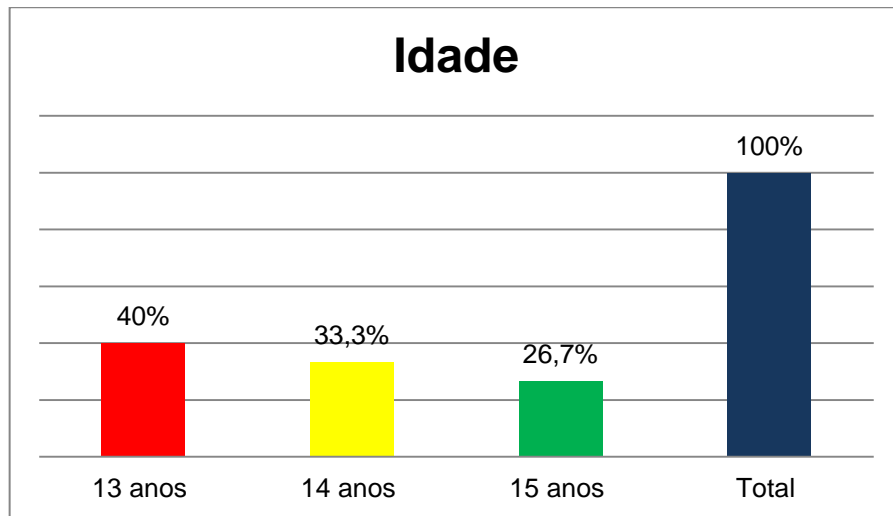
Nos dois primeiros capítulos foram conceituados alguns termos utilizados na violência virtual, realizou-se o resgate acerca do surgimento das tecnologias, bem como apresentou-se as redes sociais mais famosas na internet.

Durante todo o processo, o foco centrou-se em adolescentes, que de acordo com as estatísticas são os que apresentam maior índice de vítimas deste tipo de crime, que ocorre na internet. Neste sentido, elaborou-se um questionário para que os mesmos pudessem responder e, assim, analisar de que maneira se apresenta a realidade do município de Ivaiporã.

Por se tratar de um questionário aplicado com adolescentes, antes de iniciar efetivamente o questionário, foram realizadas perguntas referentes ao perfil destes adolescentes, uma vez que estão entre a faixa etária de 13 a 15 anos, não tendo identificação.

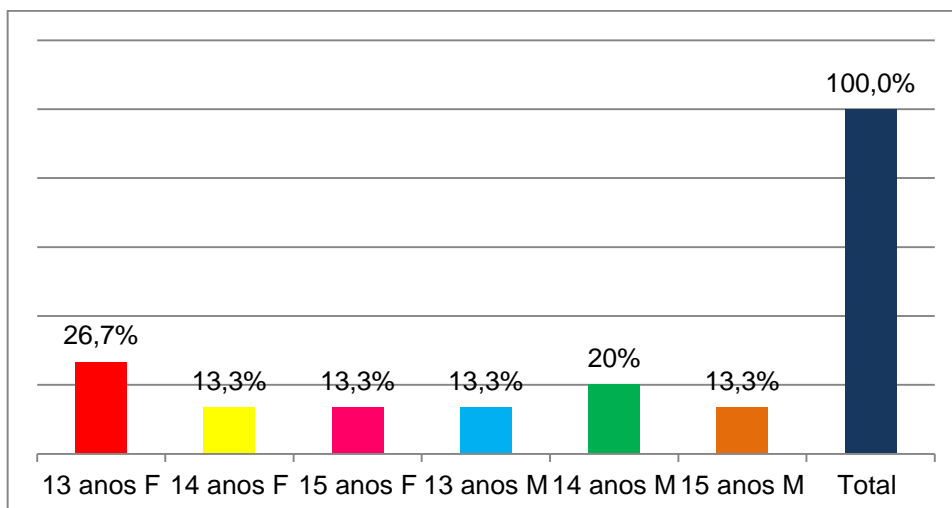
Desta maneira, sobre a idade dos adolescentes, apresenta-se abaixo o gráfico 1 com o percentual por idade e, no gráfico 2, o percentual por idade e sexo.

Gráfico 1- Idade dos adolescentes



Fonte: A própria autora

Gráfico 2- Percentual de adolescentes por sexo e idade



Fonte: A própria autora

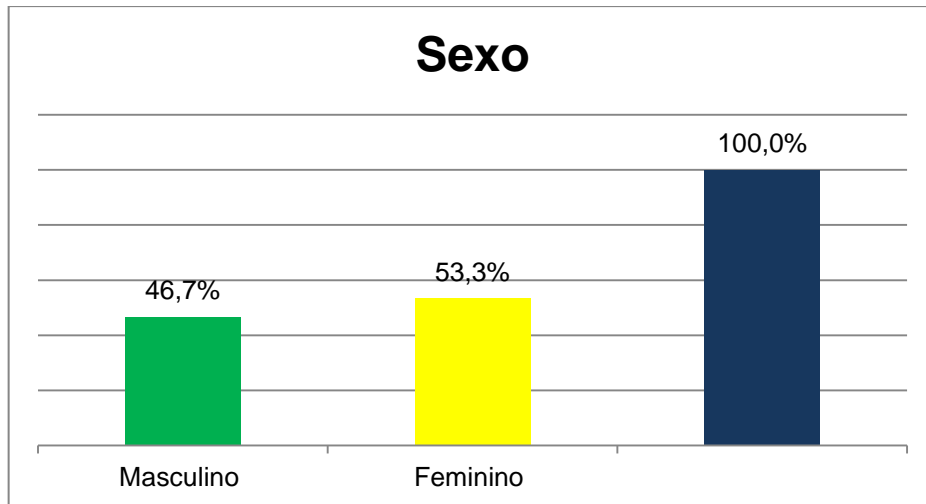
Assim, nota-se que a idade que prevalece entre os que se dispuseram a responder o questionário é de adolescentes com 13 anos, seguidos pelos adolescentes com 14 e, posteriormente de 15 anos.

Em relação à idade de acordo com o sexo, adolescentes do sexo feminino e que possuem 13 anos são a maioria, com 26,7% e, em seguida, os adolescentes de 14 anos, do sexo masculino compõe 20% dos entrevistados. Em relação ao total de entrevistados, 53,3% são do sexo feminino e 46,7% do sexo masculino.

De acordo com os dados de PNAD (2015) as mulheres representam 51,5% da população, sendo a maioria em âmbito nacional, perdendo apenas na região norte do país em que os homens são a maioria.

Tratando-se sobre o sexo dos adolescentes, a pesquisa apontou:

Gráfico 3- Sexo dos adolescentes

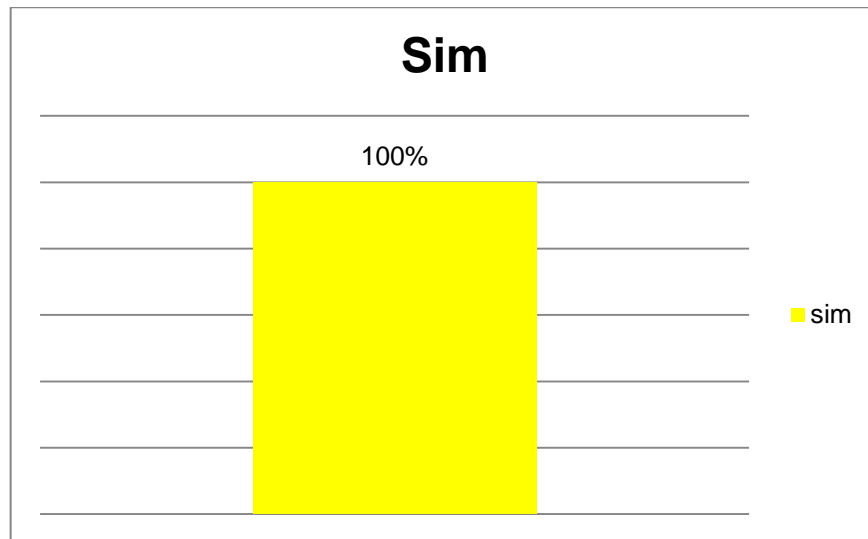


Fonte: A própria autora

Deste modo, foi possível realizar a pesquisa com adolescentes com um percentual aproximado entre cada sexo, permitindo assim uma proposta mais democrática, com as visões de ambos os sexos sobre o mesmo assunto.

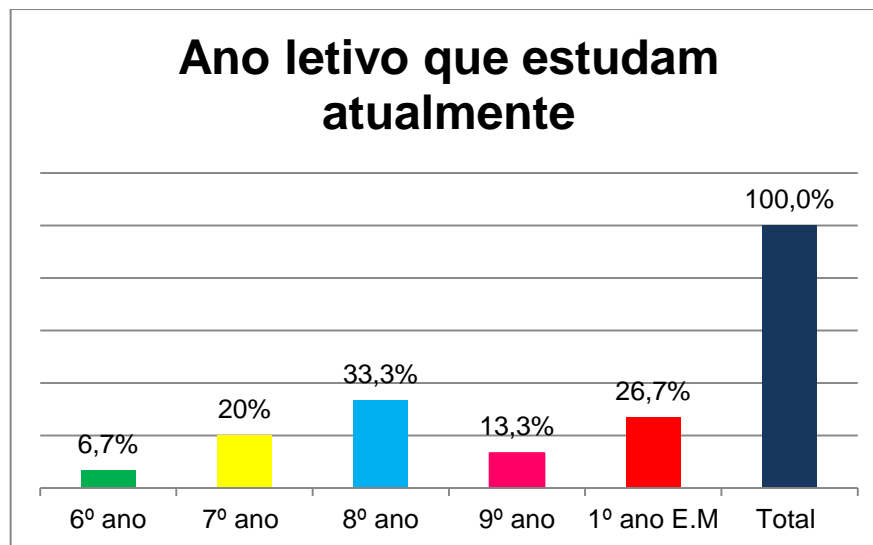
Em conseqüente perguntou-se sobre a escolaridade dos mesmos para analisar se os estudantes estão frequentando regularmente o sistema educacional, aproveitando a oportunidade para conhecer quais níveis de estudo os mesmos possuem e também averiguar se havia adolescentes evadidos do ambiente escolar.

Gráfico 4- Percentual de adolescentes estudando



Fonte: A própria autora

Gráfico 5- Escolaridade dos adolescentes



Fonte: A própria autora

Neste item, observa-se que além de todos estarem frequentando o sistema educacional, a gama do ano letivo é maior se comparada com as idades dos mesmos. Significa que a incidência de alunos que estão repetindo o ano letivo ou que foram matriculados mais tarde no colégio é uma realidade dos alunos do Centro da Juventude.

Dados do Relatório Dinâmico⁴⁴ (2014) sobre o município de Ivaiporã apontaram que para o ensino fundamental, 5% estão com idade superior a

⁴⁴ Para acessar os dados do município: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/2-educacao-basica-de-qualidade-para-todos/BRA004041165/ivaipora---pr>

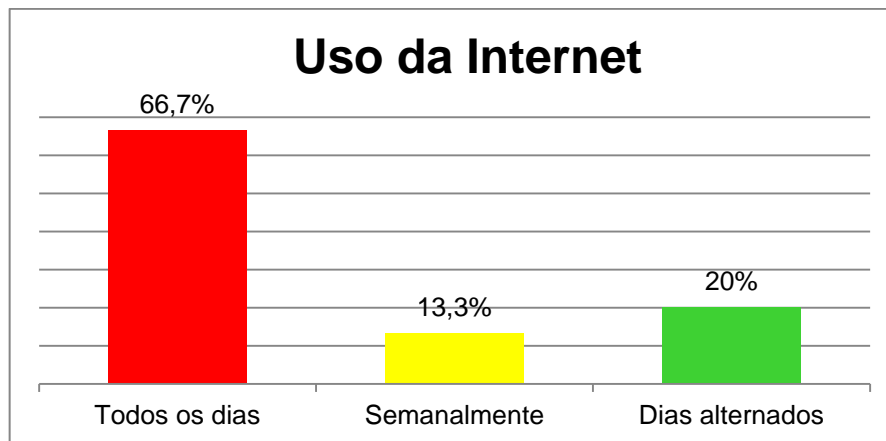
recomendada aos anos iniciais e, 9,2% para os anos finais, com relação ao ensino médio, assim defasagem chega a 15%.

Assim, pensando no universo da pesquisa que ora se apresenta, acredita-se que estes dados em relação à idade e a série em que cursam, pode ser fonte de pesquisa futura a fim de diagnosticar sobre as causas da defasagem de idade e série escolar dos adolescentes que frequentam o Centro da Juventude do município de Ivaiporã-PR.

Após a apresentação do perfil dos sujeitos que compuseram esta pesquisa, será dado início a segunda parte, contendo a tabulação dos dados coletados após a aplicação do questionário, no qual foi elaborado com dezesseis perguntas de múltiplas escolhas com questões relacionadas, e, para além disso, uma questão aberta para que fosse possível averiguar o grau de conhecimento sobre a violência virtual, no qual é o problema de pesquisa proposto.

Assim, iniciou-se com o questionamento sobre a frequência em que os mesmos costumam utilizar a internet, no qual:

Gráfico 6- Percentual de frequência no uso da internet

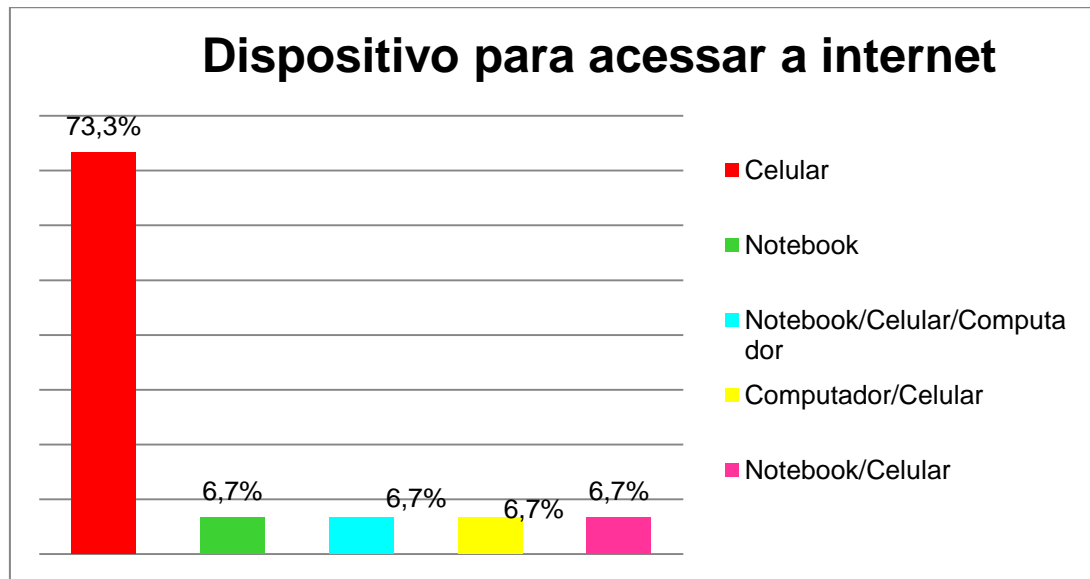


Fonte: A própria autora

Logo, o primeiro ponto a se observar é que de todos os entrevistados, não houve nenhum que não possuísse acesso frequente à internet. Destaca-se que quase 70% dos mesmos acessam todos os dias esta ferramenta que possibilita contato aos mais diversos assuntos.

Assim, foi questionado de que maneira acessam a internet, por meio de qual dispositivo, obtendo as seguintes respostas:

Gráfico 7- Dispositivo utilizado para acessar a internet



Fonte: A própria autora

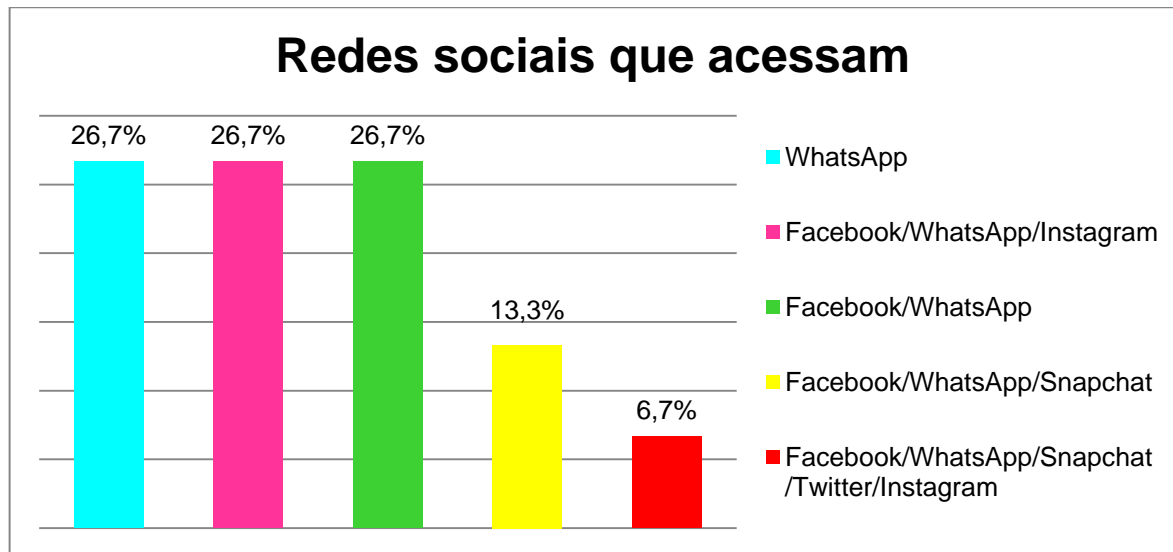
Neste aspecto houve uma variedade maior em relação às formas de acessar à internet, entretanto, o celular, com 73%, é a maneira mais utilizada, para além disso, o mesmo dispositivo apareceu elencado juntamente com outras variações que podem utilizar para acessar a internet, bem como, o computador e o notebook.

Este número deve-se também ao aumento expansivo que o celular vem tendo desde sua criação. De acordo com informações do site Teleco⁴⁵, de setembro de 2017, o último mês de julho encerrou com 242 milhões de aparelhos celulares, ou seja, aproximadamente 1,169 por habitante brasileiro. Com relação ao mesmo período do ano de 2016, houve uma queda de aproximadamente 10 milhões de aparelhos. De acordo com o site IDC Brasil (2017), a queda está atrelada aos gostos dos brasileiros, que estão buscando celulares “mais robustos” levando os fabricantes dos convencionais *smartphones* a baixarem os valores. Entretanto, ressaltou-se que há expectativas para que aumente novamente as compras, pois, os consumidores estão trocando seus aparelhos que foram adquiridos há aproximadamente três anos.

As redes sociais são outro fenômeno da atualidade, assim, perguntou-se sobre quais as redes sociais em que possuem conta e que costumam acessar, neste sentido:

⁴⁵ Para ver na íntegra acessar: <http://www.teleco.com.br/ncel.asp>

Gráfico 8- Percentual sobre as redes sociais que possuem contas



Fonte: A própria autora

As principais redes sociais acessadas pelos adolescentes são o WhatsApp, Facebook e o Instagram, mas, somente o WhatsApp foi capaz de somar o mesmo percentual que as demais. Como apresentado no capítulo 1, é um aplicativo que vem aumentando cada vez mais o número de usuários conectados a ele. O sucesso se dá por ser um aplicativo de usabilidade fácil, para além de ser gratuito, em suas últimas atualizações começou a contar com a possibilidade de chamada de vídeo, ou seja, pode-se visualizar o outro instantaneamente.

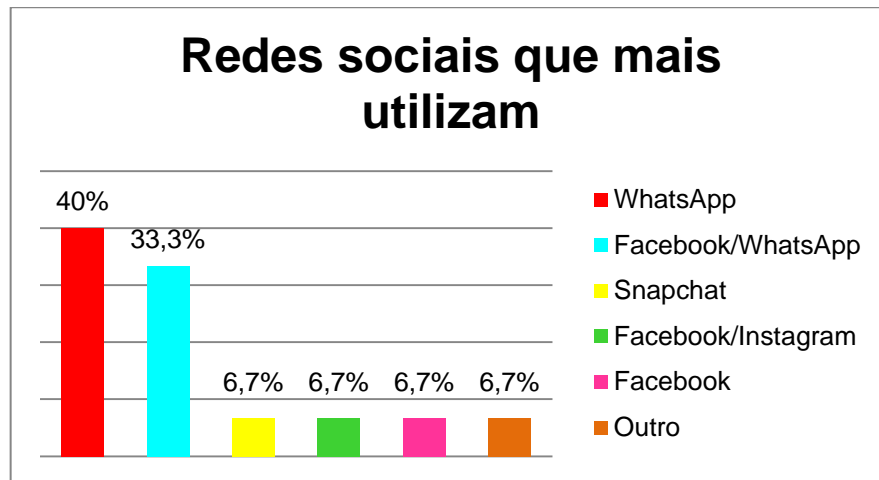
O aplicativo WhatsApp está popular entre os adolescentes, observa-se que dentre todas as respostas o mesmo apareceu, sendo utilizado de maneira solitária como também conjugado a outras redes sociais.

Entretanto, contrapondo-se ao constante uso do WhatsApp, tem-se o *Twitter* que apareceu poucas vezes, mas de acordo com dados divulgados no site do *Twitter*⁴⁶, este possui mensalmente cerca de 328 milhões de usuários e está disponível em mais de 40 idiomas.

Com relação às redes sociais que costumam passar maior tempo interagindo, obtiveram-se as seguintes respostas:

⁴⁶ Para acompanhar todos os dados, acessar: <https://about.twitter.com/pt/company>

Gráfico 9- Percentual das redes sociais que mais utilizam no cotidiano

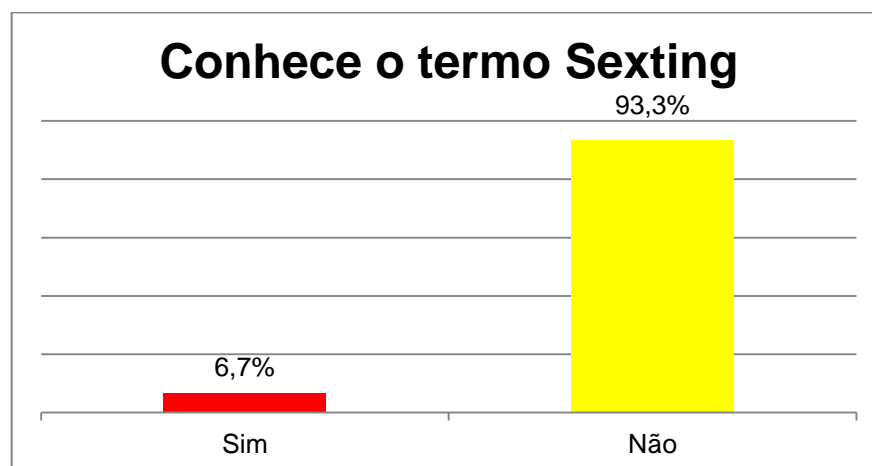


Fonte: A própria autora

As respostas foram surpreendentes, pois se esperava que apresentassem apenas uma rede social em que utilizam com maior frequência no cotidiano, sendo que novamente o WhatsApp tem uma porcentagem maior em relação às outras, mas o número dos que utilizam a mesma acompanhado do Facebook aumentou em relação ao outro gráfico apresentado acima, que tratava das redes sociais que acessam, indo de 27% para 33%, assim, estas duas redes sociais citadas acima, Facebook e WhatsApp, se destacam em relação as outras que ficam com um percentual sempre inferior.

Com relação ao tema principal desta pesquisa, que é da evolução do *sexting* para uma violência virtual, perguntou-se sobre o conhecimento do termo, logo a resposta apresentada pelos mesmos foi:

Gráfico 10- Percentual de adolescentes que conhecem o termo Sexting



Fonte: A própria autora

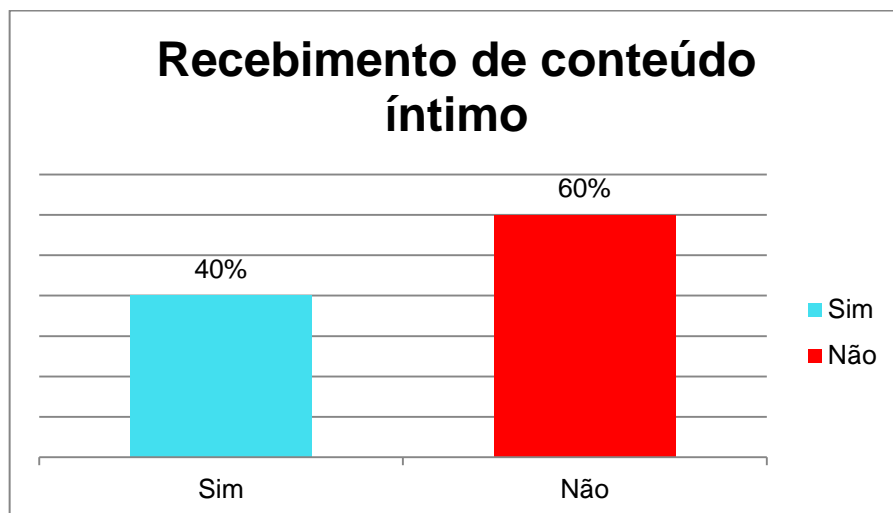
As respostas confirmaram o desconhecimento do termo de uma prática comum na atualidade, não somente entre os adolescentes, como demonstrado durante toda a pesquisa, com exemplos de Rose Leonel e, também do casal americano que tiraram as fotos em uma viagem e que acabaram sendo espalhadas e dando nome ao fenômeno de *Revenge Porn* ou Pornografia de vingança.

Pode-se atrelar a falta de conhecimento do termo pelo mesmo ser relativamente novo, e pelo fato de que, entre os jovens se popularizou como o termo “mandar nudes”. Assim, Nicaretta e Hennigen (2016, p. 5) explicam que:

Quando se fala em envio, recebimento ou compartilhamento de fotografias do corpo nu, com a especificidade de ser o próprio corpo o fotografado, o termo usado hoje no Brasil é nudes. O termo vem de uma variação de “nude” palavra da língua inglesa que significa nu (RAPHAELLI, 2015) e é usado no mesmo sentido que sexting, segundo a blogueira [...].

No que diz respeito ao recebimento de conteúdo íntimo, as respostas dadas apresentam que:

Gráfico 11- Percentual de adolescentes que já receberam conteúdo íntimo



Fonte: A própria autora

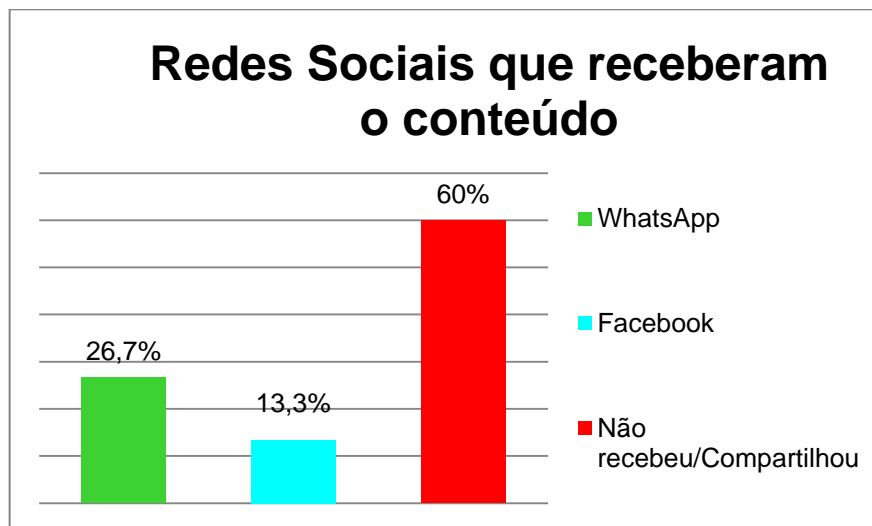
Aparentemente não seria um valor alto de pessoas que receberam fotos e/ou vídeos íntimos se considerarmos que são adolescentes, e neste caso, grande parte

está com 13 anos, ou seja, uma adultização⁴⁷ precoce sobre imagens que podem conter não apenas fotos sensuais, mas também o ato sexual em si.

Como discutido no primeiro capítulo, a adolescência é o momento de descobertas em todos os âmbitos, inclusive sexual, do próprio corpo e de certa maneira acessar este conteúdo nesta idade pode influenciar que os mesmos também pratiquem o ato de mandar fotos e/ou vídeos podendo ser vítima do crime virtual.

Assim, perguntou-se por quais redes sociais foi possível acessar este tipo de material, para aqueles que haviam recebido, então:

Gráfico 12- As redes sociais em que receberam o conteúdo íntimo



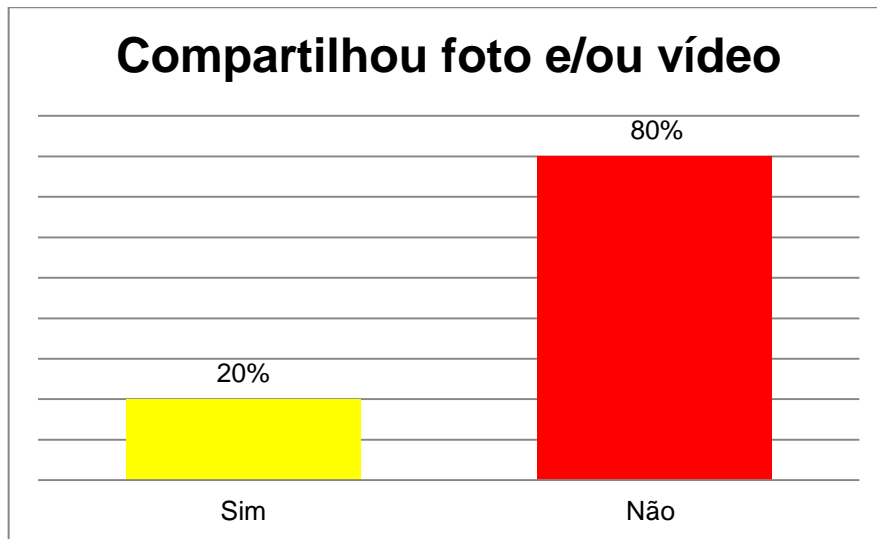
Fonte: A própria autora

Diante das redes sociais disponíveis para assinalar, apenas as que já haviam vindo se destacando anteriormente foram apontadas como meio de visualização, e mais uma vez o WhatsApp se destacou por ser o meio por onde são mais visualizados(as) fotos e/ou vídeos.

Perguntou-se ainda se haviam compartilhado com terceiros material íntimo:

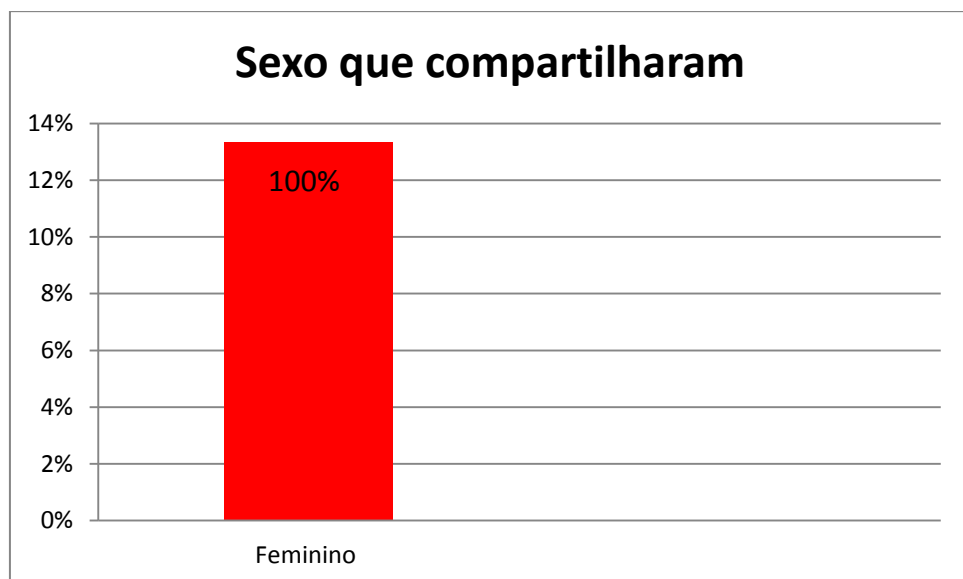
⁴⁷ De acordo com a psicóloga Fernanda Couto, a adultização precoce está relacionada a atual configuração social, tem se tornado cada vez mais frequente a indiferenciação entre crianças e adultos. Ambos veem os mesmos programas de Tv, têm refeições iguais, vivem a correria do dia dia. Ou seja, desde pequenas, as crianças se veem exposta as mesmas vivencias, preocupações e problemas dos adultos. Para acompanhar a reportagem completa, acessar: <http://www.centroapoioeducacaoesaude.com.br/consequencias-adultizacao-precoce/>

Gráfico 13- Percentual de adolescentes que já compartilharam conteúdo íntimo



Fonte: A própria autora

Gráfico 14– Sexo que compartilharam fotos e/ou vídeos íntimos



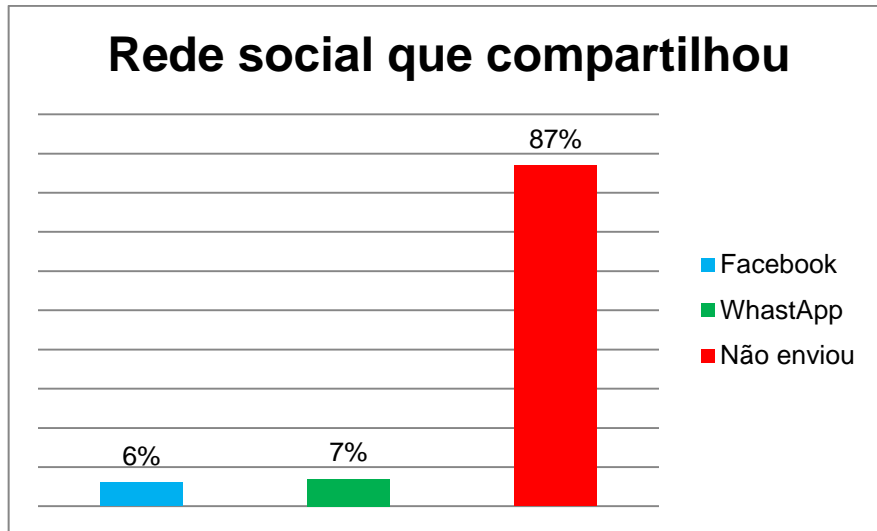
Fonte: A própria autora

Mesmo que não seja de outros adolescentes, o ato de divulgar está presente e é uma realidade também entre os jovens, podendo ser vítimas em potencial e isto faz com que seja popularizado de forma rápida e eficiente, tornando-se um ciclo vicioso em que a remoção seja mais difícil ou até mesmo, impossível.

Averiguou-se que os adolescentes que compartilharam fotos e/ou vídeos com outras pessoas foram apenas do sexo feminino, e de acordo com dados da Safenet, as meninas compõem a maior parte.

Neste sentido, uma vez que há demanda de adolescentes que já compartilharam material íntimo para terceiros, questionou-se sobre qual a rede social que utilizaram para compartilhar a imagem e/ o vídeo, assim:

Gráfico 15- Redes sociais em que foi compartilhado o conteúdo íntimo

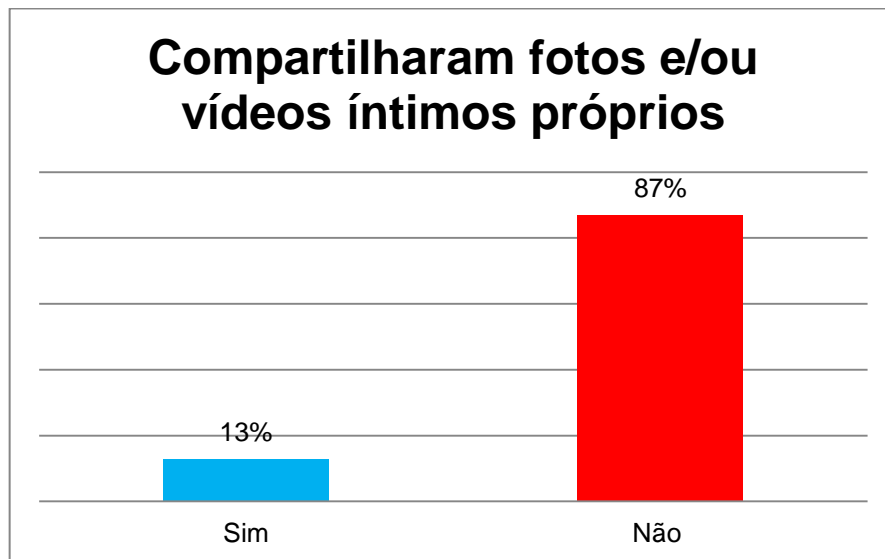


Fonte: A própria autora

Houve surpresa nas respostas, sendo que apenas as redes sociais em que já vinham se destacando nas perguntas anteriores foram utilizadas para compartilhar este tipo de conteúdo íntimo, pois, como já discutido no capítulo 1, o Snapchat acabou sendo conhecido por ser uma rede social em que o usuário tem a liberdade de selecionar por quanto tempo será visto a foto ou o vídeo, para além de selecionar quem poderá ver a publicação, sendo que o conteúdo postado após 24 horas é excluído automaticamente, podendo ser visto por muitos como mais “seguro”.

Com relação se os adolescentes compartilharem fotos e/ou vídeos próprios com outras pessoas observou-se:

Gráfico 16- Percentual de adolescentes que compartilharam conteúdo íntimo próprio



Fonte: A própria autora

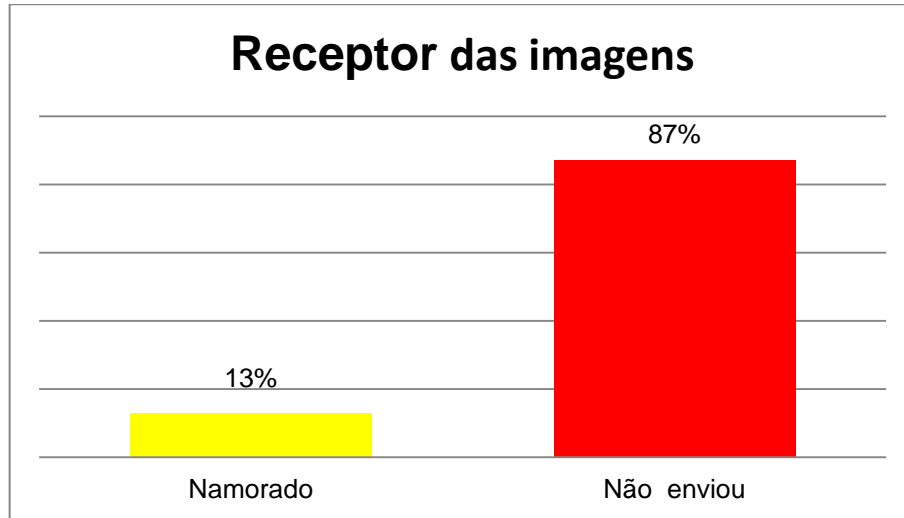
Considerando que a pesquisa foi realizada com uma quantidade pequena de adolescentes, os números apontam para um índice alto, ou seja, comprova-se que existe esta demanda e que são adolescentes, ou seja, estão em fase de desenvolvimento e construção de identidade.

Mesmo não existindo uma plena certeza de que ficará apenas entre quem enviou e o receptor, não se pode culpabilizar a vítima por ter enviado, pois quem compartilhou sem consentimento que deve ser responsabilizado, mas infelizmente o que se observa até mesmo nos casos de suicídios expostos anteriormente, é que a agressão verbal, que ocorre principalmente por meio do *cyberbullying* acontece com as vítimas e não contra o agressor, sendo então uma inversão no pensamento do senso comum, que ao invés de contribuir para que as leis sejam direcionadas para responsabilizar os verdadeiros culpados, acaba por culpabilizar quem as sofreu.

Entende-se que por se tratar de uma amostragem pequena é possível ver que existe demanda com relação aos adolescentes enviarem imagens ou mesmo vídeos em que apareçam de forma sensual para outras pessoas, estando desta forma a mercê de serem vítimas, no sentido de que, após enviar este tipo de conteúdo, não há certeza de que não será visto por pessoas ao qual não foram destinadas.

Questionou-se então para quem havia sido enviado o conteúdo e, assim responderam:

Gráfico 17- Para quem foi enviado o conteúdo íntimo

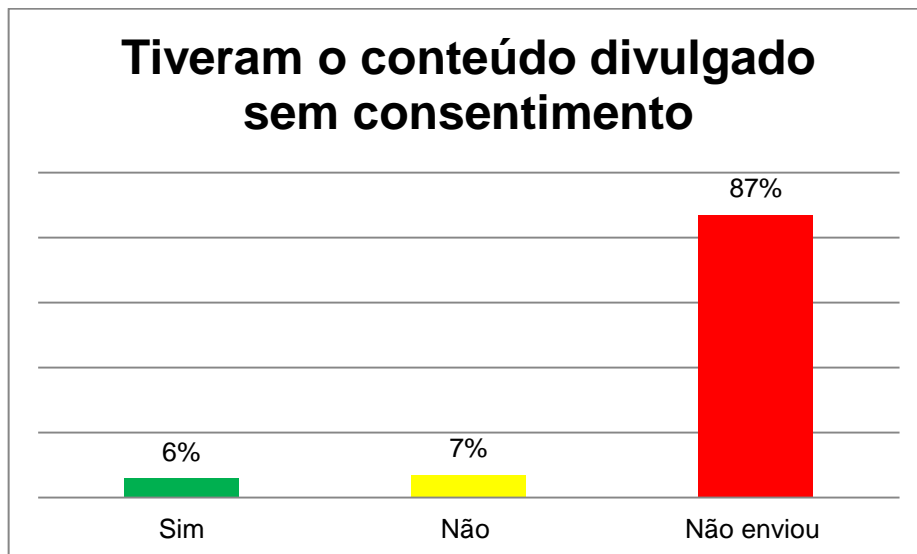


Fonte: A própria autora

Dentre as alternativas, apenas os namorados foram mencionados, mostrando que são pessoas em quem possuem confiança em compartilhar este tipo de conteúdo íntimo e que apresentam maior aproximação.

Todo o trabalho foi voltado para a questão de ser compartilhado fotos e/ou vídeos sem consentimento, nesta perspectiva, perguntou-se sobre pessoas compartilharem este conteúdo íntimo de maneira inapropriada, assim:

Gráfico 18- Percentual de adolescentes que tiveram o conteúdo íntimo divulgado sem consentimento



Fonte: A própria autora

Mesmo por se tratar de uma pesquisa por amostragem, percebe-se que existe a demanda, ainda que o número seja reduzido, detecta-se que os adolescentes estão sendo vítimas deste tipo de violência virtual.

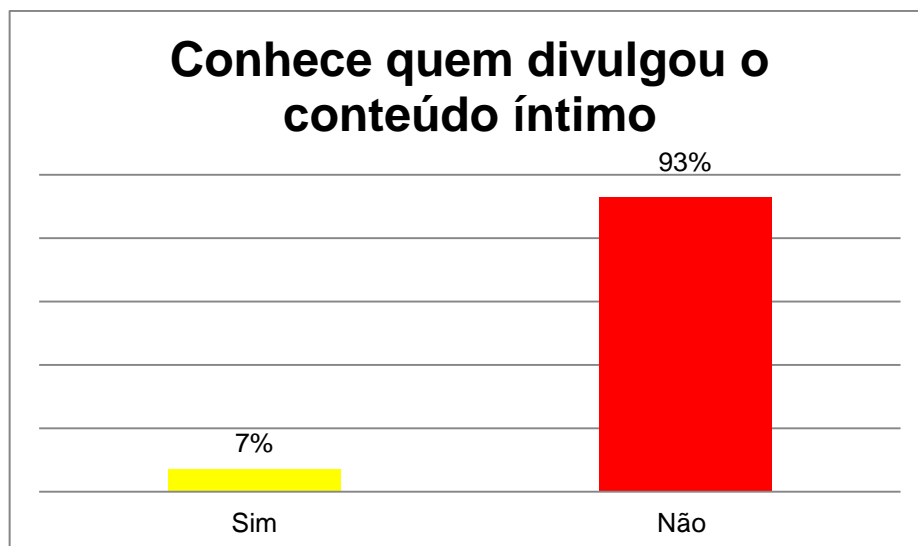
De acordo com o Conselho Tutelar do município de Ivaiporã, durante o ano de 2016 foram registrados 5 casos de adolescentes entre 13 e 15 anos, vítimas do crime virtual, em que as fotos foram divulgadas sem consentimento.

Destacou-se ainda que todos eram do sexo feminino, de Colégio Estadual, e que ao procurarem o Conselho Tutelar, foram orientadas, juntamente com o/a responsável, a procurarem a Delegacia para registarem um Boletim de Ocorrência (B.O).

Este número não é maior porque muitos têm medo de denunciar ou mesmo não possuem conhecimento de como prosseguir após o ocorrido. Entretanto, vale ressaltar que tanto a Ong Safernet quanto a Ong Marias da Internet prestam assessoria jurídica, psicológica e social para as vítimas.

Procurou-se saber em caso de adolescentes com fotos e/ou vídeos divulgados, se conheciam quem as divulgou, desta forma:

Gráfico 19- Conhecimento sobre quem divulgou o conteúdo íntimo



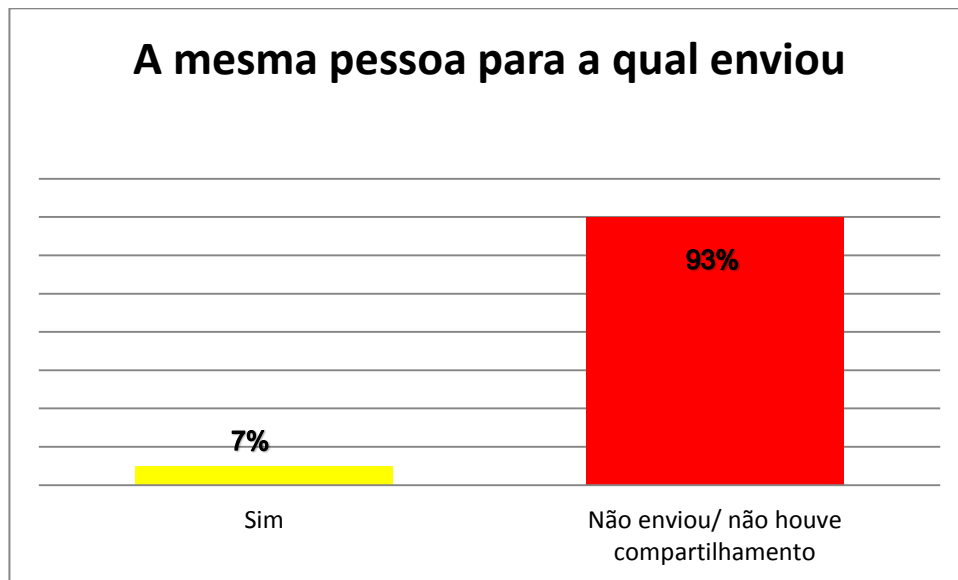
Fonte: A própria autora

Acredita-se que após o reconhecimento do agressor virtual, o caminho legal será procurar a Delegacia mais próxima para registrar o B.O, sendo que o ideal seria possuir mais delegacias especializadas em crimes cibernéticos para que pudessem

investigar sobre a viralização do material sensual, no qual existem apenas 15 no país e o estado conta apenas com uma, localizada na capital.

Questionou-se ainda se quem as divulgou seria a mesma pessoa para o qual havia sido enviado anteriormente e constatou-se o seguinte:

Gráfico 20- Relação entre o compartilhamento e quem recebeu o conteúdo íntimo



Fonte: A própria autora

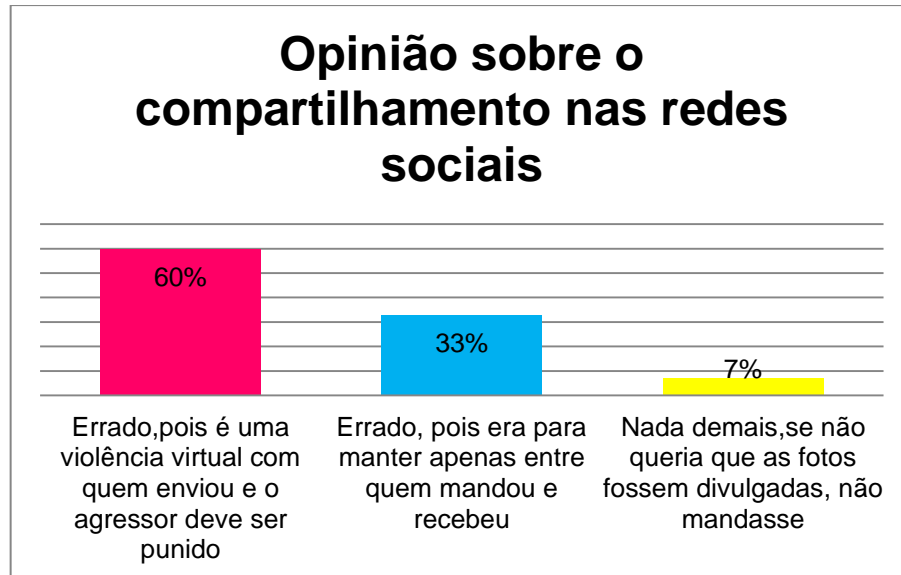
Anteriormente havia sido respondido que as fotos e/ou vídeos foram divulgados para o namorado, e que este material acabou sendo compartilhado com outras pessoas sem o devido consentimento e que sabiam quem as compartilhou, e por fim, apontam que é a mesma pessoa ao qual confiou em enviar.

Mais uma vez compara-se este resultado com a história da fundadora da ONG Marias da Internet, as histórias são parecidas no sentido em que confiaram no parceiro e por motivos distintos acabaram por compartilhar com a sociedade aquilo que era para ser íntimo, pessoal, que deveria ser resguardado apenas entre quem envia e quem recebe.

Mesmo tomando repercussões diferentes, de um lado temos uma jornalista que se tornou símbolo da causa e de outro, uma adolescente que, como outras, teve sua privacidade ferida e exposta, mas que nem todos conhecem, no qual muitas vezes acaba sendo alvo de agressões verbais por meio *cyberbullying* em redes sociais.

Perguntou-se então a opinião dos adolescentes em relação a outros adolescentes terem compartilhado em redes sociais fotos e/ou vídeos em que apareçam de maneira sensual ou nu, logo:

Gráfico 21- Opinião sobre o compartilhamento nas redes sociais



Fonte: A própria autora

Com mais de 50% das opiniões, os (as) adolescentes pesquisados (as) entendem que compartilhar fotos e/ou vídeos íntimos nas redes sociais é uma violência, confirmando as respostas anteriores em que a maioria que receberam não compartilharam com outras pessoas este tipo de conteúdo, tendo a consciência que este ato não é correto.

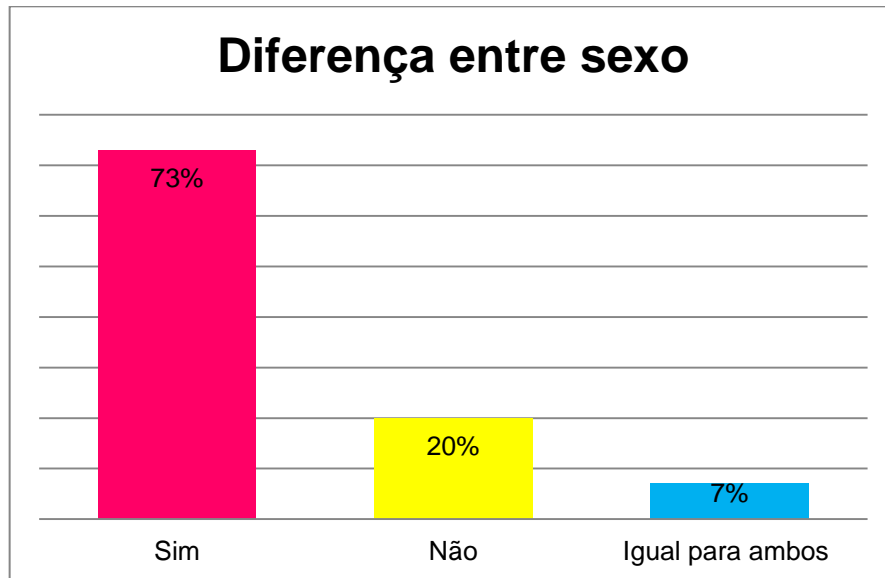
Na sequência, com aproximadamente 30% aparecem os que acreditam ser errado no sentido que devam manter de maneira privada entre àqueles com quem compartilhou, tendo consciência que estas atitudes de compartilhamento sem consentimento são erradas e que não devem ser expostas.

Por fim, houve respostas que compõe uma porcentagem pequena que acabam culpabilizando a vítima, pois, a responsabilidade é da vítima que não deveria se expor.

O resultado foi surpreendente de forma positiva, acreditava-se que haveria mais pessoas que entenderiam que a culpa é da vítima, mas pelo contrário, entendem que é de fato uma violência virtual. Demonstra que os jovens, mesmo não entendendo o significado do termo *sexting*, sabem o que significa na prática e o que representa este ato.

Outro aspecto que se levantou durante a pesquisa é a diferença entre acontecer com uma pessoa do sexo masculino e com pessoas do sexo feminino. Procurou-se perceber qual a opinião em relação a este assunto, se entende que exista diferença:

Gráfico 22- Opinião sobre a diferenciação entre sexo ao enviar conteúdo íntimo



Fonte: A própria autora

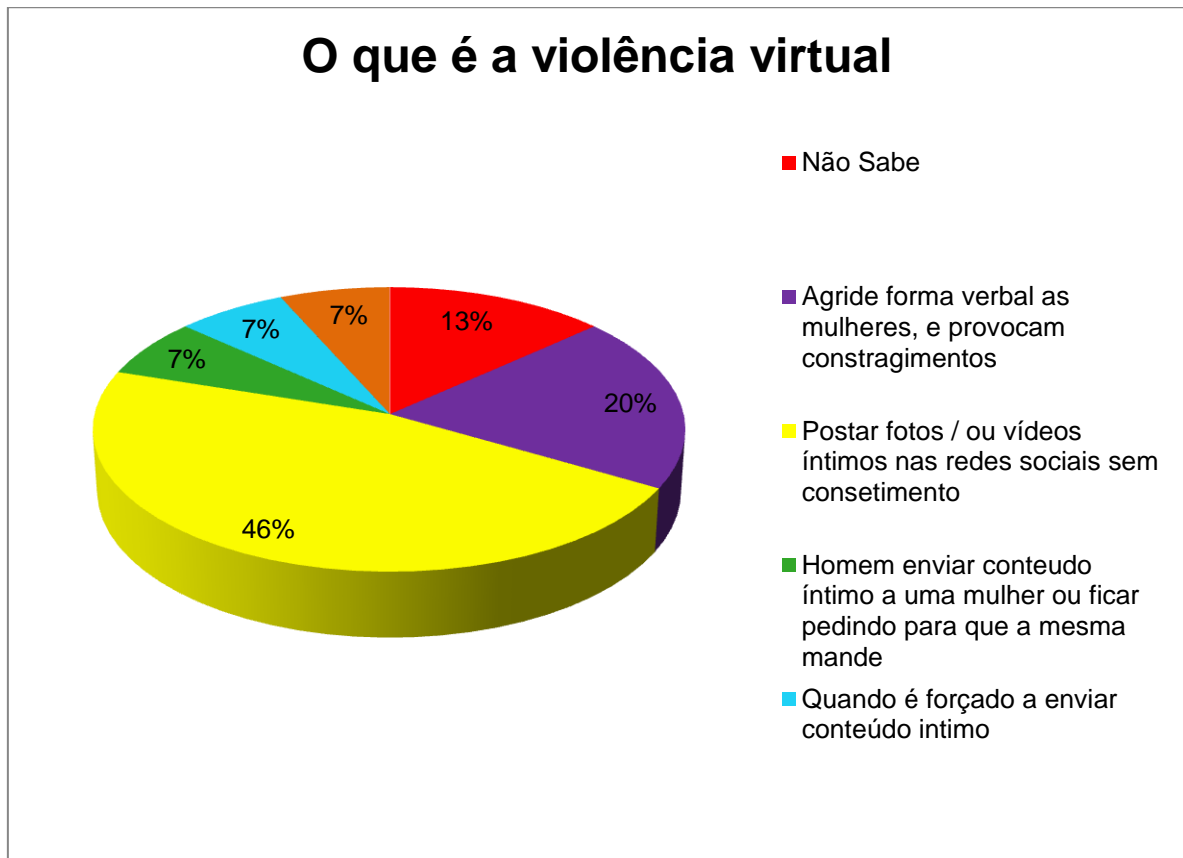
Novamente a expectativa foi superada, pois, ainda vivemos uma sociedade machista como apresentado no segundo capítulo, tendo então uma nova geração se formando, ou seja, esta no qual foi entrevistada, que nasceu nos anos 2000, esperava-se que estes não entendessem ou não compreendessem sobre este tipo de diferença.

Percebe-se que estes já são capazes de ver que infelizmente existe a diferença entre os sexos, mas, ao mesmo tempo é preocupante e devemos questionar o porquê desta diferença no tratamento se ambos tiveram o mesmo ato.

Será que esta nova geração que se forma será capaz de desconstruir esta imagem desigual entre gênero? São questões que só serão respondidas através de uma nova educação pautada no respeito mútuo, constituída na igualdade entre ambos a partir do entendimento de que todos somos seres humanos e não são as diferenças físicas e biológicas que determinam quem somos.

Finalmente, deixou-se em aberto para responderem o que acreditam ser esta violência virtual, no qual foi o problema da pesquisa deste trabalho, assim:

Gráfico 23- Compreensão sobre o que é a violência virtual



Fonte: A própria autora

Após leitura de todas as respostas foram criadas estas categorias de análises, as quais atenderam as expectativas. Quase metade dos adolescentes entendem que a violência virtual se dá na exposição de conteúdo íntimo nas redes sociais, no qual ocorrem sem o consentimento de quem as enviou.

Na sequência, temos com 20% a agressão verbal às mulheres e que se desdobra em constrangimentos, no qual foi discutido que estas atitudes acontecem a partir do *cyberbullying*, ou seja, de comentar na internet frases ou texto criticando ou até mesmo humilhando a vítima.

Houve os que não souberam responder, e empatie entre outras considerações sobre o tema. Chama a atenção relacionar a violência com o fato do homem pedir este tipo de conteúdo à mulher, como utilizar a força para obrigar o outro a realizar seu desejo, quanto a isso, seja a relação entre compreender esta violência a partir dos outros tipos de violência, que são mais familiarizadas quanto a visão do homem tendo o poder coercitivo sobre a mulher, como se o mesmo possuísse o poder sobre o corpo alheio. Assim, Costa, Silvera e Madera (2012, p. 14) expressam que:

No seio das relações de poder se apresentam desigualdades e diferenças, expressas nas análises das categorias de gênero, classe social, sexualidade e raça/etnia, que são demarcadas historicamente por hierarquias, violências, discriminação e desigualdades, já que o poder pode se manifestar de maneira sutil e invisível, e no caso das relações de gênero acarreta malefícios a algumas mulheres quando expresso pelas várias manifestações da violência.

Assim, parte dos adolescentes do Centro da Juventude no qual responderam o questionário, possuem discernimento sobre o que é uma violência virtual, o que a diferencia das demais, ou seja, por utilizar as redes sociais como maneira de atingir o outro, publicizando sua intimidade sem o consentimento.

Para além disso, esta violência se apresenta no cotidiano das adolescentes que compartilham com namorados e que estes, por motivos aleatórios, acabam espalhando o conteúdo. Entretanto, estas adolescentes que já receberam algum tipo de foto e/ou vídeo acabam não compartilhando, sendo que em grande parte entendem que ter estas fotos sendo vista por todos nas redes sociais se caracteriza como uma violência e quem as divulgou deve responder por seu crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou compreender a realidade sobre a violência virtual no município de Ivaiporã por meio de questionário aplicado a adolescentes que fazem contra turno no Centro da Juventude do referido município. Desta forma, procurou-se avaliar como os mesmos vivenciam em sua realidade questões pertinentes a internet, acesso às tecnologias e de que maneira as redes sociais influenciam na visibilidade e compartilhamento de material íntimo com parceiro, e, posteriormente, compartilhamento sem consentimento.

Os resultados obtidos com relação ao uso da internet apontam para uma realidade parecida no país, na qual grande parte dos adolescentes utilizam em seu cotidiano as redes sociais, e as mais utilizadas são o Facebook e o WhatsApp. Entretanto, o aplicativo WhatsApp de acordo com as respostas apresentadas apareceu assinalada em todos os questionários respondidos, logo, a pesquisa apontou que este é o mais utilizado, acompanhado de outras redes sociais.

Ao referir-se ao *sexting* a grande maioria dos adolescentes que responderam ao questionário desconhecia o termo, entretanto, parte destes mesmos que não conhecia o significado da terminologia, já havia recebido por meio das redes sociais alguma foto e/ou vídeo íntimo sem consentimento. Averiguou-se ainda que a grande maioria dos adolescentes não enviam este tipo de conteúdo, mas, há indícios de adolescentes que já compartilharam sua intimidade e, para além disso, casos daqueles que tiveram sua intimidade compartilhada com terceiros sem consentimento.

Questionou-se sobre as diferenças entre sexos, na qual a grande parte entende que existe uma diferenciação. No que se refere à violência virtual, que é o objeto da pesquisa, o qual tinha como objetivo investigar como estes adolescentes compreendiam a violência virtual, houve surpresas, pois, levantou-se algumas definições que de maneira simplificada retratam o que é a violência virtual.

Assim, estes adolescentes entendem que esta violência virtual está ligada ao constrangimento, ao *cyberbullying*, bem como a publicação sem consentimento de foto e/ou vídeos íntimos.

O tema proposto se encontra em processo incipiente no campo do conhecimento do senso comum, bem como no âmbito de pesquisas acadêmicas, assim, o material científico publicado sobre o tema ainda se encontra em construção, o mesmo se aplica ao retratar a internet e as redes sociais, mas o que se encontrou contribuiu expressivamente na construção do saber.

A utilização de legislações foi fundamental nesta pesquisa, ou seja, o ECA, o Código Penal e a própria Constituição Federal de 1998, que possibilitaram afirmar as garantias de direitos para os adolescentes, e até mesmo aos cidadãos que passaram ou passam por este tipo de violência que ocorre na internet, bem como trazer os Projetos de Lei que passam por trâmite e que se forem aprovados poderão contribuir para a legalização deste tipo de crime.

No que se refere ao questionário estruturado, contendo perguntas fechadas e abertas, foi a alternativa mais viável para acesso ao público alvo da pesquisa, no qual os mesmos não tinham uma proximidade com a pesquisadora, o que ocasionaria uma barreira ao desenvolver uma entrevista, assim, a locução com os mesmos sobre o assunto seria dificultada pela pouca intimidade. Registra-se que o questionário possibilitou maior autonomia e espaço para que os mesmos pudessem retratar suas experiências na internet.

Verifica-se que as informações coletadas poderão contribuir com o município, pois mesmo não registrando um número significativamente alto, há indícios de adolescente que tiveram sua intimidade compartilhada, assim, trabalhar na prevenção para que estes adolescentes tenham consciência do que suas atitudes podem ocasionar, incentivando o desenvolvimento de projetos, palestras e debates sobre o uso da imagem na internet, se apresenta relevante e necessário.

O objetivo geral do trabalho consistiu em “verificar a trajetória da tecnologia no Brasil e como esta avança para a violência virtual, especialmente contra a mulher”, assim, no primeiro capítulo discutiu-se sobre o surgimento primeiramente nos países desenvolvidos e posteriormente no Brasil, a gênese da tecnologia, mais especificamente no que se refere ao computador e à internet.

Procurou-se demonstrar como a tecnologia cresceu em um tempo relativamente curto se comparada a outras invenções, como a luz e o rádio. Posteriormente apresentou um breve histórico do surgimento das principais redes sociais que possuem usuários de todo o planeta e consigo trazem o lado negativo, no sentido que nem todos sabem utilizar os meios de comunicação e com isso

utilizam como espaço para vingança, destacando a exposição de fotos e/o vídeos íntimos, caracterizando assim, a violência virtual.

Apresentou-se também dados estatísticos sobre o uso da internet da população de 13 a 18 anos, para isso, primeiramente conceituou-se o termo adolescentes a partir de alguns autores e também pelo ECA, que é instrumento legal de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

No que se refere ao segundo capítulo, a discussão iniciou na conceituação do termo que é atualmente utilizado para referir-se ao compartilhamento de fotos e/ou vídeos íntimos, sendo o *sexting*. Posteriormente, apresentaram-se as formas como pode se manifestar este compartilhamento para a sociedade, bem como perpassando pelo cyberbullying, maneira recorrente de desdobramento deste tipo de violência.

Na sequência, argumentou-se sobre a relação do patriarcado, uma vez que o objetivo geral do trabalho percorreu a violência contra a mulher, assim, buscou-se compreender como foi construída esta relação entre sexo masculino e feminino.

Encerrou-se este segundo capítulo dando enfoque nas legislações vigentes no país e que contribuem para que exista punição para o cidadão que pratique este tipo de crime, expondo também os Projetos de Leis que se aprovados, contribuirão para a punição e também darão mais visibilidade para esta nova violência que surge.

O último capítulo, em um primeiro momento apresentou sobre a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho acadêmico e a posteriori os resultados obtidos com o questionário aplicado aos adolescentes, de maneira a responder o problema de pesquisa levantado, sendo: "Como adolescentes do Centro da Juventude do município de Ivaiporã-PR compreendem a violência virtual a partir de fotos e/ ou vídeos divulgados nas redes sociais?".

Conclui-se que os resultados foram satisfatórios, denotando que a violência virtual contra adolescentes acontece no município, e no qual, foram apenas adolescentes do sexo feminino que foram expostas a este tipo de situação, bem como apresentado durante o trabalho, o cenário nacional apresenta esta mesma realidade, no qual as mulheres são as principais vítimas deste tipo de exposição íntima.

O trabalho contribuiu na perspectiva de mostrar uma nova violência que ainda é pouco discutida, para além de mostrar primeiramente como que foi a passagem de

algumas tecnologias como rádio e TV para o acesso a internet, e como esta está presente no cotidiano dos adolescentes. O trabalho apresentou ainda como pode se manifestar este tipo de violência e seus desdobramentos.

Assim, a relevância se dá a partir do conhecimento de quais são as causas e consequências que apenas a exposição de uma imagem pode acarretar na vida de um adolescente, sendo uma das grandes preocupações o suicídio, pois a dificuldade em lidar com o problema leva a uma solução que parece rápida, sendo a morte.

É nesta perspectiva que se evidencia que as leis estão sendo aperfeiçoadas, afim de que haja punições de acordo com a prática cometida, mas há de se pensar que não será apenas o regime fechado que fará com que os agressores revejam suas posturas. Neste sentido, deve ser criado um sistema que a repreensão seja um caminho de transformação das práticas destes cidadãos, bem como daqueles que pensarem em expor a privacidade alheia.

Por fim, a partir dos dados levantados espera-se provocar nas esferas onde os adolescentes são atendidos no município, futuras discussões e desenvolvimento de projetos, palestras etc. sobre o assunto, para além de alargar a discussão que ainda se encontra muito recente no campo científico.

REFERÊNCIAS

ANGELO, K. **A história da criação do WhatsApp**. 2016. Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/hist%C3%B3ria-da-cria%C3%A7%C3%A3o-do-whatsapp-kedson-angelo>>. Acesso em: 05 maio 2017.

ANTUNES, R. A. G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP. **Alterações na aplicação do critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2015**. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 21 maio 2017.

AZEVEDO, M. M. **O código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**. Rio de Janeiro: Museu da Justiça. 2007. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/monografias.jsp>. Acesso em: 22 maio 2017.

BALDESSAR, M. J. Jornalismo e tecnologia: pioneirismo e contradições: um breve relato da chegada da informatização nas redações catarinenses. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3., 2005, Novo Hamburgo. **Anais...** Novo Hamburgo, 2005.

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

BARBOSA, M. A comunicação ao alcance da mão: novas tecnologias e o fim do século XX. In: _____. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASILIO, A. L. 5 escolas combatem a violência contra as mulheres. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, 07 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/5-escolas-combatem-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jan./jun. 2007.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. Uma imagem ampliada. In: _____. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 13-32.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Lei 13.441 de 08 de maio de 2017. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, seção 1, p. 1, 9 maio 2017.

BRAZ, A. **Mulher**: suas conquistas e desafios do Século XXI. 2012. Disponível em: <<http://www.antoniabraz.com.br/artigo.asp?id=39>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

CAMARGO, C. **História da Televisão**. 2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/projetor/2397-historia-da-televisao.htm>>. Acesso em: 16 maio 2017.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. G. C.; GOMES, R. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Rev. latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abr. 2000.

CAPELAS, B. Snapchat tem 158 milhões de usuários ativos diariamente. **Estadão**, São Paulo, Link, 02 fev. 2017. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,snapchat-tem-158-milhoes-de-usuarios-ativos-diariamente,70001651159>>. Acesso em: 05 maio 2017.

CARNEIRO, T. R. A. **Faixas Salariais x Classe Social** – Qual a sua classe social? 2016. Disponível em: <<https://thiagorodrigo.com.br/artigo/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge/>>. Acesso em: 21 maio 2017.

CARTILHA. **Vamos falar de masculinidade?** São Paulo: EDEPE - Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2016.

CASTELLS, M. A Revolução da Tecnologia da Informação. In: _____. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 67-113.

CELLAN- JONES, R. **Conheça o fundador do Snapchat, app que destrói mensagens**. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131114_criador_snapchat_entrevista_fn> Acesso em: 02 jun. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Mãe de jovem achada morta após vídeo íntimo reclama de ‘violação’**. 2013. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao-g1pi-17112013/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cidadania nos Presídios**. 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

CONTI, F. **História da informática**. 2015. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-h199.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

COSTA, R. G. da; SILVERA, C. M. H.; MADEIRA, M. Z. de A. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17, João Pessoa, 2012. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>>. Acesso em: 12 ago. 2017

CRUZ, F. N. S. **PL 5.555/13 – Lei Rose Leonel**. 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI254877,101048PL+555513+Lei+Rose+Leonel>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

DAMASO, L. **A história do Orkut**. 2016. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/07/historia-do-orkut.html>>. Acesso em: 01 maio 2017.

DAQUINO, Fernando. **A história das redes sociais: como tudo começou**. 2012. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>>. Acesso em: 01 maio 2017.

DAVIM, R. M. B. et al. Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. **Rev. Rene. Fortaleza**, v. 10, n. 2, p. 131-140, abr./jun.2009.

DÉCADA DE 50. **A rádio nacional e o sistema de estrelato**. 2006. Disponível em: <<https://decadade50.blogspot.com.br/2006/09/radio-nacional-e-o-sistema-de-estrelato.html>>. Acesso em: 17 maio 2017.

DIÁRIO DO NORDESTE: **Pornografia de vingança**: o desafio de lidar com os crimes na internet. 2017. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/pornografia-de-vinganca-o-desafio-de-lidar-com-os-crimes-na-internet-1.1738992>>. Acesso em: 01 jun. 2017

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolesc Saúde**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, jun. 2005.

ECGlobal. **Sexting no Brasil**: uma ameaça desconhecida. 2013. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/ecglobal/relatorio-sexting-brasilpt>> Acesso em: 13 abr. 2017.

FACEBOOK. **45% da população brasileira acessa o Facebook mensalmente**. Disponível em:< <https://www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes> Acesso em : 13 jun. 2017.

FIGUEIREDO, C. D. S. de. **Adolescentes na sociedade do espetáculo e o sexting**: relações perigosas? um estudo exploratório na busca de subsídios para programas de prevenção Florianópolis. 2015. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FIGUEIREDO, C. D. S; MELO, S.M.M. **Sexting**: modismo inconsequente ou cyberbullyng intencional? Algumas reflexões necessárias. Florianópolis: X ANPED SUL, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, K. K. N. de. A Pornografia de Vingança e a culpabilização das vítimas pela mídia. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2015, Natal, **Anais...**Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2316-1.pdf> > Acesso em: 28 jun. 2017.

FRIENDSTER. **História de Friendster**. 2013. Disponível em: <<http://friendsterasdfg.blogspot.com.br/2013/02/historia-de-friendster.html>>. Acesso em: 01 maio 2017.

FLEURY-TEIXEIRA, E.M. ; MENEGHEL, S. N. (Org.) . **Dicionário feminino da Infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 424 p.

G1. **Criador do Orkut lança Hello, rede social que chega ao Brasil em agosto**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/06/criador-do-orkut-lanca-hello-rede-social-que-chega-ao-brasil-em-agosto.html>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

GIACOMELE, S. **Relatório/resumo**: a internet no Brasil em 2015. Disponível em:<<http://blog.pmweb.com.br/a-internet-no-brasil-em-2015/>>. Acesso em: 28 abr. 2017..

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GOOGLE. **População brasileira em 1960**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=popula%C3%A3o+brasileira+em+1960&oq=popula%C3%A3o+brasileira+em+1960&aqs=chrome..69i57j0.12201j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#q=popula%C3%A7%C3%A3o+brasileira+em+1960>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

GOOGLE. **População brasileira em 2003**. Disponível em:<<https://www.google.com.br/search?q=popula%C3%A7%C3%A3o+brasileira+em+2003&oq=popula%C3%A7%C3%A3o+brasileira+em+2003&aqs=chrome..69i57j0.10536j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

GOMES, M. M. **As Genis do século XXI**: análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2014.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em:<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 07 maio 2017.

JESUS, A. **História das redes sociais**: do tímido ClassMates até o boom do Facebook. 2012. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/07/historia-das-redes-sociais.html>>. Acesso em: 01 maio 2017.

JORDÃO, F. **História**: a evolução do celular. 2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/celular/2140-historia-a-evolucao-do-celular.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

JUSTIFICANDO. **Homens que divulgaram fotos íntimas terão de pagar R\$ 114 mil à jovem exposta**. 2017. Disponível em:<<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/11/homens-que-divulgaram-fotos-intimas-terao-de-pagar-r-114-mil-jovem-exposta/>> Acesso em: 20 out. 2017.

KIM Marketing Digital .**Os últimos 10 anos da internet – 2002 a 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.kimmarketingdigital.com.br/marketing/os-ultimos-10-anos-da-internet-2002-a-2012>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

KURTZ, J. **Facebook chega a 1,8 bilhão de usuários ativos: foco é vídeo ao vivo**. 2016. Disponível em:< <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/11/facebook-chega-18-bilhao-de-usuarios-ativos-foco-e-video-ao-vivo.html>>. Acesso em: 01 maio 2017.

LAFLOUFA, J. **Digital, Social e Mobile 2015: um compilado de dados e tendências digitais**. 2015. Disponível em:< <http://www.b9.com.br/54482/social-media/digital-social-e-mobile-2015-um-compilado-de-dados-e-tendencias-digitais/>>. Acesso em: 06 maio 2017.

LIMA JÚNIOR, J. **A evolução do telefone celular**. 2012. Disponível em:<<https://designinnova.blogspot.com.br/2012/06/evolucao-do-telefone-celular-1995-2012.html>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MACHADO, N. V.; PEREIRA, S. da C. Sexting, mídia e as novas representações da sexualidade. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus. 4 a 7 de set. de 2013.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARINHO, A. **Frota de carro em 1960: 480 mil veículos**. 2012. Disponível em: < <http://blogs.diariodonordeste.com.br/automovel/memoria-automotiva/frota-de-carros-no-brasil-em-1960-480-mil/>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. **Objetivo de desenvolvimento sustentável**. 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MORETZ, T. **ClassMates: suposta 'primeira rede social' do mundo se mantém ativa**. 2014. Disponível em: < <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/07/classmates-suposta-primeira-rede-social-do-mundo-se-mantem-ativa.html>>. Acesso em: 01 maio 2017.

MUNDO DAS MARCAS. **MYSFACE**. 2007. Disponível em: < <http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2007/08/myspace-place-for-friends.html> >. Acesso em: 01 maio 2017.

NASSAR, D. **A evolução da Mídia: da escrita ao e-mail informatizado**. 2011.

Disponível em:

<<https://infnetmidiasdigitais.wordpress.com/author/danielnassarinfnet/>>. Acesso em: 05 maio 2017.

NICARETTA, F. ; HENNIGEN, I. **O corpo nu em espaços virtuais: entre endereçamento, toques e discursos**. 2017. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

NETFLIX. Disponível em:< <https://help.netflix.com/pt/node/412>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

ONG SAFERNET. **Denúncias de vazamentos de fotos íntimas**. 2017. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. **Delegacias Cibercrimes**. 2008. Disponível em :

<<http://new.safernet.org.br/content/delegacias-cibercrimes>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. **Indicadores**. 2017. Disponível em: < <http://helpline.org.br/indicadores/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ONU MULHERES. **O Dia Laranja, ONU debate a violência cibernética contra meninas no contexto educacional**. 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/no-dia-laranja-onu-debate-a-violencia-cibernetica-contra-meninas-no-contexto-educacional/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PARANÁ. Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Org.). **Plano decenal dos direitos da criança e do adolescente do estado do Paraná: 2014-2023**. Curitiba: SECS, 2013. 450 p.

PATERMAN, C. Confusões patriarcais. In:_____. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 38-63.

PINHEIRO, N. **Mãe de jovem achada morta após vídeo íntimo reclama de ‘violação’**. 2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/mae-de-jovemachada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html>>. Acesso em: 14 de abr. 2017.

PIRES, F. **O primeiro celular comercializado no Brasil**. 2012. Disponível em: http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06pw/Primeiro_Celular_Comercializado_No_Brasil>. Acesso em: 26 abr. 2017.

PRADO, J. **Os números gigantes do WhatsApp**: 1 bilhão de usuários, 42 bilhões de mensagens por dia. 2016. Disponível em:<
<https://tecnoblog.net/191024/numeros-whatsapp-1-bi-usuarios/>>. Acesso em: 05 maio 2017.

PRIMO, A. et al. **Práticas de comunicação privada na internet**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 4 a 7 de set. de 2015.15 p.

PORTAL ODM. **Relatório dinâmico**: Ivaiporã. 2014. Disponível em:<
<http://www.relatoriosdynamics.com.br/portalodm/2-educacao-basica-de-qualidade-para-todos/BRA004041165/ivaipora---pr>>. Acesso em: 10 out. 2017.

REMOALDO, P. **A história da internet**. 1998. Disponível em:
< <http://paginas.fe.up.pt/~mgi97018/historia.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

RIVERO, G. **Violência cibernética**. 2016. Disponível em:
<<http://violenciacyberneticagerg.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

RÖDER, P. C. S.; SILVA, H. M. Cyberbullying: uma agressão Virtual com consequências reais para a vítima e a sociedade e a Justiça Restaurativa como forma eficiente de solução. In: SILVA, Ângelo R. I.; SHIMABUKURO, A. et al. **Crimes Cibernéticos**: racismo, cyberbullying, deep web, pedofilia e pornografia infanto juvenil, infiltração de agentes por meio virtual, obtenção de provas digitais, nova lei antiterrorismo, outros temas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. p. 25-64.

RODRIGUES, P. J. et al. O trabalho feminino durante a revolução industrial. In: SEMANA DA MULHER, 13, 2015, Marília. **Anais...** Disponível em:
< https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodriques.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017

SANTOS, J. M. dos. **Diversidades sexuais, de gêneros e política de assistência social**: o atendimento às pessoas LGBTs na proteção especial de média complexidade no município de Londrina – PR. 2016. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SENADO NOTÍCIAS. **Novas interpretações da Lei nº 9.099/95, ante o advento da Lei dos Juizados Especiais Criminal na Justiça Federal (Lei nº 10.259/01)**. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/2716/novas-interpretacoes-da-lei-n-9-099-95-ante-o-advento-da-lei-do-juizados-especiais-criminal-na-justica-federal-lei-n-10-259-01>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. **A cada 45 minutos, uma pessoa se suicida no Brasil, dizem especialistas na CAS.** 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/a-cada-45-minutos-uma-pessoa-se-suicida-no-brasil-dizem-especialistas-na-cas>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

SILVA, D. S. **Novas interpretações da Lei nº 9.099/95, ante o advento da Lei do Juizado Especiais Criminal na Justiça Federal (Lei nº 10.259/01).** 2002. Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/2716/novas-interpretacoes-da-lei-n-9-099-95-ante-o-advento-da-lei-do-juizados-especiais-criminal-na-justica-federal-lei-n-10-259-01>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

SGORLON, C. T. da S. **A comunicação como estratégia política no serviço social.** 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

TELECO. **Usuários de banda larga e internet no Brasil.** 2005. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/comentario/com94.asp>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Estatísticas de rádio e televisão.** 2016. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/nrtv.asp>>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. **Estatísticas de Celulares no Brasil.** 2017. Disponível em: < <http://www.teleco.com.br/ncel.asp>>. Acesso em: 16 set. 2017.

TIC domicílios. **Apresentação dos principais resultados TIC Domicílios 2015.** 2015. Disponível em: < http://www.cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2015_coletiva_de_imprensa.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

TWITTER. **Dados sobre.** 2017. Disponível em: < <https://about.twitter.com/pt/company>>. Acesso em: 16 set. 2017.

UIT. **3,7 bilhões de pessoas ainda não têm acesso à Internet no mundo.** 2016. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/uit-37-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-internet-no-mundo/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Mundo está mais conectado à Internet, mas desigualdades permanecem.** 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/uit-mundo-esta-mais-conectado-a-internet-mas-desigualdades-permanecem/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

UNICEF. **O uso da internet por adolescentes.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_uso_internet_adolescentes.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

VERSOLATO, M. Suicídio é a segunda maior causa de morte entre jovens no mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2012. Equilíbrio e saúde. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/1108498-suicidio-e-a-segunda-maior-causa-de-morte-entre-jovens-no-mundo.shtml>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

WOLFF, R. Infiltração de agentes por meio virtual. In: SILVA, Ângelo R. I.; SHIMABUKURO, A. et al. **Crimes Cibernéticos**: racismo, cyberbullying, deep web, pedofilia e pornografia infantojuvenil, infiltração de agentes por meio virtual, obtenção de provas digitais, nova lei antiterrorismo, outros temas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. p. 215-234.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Titulo da pesquisa:

“VIOLÊNCIA VIRTUAL CONTRA ADOLESCENTES: DO SEXTING AOS
CRIMES CIBENÉTICOS”

Prezado (a) Senhor (a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa VIOLÊNCIA VIRTUAL CONTRA ADOLESCENTES: DO SEXTING AOS CRIMES CIBENÉTICOS, a ser realizada com adolescentes do Centro da Juventude de Ivaiporã, entre as faixas etárias de 13 a 15 anos de idade. O objetivo da pesquisa é verificar a trajetória da tecnologia no Brasil e como esta avança para a violência virtual, especialmente contra a mulher. Para isso foram traçados objetivos específicos, sendo:

- ✓ Apresentar histórico da tecnologia no país e seus desdobramentos nos anos 2000;
- ✓ Investigar sobre a relação de adolescentes com as redes sociais e os sites de relacionamento;
- ✓ Apresentar a relação entre as redes sociais e o sexting e as consequências que o uso inconsequente pode trazer;
- ✓ Debater a construção da sexualidade da mulher na sociedade;
- ✓ Apontar os meios legais de proteção às vítimas e punição aos agressores;
- ✓ Diagnosticar como no centro da juventude os adolescentes entendem a violência virtual.

A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: coleta das informações a partir de questionário contendo perguntas abertas e fechadas e, em segundo momento, serão tabuladas para que faça parte desta amostragem. A sua identidade será mantida em sigilo, vez que não será necessário identificar-se. Gostaria de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informo ainda que as informações

serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade.

Os benefícios esperados são: que a partir das informações coletadas possa ter um maior detalhamento sobre como os adolescentes do município de Ivaiporã entendem ou sofrem com a violência virtual, provocando então futuras discussões, projetos para o município sobre a temática apresentada, para além de alargar a discussão que ainda se encontra muito recente no campo científico.

Na oportunidade faz-se importante informar que o (a) senhor(a) não terá qualquer custo com a pesquisa como também não será remunerado (a) por participar.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contatar: Tamires Marini Gomes, Rua Sete de Setembro, 135, Centro, Ivaiporã- PR – CEP:86870-000. Telefone: (43) 3472-3579. Email: tamires.marini@gmail.com. Este termo será descrito em duas vias iguais, sendo uma delas entregue ao (a) senhor(a).

Ivaiporã, 23 de agosto de 2016.

Tamires Marini Gomes

RG: 10.960.372-4 SSP/PR

Eu,

_____, tendo sido devidamente esclarecido(a) sobre os procedimentos da pesquisa concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica)

Data: 23 de Agosto de 2017

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Qual sua idade? _____ sexo: () feminino () masculino

Atualmente está estudando? () sim () não

Se a resposta for sim, qual ano está cursando? _____

- 1) Sobre o uso da internet, qual é a sua frequência de uso?
 - () todos os dias
 - () semanalmente
 - () mensalmente
 - () dias alternados
 - () não possuo acesso
 - Outros: _____
- 2) Em relação ao dispositivo utilizado para acesso à internet, destes qual mais você utiliza?
 - () computador de mesa
 - () notebook
 - () tablet
 - () celular
 - () nenhum
- 3) Sobre as redes sociais, qual ou quais destas você utiliza?
 - () Facebook
 - () WhatsApp
 - () Instagram
 - () Snapchat
 - () Twitter
 - () não possuo conta em nenhuma destas redes sociais
- 4) Entre estas redes sociais, qual a que você mais passa seu tempo no dia-a-dia?
 - () Facebook
 - () WhatsApp
 - () Instagram
 - () Snapchat
 - () Twitter
 - () Outro: _____
- 5) Sobre a palavra *sexting* já ouviu falar sobre o termo? () sim () não
- 6) Você já recebeu fotos e/ou vídeos íntimos? () sim () não
- 7) Caso sua resposta anterior seja sim, em qual destas redes sociais foi visto?
 - () Facebook
 - () WhatsApp
 - () Instagram
 - () Snapchat
 - () Twitter
 - () Outro: _____
- 8) Você já compartilhou com outros amigos este tipo de conteúdo? () sim () não
- 9) Em caso afirmativo, por meio de qual rede social compartilhou?
 - () Facebook
 - () WhatsApp

- Instagram
 - Snapchat
 - Twitter
 - Outro: _____
- 10) Você já enviou fotos ou vídeos em que aparecia de maneira íntima? () sim () não
- 11) Se a resposta anterior foi afirmativa, para quem foi enviado?
- ficante
 - namorado/a
 - marido/esposa
 - amigo/a
 - outro: _____
- 12) Esta foto e/ou vídeo enviado, aconteceu de outras pessoas verem mesmo sem seu consentimento? () sim () não
- 13) Caso a resposta anterior seja sim, você sabe quem foi que espalhou? () sim () não
- 14) Esta pessoa seria o mesmo ao qual você enviou? () sim () não
- 15) Qual sua opinião sobre um(a) adolescente ter fotos e/ ou vídeos íntimos compartilhados em rede social?
- Bom, pois quem mandou enviar;
 - Nada de mais, se não queria que as fotos fossem divulgadas, não mandasse;
 - Errado, pois era para manter apenas entre quem mandou e recebeu;
 - Errado, pois é uma violência virtual com quem enviou e o agressor deve ser punido;
 - Não sei;
 - outro: _____
- 16) Em relação ao sexo, você acredita que existam diferenças de julgamentos se o vazamento das imagens for de homens ou mulheres?
- sim
 - não
 - é igual para ambos os sexos

17) Para você, o que é uma violência virtual?
